

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA



Handwritten signature or initials, possibly 'H. de J. J. J.' or similar, written in black ink.



ÍNDICE

página

| | |
|---|----|
| NOTA INTRODUTÓRIA | 5 |
| I. RELATÓRIO DE GESTÃO..... | 6 |
| 1. APRESENTAÇÃO..... | 7 |
| 2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | 10 |
| 2.1. ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2011..... | 10 |
| 2.2. SALDOS DA GERÊNCIA | 12 |
| 2.2.1. NA ÓTICA ORÇAMENTAL..... | 12 |
| 2.2.2. NA ÓTICA DOS FLUXOS DE CAIXA | 13 |
| 2.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL | 14 |
| 2.4. ORÇAMENTO DE RECEITA..... | 15 |
| 2.4.1. RECEITAS CORRENTES | 16 |
| 2.4.2. RECEITAS DE CAPITAL | 18 |
| 2.4.3. EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL..... | 19 |
| 2.5. ORÇAMENTO DA DESPESA..... | 21 |
| 2.5.1. ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA DESPESA..... | 21 |
| 2.6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO..... | 64 |
| 2.7. RÁCIOS | 67 |
| 3. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL | 69 |
| 3.1. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS..... | 69 |
| 3.2. DÍVIDA TOTAL | 70 |
| 3.3. ESTRUTURA DA DÍVIDA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS..... | 70 |
| 3.4. INDICADOR DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS | 71 |
| 3.5. LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL | 72 |
| 4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA..... | 74 |
| 4.1. ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO | 74 |
| 4.1.1. ESTRUTURA DO ATIVO..... | 77 |
| 4.1.2. ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO | 78 |
| 4.1.3. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | 79 |
| 4.1.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS..... | 80 |
| 4.1.5. RÁCIOS | 82 |
| 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS..... | 84 |
| 6. RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA | 85 |
| II. MAPAS E ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 97 |
| BALANÇO | |
| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | |
| MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | |
| ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | |

ÍNDICE DE QUADROS

página

| | |
|---|----|
| QUADRO 1 – Mapa de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa do ano de 2011..... | 10 |
| QUADRO 2 – Estrutura da Execução Orçamental..... | 11 |
| QUADRO 3 – Fluxos de Caixa | 13 |
| QUADRO 4 – Estrutura do Orçamento de Receita | 15 |
| QUADRO 5 – Estrutura e evolução na cobrança das Receitas Correntes no período 2009-2011..... | 16 |
| QUADRO 6 – Estrutura e evolução na cobrança das Receitas de Capital | 19 |
| QUADRO 7 – Principais Apoios Comunitários e Outros, afetos ao investimento..... | 19 |
| QUADRO 8 – Estrutura e Evolução das Receitas Correntes, Capital e Outras em percentagem..... | 20 |
| QUADRO 9 – Evolução da Estrutura das Receitas Totais – 2001/2011 por tipo de financiamento | 20 |
| QUADRO 10 – Estrutura do Orçamento de Despesa | 21 |
| QUADRO 11 – Estrutura do Orçamento de Despesas Correntes e sua Evolução no período 2009-2011..... | 22 |
| QUADRO 12 – Estrutura do Orçamento de Despesas de Capital e sua Evolução no período 2009-2011 | 23 |
| QUADRO 13 – Estrutura da Despesa Total paga em relação à Aquisição de Bens de Investimento, Transferências de Capital e Ativos Financeiros no período 1997-2011 | 25 |
| QUADRO 14 - Fontes de financiamento da Aquisição de Bens de Investimento | 25 |
| QUADRO 15 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação orgânica em 2011 | 27 |
| QUADRO 16 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação no período 2008/2011 | 62 |
| QUADRO 17 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação e natureza das despesas no período 2008/2011 | 63 |
| QUADRO 18 – Resumo das Grandes Opções do Plano no ano de 2011..... | 64 |
| QUADRO 19 – Desagregação da execução das despesas nas Grandes Opções do Plano em 2011 | 65 |
| QUADRO 20 – Rácios de Estrutura e Financeiros | 67 |
| QUADRO 21 – Indicadores Financeiros e de Estrutura | 67 |
| QUADRO 22 – Evolução da dívida do Município no período 1997 a 2011 | 69 |
| QUADRO 23 - Estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2005-2011..... | 70 |
| QUADRO 24 – Estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2008-2011 | 70 |
| QUADRO 25 – Resumo da estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2008-2011 | 71 |
| QUADRO 26 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético | 75 |
| QUADRO 27 – Composição dos Acréscimos e Diferimentos em 2011..... | 80 |
| QUADRO 28 – Composição do Resultado Líquido do Exercício de 2010-2011 | 80 |
| QUADRO 29 – Evolução da Estrutura dos Resultados Operacionais | 81 |
| QUADRO 30 – Evolução e Estrutura dos Rácios..... | 82 |
| QUADRO 31 – Mapa de Pessoal em exercício de funções | 87 |
| QUADRO 32 – Contagem de efectivos segundo a carreira, sexo e relação jurídica de emprego público | 88 |
| QUADRO 33 – Mapa das valorizações remuneratórias e contratações..... | 89 |
| QUADRO 34 – Mapa dos postos de trabalho opupados por tempo determinado/determinavel | 90 |
| QUADRO 35 – Mapa de cessação da relação jurídica de emprego público..... | 91 |
| QUADRO 36 – Absentismo | 93 |
| QUADRO 37 – Evolução percentual do absentismo | 94 |
| QUADRO 38 – Ações de formação e cursos | 94 |
| QUADRO 39 – Participações em acções de formação e cursos..... | 95 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO I – Evolução das Receitas Correntes e Despesas Correntes..... | 12 |
| GRÁFICO II – Saldo do exercício | 14 |
| GRÁFICO III – Estrutura e evolução na execução das Receitas Correntes..... | 18 |
| GRÁFICO IV – Evolução das Receitas Correntes e de Capital em percentagem..... | 20 |
| GRÁFICO V – Evolução da estrutura das Receitas – 2008/2011 por tipo de financiamento | 21 |
| GRÁFICO VI – Estrutura da execução despesas correntes em percentagem..... | 22 |
| GRÁFICO VII – Estrutura das despesas de capital em percentagem | 24 |
| GRÁFICO VIII – Investimento Médio Anual (ABI+TC+AF) – por períodos..... | 26 |
| GRÁFICO IX – Evolução das Despesas Correntes e de Capital – no período 2002-2011 | 26 |
| GRÁFICO X – Repartição Departamental da Despesa Total em 2011 | 28 |
| GRÁFICO XI – Repartição Departamental da Despesa Total no período 2008/2011 | 62 |
| GRÁFICO XII – Repartição das despesas do Plano Plurianual de Investimentos no período 2008/2011..... | 66 |
| GRÁFICO XIII – Evolução da Dívida | 69 |
| GRÁFICO XIV – Evolução do Balanço no período 2003-2011 | 76 |
| GRÁFICO XV – Evolução do Ativo Fixo no período 2007-2011..... | 77 |
| GRÁFICO XVI – Estrutura do Ativo 2010..... | 77 |
| GRÁFICO XVII – Estrutura do Ativo 2011 | 78 |
| GRÁFICO XVIII – Evolução da Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo no período 2007-2011..... | 78 |
| GRÁFICO XIX – Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo 2010 | 79 |
| GRÁFICO XX – Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo 2011 | 79 |
| GRÁFICO XXI – Efetivos segundo o sexo | 89 |
| GRÁFICO XXII – Efetivos segundo a relação jurídica de emprego público | 91 |
| GRÁFICO XXIII – Estatuto de trabalhador estudante | 92 |
| GRÁFICO XXIV – Evolução percentual do absentismo | 94 |

NOTA INTRODUTÓRIA

Fazem parte deste documento, que agora se apresenta, as peças que integram os documentos de Prestação de Contas do Município de Bragança do ano de 2011, dando cumprimento ao estatuído na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na sua redação atual, que estabelece como competência da câmara municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, *"elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo"*. Esta imposição também se encontra disposta no n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, que refere, *"As contas dos municípios e das freguesias, bem como das respetivas associações, são apreciadas pelo respetivo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, durante o mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam"*.

O regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações) refere como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Estabelece igualmente que o relatório de gestão deve contemplar os seguintes aspetos:

- A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
- Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício e os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Um dos aspetos importantes a ter em consideração no estudo do relatório de gestão, será o de adequar as análises e respetivas conclusões ao tipo de informação que seja disponibilizada, quer seja orçamental, ou económica e financeira. Embora sendo informação que no seu conjunto se complementa, não será no entanto comparável, pois enquanto que a primeira é elaborada na base de caixa ou compromissos e direitos, a segunda obedece ao princípio do acréscimo ou da especialização dos exercícios.

Foi utilizada como metodologia de desenvolvimento deste documento, iniciar o seu enquadramento com o Relatório de Gestão focalizando os aspetos atrás referidos. Seguidamente e na ordem que refere o POCAL, são apresentados os restantes Documentos de Prestação de Contas. Sempre que tal se justifique são efetuadas as devidas referências aos anexos e às demonstrações financeiras, facultando aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências.

[Handwritten signatures and initials]



I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. APRESENTAÇÃO

Os documentos de prestação de contas da autarquia relativas ao ano de 2011 e que serão remetidos ao Tribunal de Contas para aprovação foram elaborados conforme o regime de contabilidade autárquica, fornecem a informação de concretização do programa e atividades previstas, a informação necessária ao controlo financeiro, à verificação da legalidade e à análise das decisões tomadas. Esses documentos fazem-se acompanhar pela análise económico-financeira e certificação legal de contas.

Da análise dos mapas de execução orçamental, que compara o orçamento previsional com a execução de receita bruta arrecadada pela Autarquia (31.993.909,62€) e uma receita líquida de 31.921.555,17€, constatamos ter obtido uma execução de 83,54% relativamente às dotações corrigidas, ligeiramente superior à do ano anterior, e uma execução do orçamento da despesa de 83,44%. Saliente-se que, de um modo geral, a regra tem sido a de o município de Bragança, comparativamente à média dos municípios do País, assegurar bons níveis de execução, sempre acima dos 80%.

Na receita corrente superou-se o objetivo previsto, enquanto que na receita de capital se verificou uma arrecadação inferior à prevista em resultado da diminuição das transferências de capital (dificuldades de recebimentos e de aprovações ao nível da execução do QREN) e da não concretização da venda de bens de investimento, face à situação pouco favorável do mercado imobiliário.

A taxa média de execução orçamental dos municípios do País no ano de 2010 foi 55,50%, podendo o valor médio de 2011 ser muito próximo, o que significa que no município de Bragança, com uma execução de 27,04 pontos acima da média nacional, trabalhamos com fiabilidade elevada em termos de orçamento previsional da receita, uma elevada taxa de execução e de comprometimento da despesa, o que só é possível face ao bom planeamento e controlo das atividades.

Os saldos, corrente, orçamental e efetivo são positivos. A receita corrente bruta superou as despesas correntes em 2.756.575,93€, destinada a investimento; as receitas totais foram superiores às despesas totais o que permite transitar com um saldo positivo de 183.997,17€; o saldo efetivo, excluídos das receitas totais e das despesas totais os ativos e os passivos financeiros, é positivo com o valor de 1.703.981,07€. O Princípio de Equilíbrio Orçamental, assegurado em sede de elaboração do orçamento que previa os recursos necessários para assegurar todas as despesas e que as receitas correntes seriam pelo menos iguais às despesas correntes, foi cumprido.

Em termos de receita global, a estrutura da receita compõem-se da seguinte forma: transferências de fundos da Administração Central 44,52%; Apoios Comunitários e outros 11,94%; empréstimos 0,00% e Receitas Próprias 43,54%. Constatamos como indicador positivo o facto de as receitas próprias evoluírem de forma sustentada, aspeto essencial da gestão visto a tendência ser a de as receitas provenientes de fundos comunitários ser a de diminuir por terem que ser mais orientadas para a economia e as transferências da administração central tenderem a diminuir por escassez de recursos.

A estrutura do orçamento da despesa, desagrega-se da seguinte forma: A despesa corrente que representa 65,73% (dentro desta a despesa de pessoal representa 21,40% - a média nacional dos municípios foi de 31,10% no ano de 2010 - e a aquisição de bens e serviços 38,80%; 0,90% para juros e outros encargos, 3,26% para transferências correntes e 1,36% para outras despesas correntes); A despesa de capital que representa 34,27%

(sendo 23,62% para aquisição de bens e serviços; 5,88% para transferências de capital; 1,35% de ativos financeiros e 3,42% de passivos financeiros).

A despesa corrente foi inferior à prevista e inferior à executada no ano de 2010, no valor de 339.619,42€, sendo a redução obtida essencialmente na aquisição de bens e serviços e nas transferências correntes, uma ligeira economia em pessoal e ligeiro agravamento nos juros e outros encargos. A despesa de capital, que tende a ser menor em cada ano, diminuiu 19,33% e foi de 10.927.320,29€. Esta representou 34,27% da despesa total, sendo suportada em 65,41% pelo financiamento municipal.

O endividamento municipal regista uma diminuição, no cômputo geral da dívida, de 10,71% (*i.e.* 1.625.870,00€), tendo diminuído a dívida de curto prazo em 405.109,00€ e a dívida de médio longo prazo em 1.220.762,00€. Deduzido o valor associado a credores de cauções, cujos montantes estão disponíveis para restituição, a dívida real de curto, médio e longo prazos é de 12.151.728,99€. Conseguimos, novamente, uma descida da dívida global do município, que representa 38,07% da receita líquida global e que a 31 de dezembro de 1997 representava 105% da receita global. Numa altura em que a dívida média dos municípios se tem vindo a agravar, no município de Bragança, apesar de não termos parado o investimento, temos assegurado redução continuada da dívida global, um indicador inquestionavelmente positivo de gestão, em situação contrária ao que se tem passado no país com a dívida pública, cerca de 110% do PIB, várias vezes o orçamento do Estado.

Os limites de endividamento do município, calculados de acordo com o artigo 53.º da Lei n.º 55-A/2010- Lei do Orçamento de Estado para 2011 - e comunicados pela DGAL para vigorarem no ano de 2011 evidenciam uma margem, favorável ao município (excluindo o setor empresarial local), de 1.906.911,59€ (45,44%) para o endividamento líquido e 4.433.428,54€ (19,45%) para o endividamento de médio e longo prazos.

Quanto à situação patrimonial do município, comparativamente ao ano de 2010, e avaliado o balanço que se organiza de modo a que o ativo seja igual ao passivo mais os fundos próprios, refere-se: ao nível do ativo (valor do imobilizado; das existências; das dívidas de terceiros; das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos), o seu valor é de 199.513.782,61€, tendo ocorrido um acréscimo de 0,14% (269.689,33€); quanto ao passivo, com o valor de 77.033.396,54,00€, registou uma diminuição de 3,01% (-2.387.254,08€), refere-se que diminuíram as seguintes rubricas: provisões para riscos e encargos 5,85% (-575.644,69€); empréstimos obtidos 12,58% (-1.220.761,82) e dívidas a terceiros-curto prazo com um decréscimo de 7,40% que representa -405.108,57; os fundos próprios no valor de 122.480.386,09€, registaram um acréscimo de 2,6 milhões de euros.

No período de 2002 a 2011, o ativo evoluiu de 64,16 para 199,51 milhões de euros, os Fundos Próprios de 49,60 para 122,40 milhões de euros (sendo que o Património apresenta uma evolução de 37,6 para 91,9 milhões de euros).

Relativamente ao Passivo, apresenta 14,46 milhões de euros em 2002 e 77,03 milhões de euros em 2011. Não obstante este considerável aumento, as dívidas a terceiros de médio e longo prazos, que em 2002 apresentam o valor de 9,93 milhões de euros, em 2011 atingem o valor de 8,48 milhões de euros (-1,45 milhões de euros). As dívidas de curto prazo evoluem de 4,30 para 5,07 milhões de euros.

Assim sendo, podemos concluir, numa perspetiva evolutiva, que o aumento do passivo é proveniente de outras componentes, nomeadamente as provisões para riscos e encargos e os acréscimos e diferimentos (em 2011, 69% do Passivo é composto por subsídios ao investimento).

Quanto à análise económica, regista-se que os proveitos operacionais sofreram um decréscimo de 6,13%, o correspondente a 1,68 milhões de euros, em resultado da diminuição *da venda e prestações de serviços* (venda de água, eletricidade, transportes públicos...) e da diminuição de 1,07 milhões de euros, *de transferências e subsídios obtidos*; os *custos operacionais* diminuíram cerca de 5,41% o equivalente a -1,36 milhões de euros; o *resultado extraordinário* é negativo, sendo positivos os *resultados financeiros* no valor de 1.452.224,17€ os *resultados operacionais* com um decréscimo de -315.024,41€ e o *resultado líquido* com um aumento de 62,76% contribuíram para que a proposta de aplicação de *resultado líquido do exercício de 2011* registe o valor de 2.456.493,89€ dos quais 122.824,69€ *para reservas legais* e 2.333.669,20€ *para reforço do património*.

Quanto aos recursos humanos da autarquia, a gestão foi de rigor e contenção. A despesa com pessoal traduziu-se num decréscimo de 139.776,09€, exatamente 2,01% relativamente ao ano de 2010. O decréscimo registado deveu-se à redução das remunerações totais íliquidas, impostas pela LEO para 2011 e também à diminuição do número de trabalhadores municipais, relativamente ao ano anterior. O número global de trabalhadores no final do ano é de 371, o mais baixo dos últimos 17 anos (em 1996 havia 383 trabalhadores) e, se a este número subtrairmos o executivo municipal e as 2 prestações de serviço, ainda registadas em 2011, esse número baixa para 365 trabalhadores.

Ao nível do absentismo, regista-se decréscimo na taxa de absentismo passando de 9,1% em 2010 para 7,53% em 2011, ou seja, uma redução de 1509 dias de trabalho. De um total de 7031 faltas, 5523 são por doença, dos quais 14 trabalhadores têm 3368 dias de falta por doença prolongada, o que representa cerca de 47,90% do total das faltas dos trabalhadores do município. O maior fator de agravamento da taxa de absentismo resulta da morosidade na marcação de juntas médicas (ADSE e CGA) que, após solicitadas, demoram cerca de 4 a 5 meses, situação que se agravou em 2011 e que degrada imenso o sistema na administração. Note-se que a taxa de absentismo dos restantes trabalhadores é de 3,8%, um valor aceitável.

Os trabalhadores do município têm, de um modo geral, demonstrado elevado empenho e sentido de responsabilidade, apesar dos sacrifícios que lhes estão a ser impostos em termos de cortes salariais para cumprimentos dos acordos de ajustamento na despesa pública exigidos pela TRIOKA, cumprindo com os objetivos de organização interna, de relacionamento com os cidadãos, de iniciativa no plano da modernização administrativa e da sustentabilidade global da atividade do município, garantindo regularidade e legalidade na ação conforme relatório de auditoria e certificação legal de contas pelo que, em nome da Câmara Municipal quero deixar a todos o necessário agradecimento, em particular às chefias que têm compreendido as orientações do Executivo Municipal e as tem transmitido corretamente aos vários setores.

Também uma nota de reconhecimento aos prestadores de serviços e fornecedores de bens, às empresas e às Instituições com as quais o município mais se relaciona, assim como aos outros níveis de administração política como seja a administração Central e em particular as Juntas de Freguesia que conosco colaboraram para podermos alcançar resultados positivos, apesar da crise financeira, económica e social e da grave situação das contas públicas, o que nos permite com a satisfação do dever cumprido encerrar a atividade do ano de 2011 com resultados positivos nas contas, na redução da dívida global, com importantes investimentos em execução e com regularidade administrativa e financeira, cumprindo com os normativos legais, em síntese, com uma imagem global positiva que perante os cidadãos e o país, dignifica a instituição e o poder local democrático.

O Presidente da Câmara Municipal
António Jorge Nunes

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1. ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2011

A análise, ainda que de forma sintética e global, da contabilidade orçamental permite-nos acompanhar todo o processo de realização de despesas e arrecadação de receitas. Este estudo, baseado nos mapas de execução orçamental que fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas da Autarquia visa, numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido, resultado das modificações orçamentais, com os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos. Os resultados obtidos, permitem-nos testar a fiabilidade dos orçamentos e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas realmente arrecadado pela Autarquia, bem como da atividade de planeamento.

De salientar que a taxa de execução da despesa traduz as obrigações efetivamente pagas e não a totalidade das obrigações assumidas para com terceiros. A taxa de execução orçamental da receita é calculada com base nas receitas cobradas líquidas, ou seja, as receitas cobradas brutas corrigidas dos reembolsos e restituições.

Seguidamente apresenta-se, no Quadro n.º 1, o Mapa de Controlo Orçamental da receita (previsões corrigidas, receita cobrada líquida e sua execução) e da despesa (dotações corrigidas, despesa paga e sua execução) do ano de 2011.

QUADRO 1 – Mapa de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa do ano de 2011

ORÇAMENTO DE RECEITA

| Descrição | Dotações Iniciais (DI) | Dotações Corrigidas (DC) | Receita Cobrada Bruta (RCB) | Receita Cobrada Líquida (RCL) | Desvio % (RCL-DC) | Tx. execução (RCL) | |
|--|------------------------|--------------------------|-----------------------------|-------------------------------|-------------------|--------------------|---------------------|
| | | | | | | Dotações Iniciais | Dotações corrigidas |
| Receitas Correntes | | | | | | | |
| Impostos Diretos | 4.452.200,00 | 4.452.200,00 | 4.492.335,52 | 4.425.914,93 | -0,59% | 99,41% | 99,41% |
| Impostos Indiretos | 321.700,00 | 321.700,00 | 80.279,06 | 80.279,06 | -75,05% | 24,95% | 24,95% |
| Taxas, Multas e Outras Penalidades | 1.023.000,00 | 1.023.000,00 | 958.277,16 | 956.328,62 | -6,52% | 93,48% | 93,48% |
| Rendimentos de Propriedade | 1.713.400,00 | 1.713.400,00 | 2.153.124,29 | 2.153.124,29 | 25,66% | 125,66% | 125,66% |
| Transferências Correntes | 10.207.100,00 | 10.207.100,00 | 10.472.620,09 | 10.472.620,09 | 2,60% | 102,60% | 102,60% |
| Venda de Bens e Serviços Correntes | 5.267.200,00 | 5.267.200,00 | 5.462.099,98 | 5.458.114,66 | 3,62% | 103,62% | 103,62% |
| Outras Receitas Correntes | 38.900,00 | 38.900,00 | 93.990,81 | 93.990,81 | 141,62% | 241,62% | 241,62% |
| Sub-total: | 23.023.500,00 | 23.023.500,00 | 23.712.726,91 | 23.640.372,46 | 2,68% | 102,68% | 102,68% |
| Receitas de Capital | | | | | | | |
| Venda de Bens de Investimento | 1.333.100,00 | 1.333.100,00 | 205.263,77 | 205.263,77 | -84,60% | 15,40% | 15,40% |
| Transferências de Capital | 12.369.600,00 | 13.603.200,00 | 7.591.713,32 | 7.591.713,32 | -44,19% | 61,37% | 55,81% |
| Ativos Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Passivos Financeiros | 675.100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | -100,00% | 0,00% | 0,00% |
| Outras Receitas de Capital | 139.800,00 | 139.800,00 | 26.057,84 | 26.057,84 | -81,36% | 18,64% | 18,64% |
| Sub-total: | 14.517.600,00 | 15.076.200,00 | 7.823.034,93 | 7.823.034,93 | -46,11% | 53,89% | 51,89% |
| Outras Receitas | | | | | | | |
| Reposições não Abatidas nos Pagamentos | 37.100,00 | 37.100,00 | 458.147,78 | 458.147,78 | 1134,90% | 1234,90% | 1234,90% |
| Saldo da Gerência Anterior | 0,00 | 73.500,00 | 0,00 | 0,00 | -100,00% | 0,00% | 0,00% |
| Sub-total: | 37.100,00 | 110.600,00 | 458.147,78 | 458.147,78 | 314,24% | 1234,90% | 414,24% |
| TOTAL: | 37.578.200,00 | 38.210.300,00 | 31.993.909,62 | 31.921.555,17 | -16,46% | 84,95% | 83,54% |

ORÇAMENTO DE DESPESA

| Descrição | Dotações Iniciais (DI) | Dotações Corrigidas (DC) | Despesa Paga (DP) | Desvio % (DP-DC) | Tx. execução | |
|------------------------------|------------------------|--------------------------|----------------------|------------------|-------------------|---------------------|
| | | | | | Dotações Iniciais | Dotações corrigidas |
| Despesas Correntes | | | | | | |
| Despesas com o Pessoal | 6.932.500,00 | 6.863.110,00 | 6.822.383,59 | -1,59% | 98,41% | 99,41% |
| Aquisição de Bens e Serviços | 14.338.800,00 | 14.271.340,00 | 12.372.257,78 | -13,71% | 86,29% | 86,69% |
| Juros e Outros Encargos | 256.200,00 | 292.000,00 | 288.529,26 | 12,62% | 112,62% | 98,81% |
| Transferências Correntes | 1.019.500,00 | 1.095.650,00 | 1.038.725,51 | 1,89% | 101,89% | 94,80% |
| Outras Despesas Correntes | 359.800,00 | 458.200,00 | 434.254,84 | 20,69% | 120,69% | 94,77% |
| Sub-total: | 22.906.800,00 | 22.980.300,00 | 20.956.150,98 | -8,52% | 91,48% | 91,19% |
| Despesas de Capital | | | | | | |
| Aquisição de Bens de Capital | 10.645.500,00 | 11.653.900,00 | 7.532.063,53 | -29,25% | 70,75% | 64,63% |
| Transferências de Capital | 2.595.800,00 | 2.056.000,00 | 1.875.272,86 | -27,76% | 72,24% | 91,21% |
| Ativos Financeiros | 330.000,00 | 430.000,00 | 430.000,00 | 30,30% | 130,30% | 100,00% |
| Passivos Financeiros | 1.100.100,00 | 1.090.100,00 | 1.089.983,90 | -0,92% | 99,08% | 99,99% |
| Sub-total: | 14.671.400,00 | 15.230.000,00 | 10.927.320,29 | -25,52% | 74,48% | 71,75% |
| TOTAL: | 37.578.200,00 | 38.210.300,00 | 31.883.471,27 | -15,15% | 84,85% | 83,44% |

Verifica-se que o total do orçamento aprovado inicialmente, no montante de 37.578.200,00 euros foi durante a execução orçamental de 2011 elevado para 38.210.300,00 euros, devido à inserção do saldo da gerência anterior no valor de 73.500,00 euros, 1.233.600,00 euros de transferências de capital provenientes da participação comunitária em projetos cofinanciados e a anulação empréstimos bancários no valor de 675.000,00 euros. Numa ótica de despesa há outro aspeto que é de realçar: o volume de compromissos assumidos (no montante de 37.521.329,44 euros) originou um saldo em relação à despesa paga de 5.637.858,17 euros, obtendo nesta perspetiva um grau de comprometimento de despesa de cerca de 98,20%. Entenda-se neste ponto que o comprometimento da despesa não é o sinónimo de dívida, mas sim o compromisso para com terceiros de que a mesma, desde que cumpridos os pressupostos que a originaram, se venha a realizar.

Ao nível das taxas de execução - cobranças e pagamentos - e face ao previsto corrigido, regista-se um ligeiro aumento na receita e despesa, de 0,35% e 0,16%, respetivamente.

As receitas (brutas) e as despesas, correntes e de capital, apresentam - sinteticamente - no ano de 2011, a seguinte estrutura:

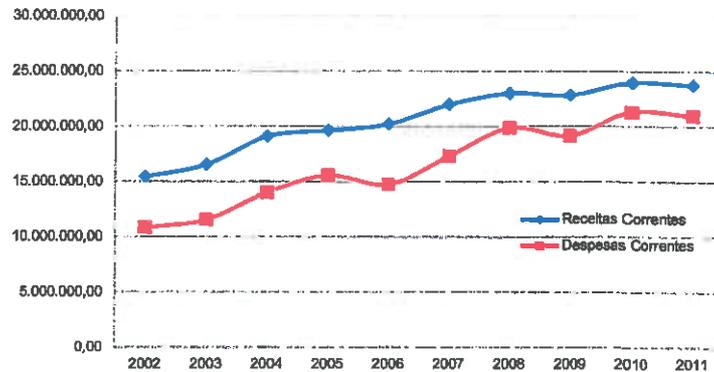
QUADRO 2 – Estrutura da Execução Orçamental

| Descrição | Valor | Coef. % |
|-------------------------|---------------------|----------------|
| Receitas Correntes | 23.712.727 € | 74,12% |
| Receitas de Capital | 7.823.035 € | 24,45% |
| Outras Receitas | 458.148 € | 1,43% |
| Total da Receita | 31.993.910 € | 100,00% |
| Despesas Correntes | 20.956.151 € | 65,73% |
| Despesas de Capital | 10.927.320 € | 34,27% |
| Total da Despesa | 31.883.471 € | 100,00% |

Constatamos que as *receitas correntes* superaram em 2.756.575,93 euros as *despesas correntes*, suportando uma parcela significativa do investimento. Tal facto é seguidamente evidenciado, apresentando complementarmente e numa perspetiva evolutiva, a comparação entre receitas e despesas correntes nos últimos dez anos.

Handwritten signatures and initials:
M...
E...
H...
C...
J...
J...

GRÁFICO I – Evolução das Receitas Correntes e Despesas Correntes no período 2002-2011



2.2. SALDOS DA GERÊNCIA

2.2.1. NA ÓTICA ORÇAMENTAL

Para melhor análise estes saldos devem ser calculados numa base de caixa (diferença entre receitas cobradas e despesas pagas) e numa base de compromissos (diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos). No que concerne ao significado de receitas liquidadas, estas retratam no orçamento o direito a receber, sendo que se podem efetivar ou não em receitas cobradas. Quanto aos compromissos, frequentemente e de forma errada identificados como dívidas, correspondem à assunção da responsabilidade da realização da despesa que se encontra devidamente suportada por requisições externas ou documento equivalente. Estes compromissos só se transformam em dívida quando existe uma efetiva obrigação (fatura ou documento equivalente) de pagar.

↳ **Saldo Corrente**

De acordo com o disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, o Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes (brutas) serem pelo menos iguais às despesas correntes. Assim, conforme informação seguinte podemos concluir que este saldo é positivo nas duas vertentes.

| | Receitas Correntes | Despesas Correntes | Saldo Corrente |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|----------------|
| <i>na base de caixa</i> | 23.712.726,91 | 20.956.150,98 | 2.756.575,93 |
| <i>na base de compromissos</i> | 23.780.915,40 | 22.795.961,98 | 984.953,42 |

Ao nível da execução orçamental desenvolvida pela Autarquia, totalizando as receitas correntes o montante de 23.712.726,91 euros face ao valor de 20.956.150,98 euros de despesas correntes, foi possível obter uma poupança corrente de 2.756.575,93 euros utilizada para suportar investimentos.

↳ **Saldo Orçamental**

O saldo orçamental (o qual não inclui o saldo de tesouraria da gerência anterior) calcula-se pela diferença entre as receitas totais e as despesas totais, também com base nas duas vertentes utilizadas no cálculo do saldo corrente.

| | Receitas Totais | Despesas Totais | Saldo Orçamental |
|--------------------------------|------------------------|------------------------|-------------------------|
| <i>na base de caixa</i> | 32.067.468,44 | 31.883.471,27 | 183.997,17 |
| <i>na base de compromissos</i> | 32.135.656,93 | 37.521.329,44 | -5.385.672,51 |

Analisando a informação anterior, constata-se que o saldo orçamental na base de caixa é positivo, registando 183.997,17 euros, que transitam para o ano de 2012. O saldo na base de compromissos evidencia, naturalmente, um saldo negativo, justificado pelo não pagamento das despesas assumidas no período da gerência. Assim, conforme já foi explicitado no início deste ponto, esta diferença significativa evidencia parte dos compromissos (assunção de uma responsabilidade na realização de despesas) que transitam para o ano económico seguinte.

Saldo efetivo

Este saldo é obtido através da diferença entre as receitas totais e as despesas totais, excluindo de igual forma nos dois agregados os Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros.

| | Receitas Totais | Despesas Totais | Saldo Efetivo |
|--------------------------------|------------------------|------------------------|----------------------|
| <i>na base de caixa</i> | 32.067.468,44 | 30.363.487,37 | 1.703.981,07 |
| <i>na base de compromissos</i> | 32.135.656,93 | 36.001.345,54 | -3.865.688,61 |

Este indicador permite saber a cobertura que as receitas "operacionais" detêm relativamente às despesas "operacionais" e " encargos financeiros". Assim, na base de caixa o saldo global ou efetivo é positivo com o valor de 1.703.981,07 euros. Tal como previsto, na base dos compromissos e seguindo a mesma explicação já referida no saldo anterior, este valor atinge um saldo negativo de 3.865.688,61 euros.

2.2.2. NA ÓTICA DOS FLUXOS DE CAIXA

A análise efetuada aos Fluxos de Caixa do exercício de 2011, onde se encontram discriminadas todas as importâncias relativas aos recebimentos e pagamentos, reportando-se tanto à execução orçamental, como às operações de tesouraria (valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, isto é, cobranças para terceiros), permite-nos constatar que o saldo para a gerência seguinte é de 1.671.094,51 euros, dos quais 183.997,17 euros são de Operações Orçamentais e 1.487.097,34 euros são de Operações de tesouraria.

QUADRO 3 – Fluxos de Caixa

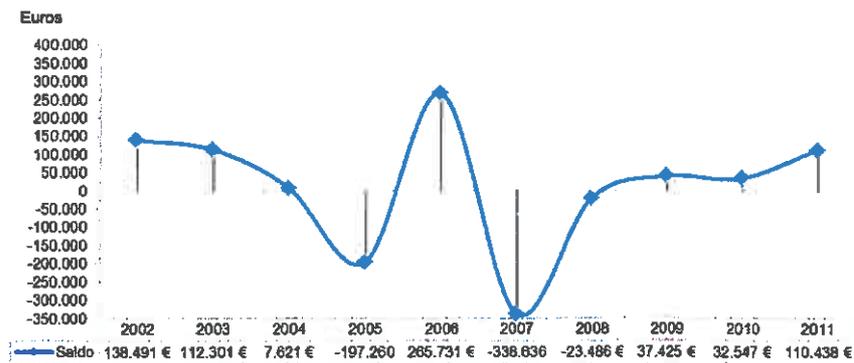
| | <i>unidade: euros</i> | |
|---------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| Saldo da Gerência anterior (2010) | | |
| Execução orçamental | 73.558,82 | |
| Operações de tesouraria | 1.438.847,44 | 1.512.406,26 |
| Receita cobrada na gerência | | |
| Receitas Orçamentais | 31.993.909,62 | |
| Operações de tesouraria | 1.635.381,80 | 33.629.291,42 |
| Pagamentos efectuados na gerência | | |
| Despesas Orçamentais | 31.883.471,27 | |
| Operações de tesouraria | 1.587.131,90 | 33.470.603,17 |
| Saldo para a Gerência seguinte (2012) | | |
| Execução orçamental | 183.997,17 | |
| Operações de tesouraria | 1.487.097,34 | 1.671.094,51 |

[Handwritten signature and notes]

2.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

No ano de 2011 a Receita total cobrada bruta ascendeu, tal como já ficou anteriormente demonstrado, a 31.993.909,62 euros e a Despesa total executada a 31.883.471,27 euros, significando que durante o ano de 2011 os recebimentos são superiores os pagamentos em 110.438,35 euros. O gráfico II evidencia a evolução do Saldo do exercício ao longo dos últimos dez anos.

GRÁFICO II – Saldo do exercício



Relativamente ao saldo da gerência de 2011, se ao saldo do exercício adicionarmos o saldo da gerência anterior (2010) de 73.558,82 euros transita para a gerência do ano de 2012 um saldo orçamental de 183.997,17 euros. Neste contexto, concluímos que o orçamento de 2011 previa os recursos necessários para cobrir todas as despesas, pelo que se cumpriu o princípio orçamental do equilíbrio global.

2.4. ORÇAMENTO DE RECEITA

Ao longo deste capítulo procura-se referir os principais fatores que condicionaram a arrecadação de receitas no decorrer de 2011 e a sua evolução no triénio 2009 – 2011. A análise efetuada à execução orçamental teve como suporte os dados constantes dos Orçamentos do referido período, utilizando no Orçamento de receita, a receita cobrada bruta.

A estrutura da *Receita Total* subdivide-se, em termos orçamentais, em *Receitas Correntes*, que compreendem os impostos diretos e indiretos, as taxas, multas e outras penalidades, os rendimentos de propriedade, as transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes, em *Receitas de Capital*, onde se inscrevem as rubricas referentes à venda de bens de investimento, às transferências de capital, aos ativos financeiros, aos passivos financeiros, a outras receitas de capital e a *Outras Receitas*, constituídas pelas reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo da gerência anterior.

O quadro seguinte apresenta a estrutura do Orçamento de Receita e os desvios relativamente ao orçamento inicial e corrigido.

QUADRO 4 – Estrutura do Orçamento de Receita

| Descrição | Previsões Corrigidas | Receita cobrada bruta | Desvio | Estrutura % |
|--|----------------------|--------------------------|----------------------|---------------|
| Receitas Correntes | | | | |
| Impostos Diretos | 4.452.200,00 | 4.492.335,52 | 40.135,52 | 14,04 |
| Impostos Indiretos | 321.700,00 | 80.279,06 | -241.420,94 | 0,25 |
| Taxas, Multas e Outras Penalidades | 1.023.000,00 | 958.277,16 | -64.722,84 | 3,00 |
| Rendimentos de Propriedade | 1.713.400,00 | 2.153.124,29 | 439.724,29 | 6,73 |
| Transferências Correntes | 10.207.100,00 | 10.472.620,09 | 265.520,09 | 32,73 |
| Venda de Bens e Serviços Correntes | 5.267.200,00 | 5.462.099,98 | 194.899,98 | 17,07 |
| Outras Receitas Correntes | 38.900,00 | 93.990,81 | 55.090,81 | 0,29 |
| Total (Receitas Correntes) | 23.023.500,00 | 23.712.726,91 | 689.226,91 | 74,12 |
| Receitas de Capital | | | | |
| Venda de Bens de Investimento | 1.333.100,00 | 205.263,77 | -1.127.836,23 | 0,64 |
| Transferências de Capital | 13.603.200,00 | 7.591.713,32 | -6.011.486,68 | 23,73 |
| Ativos Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivos Financeiros | 100,00 | 0,00 | -100,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 139.800,00 | 26.057,84 | -113.742,16 | 0,08 |
| Total (Receitas Capital) | 15.076.200,00 | 7.823.034,93 | -7.253.165,07 | 24,45 |
| Outras Receitas | | | | |
| Reposições não Abatidas nos Pagamentos | 37.100,00 | 458.147,78 | 421.047,78 | 1,43 |
| Saldo da Gerência Anterior | 73.500,00 | 0,00 | -73.500,00 | 0,00 |
| Total (Outras Receitas) | 110.600,00 | 458.147,78 | 347.547,78 | 1,43 |
| TOTAL | 38.210.300,00 | 31.993.909,62 | -6.216.390,38 | 100,00 |

O Orçamento de Receita para o ano de 2011, apresenta um valor cobrado bruto de 31.993.909,62 euros, sendo 23.712.726,91 euros de receitas correntes, 7.823.034,93 euros de receitas de capital e 458.147,78 euros de outras receitas.

Relativamente ao previsto para 2011, ficaram por arrecadar 6.216.390,38 euros, índice de execução inferior ao esperado em 16,27%, ou seja, foram arrecadadas 83,73% das receitas previstas. Este desvio na execução, foi originado principalmente pela diminuição na cobrança das receitas de capital relativamente ao previsto em 7.253.165,07 euros, resultante, entre outros, da diminuição das transferências de capital e da não concretização da venda de bens de investimento. As receitas correntes (bruta) obtiveram uma execução de 102,99%.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Podemos salientar pela análise do quadro, que os fundos provenientes das transferências (correntes e de capital) são a principal fonte de receita, responsáveis por 56,46% dos fundos do Orçamento Municipal. Também os impostos (diretos e indirectos) totalizam 14,29%, assim, são estes dois agregados que sustentam em 70,75% o orçamento de receita. Sendo que estes têm maior expressão ao nível das receitas correntes, naturalmente condicionam a sua estrutura, pelo que o peso das receitas correntes arrecadadas é de 74,12% em relação à receita total e as de capital de 24,45%.

O peso da receita corrente no orçamento global, tem vindo nestes últimos anos a incrementar-se, resultado da diminuição abrupta das receitas de capital.

Seguidamente, apresenta-se uma análise comparativa da cobrança das receitas correntes e de capital, no triénio 2009 – 2011.

2.4.1. RECEITAS CORRENTES

O quadro seguinte retrata a evolução das receitas correntes nos últimos três anos. A contração de 0,90%, com a expressão de 214.379,03 euros em valor absoluto e comparativamente ao ano de 2010, deriva simultaneamente, da diminuição de uma das receitas próprias mais significativas, a venda de bens e serviços correntes e da componente com maior representatividade (44,16%) – as transferências correntes. No entanto, esta quebra na cobrança foi devidamente prevista em sede orçamental, como comprova a sua taxa de execução de 102,99%. Contrariamente às receitas mencionadas, as provenientes de impostos indirectos, apresentaram uma evolução que não se previa, como revela a taxa de execução 24,95%.

QUADRO 5 – Estrutura e evolução na cobrança das Receitas Correntes no período 2009-2011

| Descrição | 2009 | 2010 | 2011 | Evolução no período | |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------|
| | | | | 2009-2010 | 2010-2011 |
| Receitas Correntes | | | | | |
| Impostos Directos | 4.399.172,21 | 4.412.495,33 | 4.492.335,52 | 0,30% | 1,81% |
| Impostos Indirectos | 248.652,42 | 375.043,55 | 80.279,06 | 50,83% | -78,59% |
| Taxas, Multas e Outras Penalidades | 1.054.632,91 | 1.007.783,30 | 958.277,16 | -4,44% | -4,91% |
| Rendimentos de Propriedade | 1.383.957,44 | 1.711.432,14 | 2.153.124,29 | 23,66% | 25,81% |
| Transferências Correntes | 10.690.040,47 | 10.700.048,24 | 10.472.620,09 | 0,09% | -2,13% |
| Venda de Bens e Serviços Correntes | 4.986.140,90 | 5.679.934,75 | 5.462.099,98 | 13,91% | -3,84% |
| Outras Receitas Correntes | 41.134,00 | 40.368,63 | 93.990,81 | -1,86% | 132,83% |
| Total (Receitas Correntes) | 22.803.730,35 | 23.927.105,94 | 23.712.726,91 | 4,93% | -0,90% |

Considerando a representatividade das várias tipologias de receitas e comparativamente ao ano anterior, podemos concluir:

• os impostos indirectos, com uma receita cobrada bruta de 80.279,06 euros no ano de 2011 e embora só representem na estrutura 0,34%, apresentam a maior descida em valor absoluto – 294.764,49 euros – em relação ao ano anterior, com uma execução 24,95%. A rubrica de loteamentos e obras com uma cobrança de 61.008,99, apresenta uma quebra face ao previsto, na ordem dos 80%;

• as *transferências correntes*, com uma execução de 102,60%, desceram, face a 2010, 2,13%, ou seja 227.428,15 euros. Sendo a receita mais representativa na estrutura da receita autárquica corrente – 44,16% - foi a que naturalmente mais contribuiu para a diminuição global de perto de 1%;

• a venda de bens e serviços correntes com um volume de 5.462.099,985 euros, registam em relação ao ano anterior uma diminuição de 217.834,77 euros, tendo invertido a tendência de crescimento dos últimos anos. Com maior representatividade merecem destaque a venda de produtos acabados e intermédios: *Água* (1.811.983,72 euros) e *Eletricidade* (918.187,10 euros); e a prestação de um serviço específico da Autarquia: *Recolha de Resíduos Sólidos* (1.134.043,68 euros). De referir ainda que neste agregado, as receitas provenientes dos *Serviços Desportivos* e de *Parques de Estacionamento*, atingem cobranças na ordem dos 141.339,65 euros e 343.456,55 euros, respetivamente;

• os rendimentos de propriedade, esta receita, proveniente de juros, dividendos e outras participações em lucros, rendas de terrenos e outros, atinge no ano de 2011 o valor de 2.153.124,29 euros, ou seja, mais 441.692,15 do que a cobrada em 2010. Este acréscimo deriva da cobrança da renda de concessão paga trimestralmente pela EDP, sendo que no ano de 2011 foi cobrada o último trimestre de 2010, no valor de 418.973,98 euros;

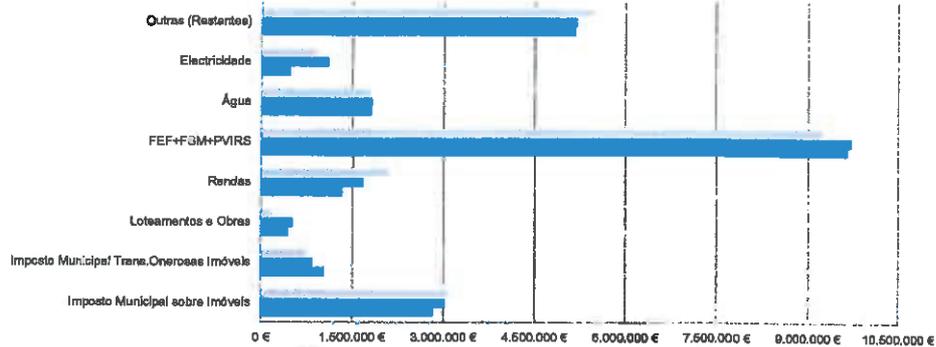
• os impostos diretos, compostos em 89% pelo *Imposto Municipal sobre Imóveis* e o *Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis*, ascendem em 2011 a 4.492.335,52 euros, obtendo uma execução de 101%;

• as taxas, multas e outras penalidades com uma taxa de execução próxima dos 94%, apresentam em relação ao ano anterior uma diminuição de 49.506,14 euros. Com elevado peso nestas receitas, destacam-se com o valor de 686.945,95 euros as derivadas das taxas de saneamento.

O gráfico seguinte apresenta o comportamento e tendência das receitas correntes, evidenciando a sua vulnerabilidade, e, ou as oscilações conjunturais. De uma forma global podemos concluir que a principal fonte de receita são provenientes do setor estado. As receitas próprias provenientes tanto dos impostos indiretos como das taxas apresentam uma diminuição significativa, principalmente as relacionadas com o setor da construção civil, o que aliás igualmente se reflete na quebra do imposto relacionado com as vendas neste setor. A venda de bens e prestação de serviços, apresenta naturalmente, e face ao cenário de retração no consumo, igualmente uma ligeira descida.

[Handwritten signatures and initials]

GRÁFICO III – Estrutura e evolução na execução das Receitas Correntes



| | Imposto Municipal sobre Imóveis | Imposto Municipal Trans.Onerosas Imóveis | Loteamentos e Obras | Rendas | FEF+FGM+PVIRS | Água | Electricidade | Outras (Restantes) |
|----------|---------------------------------|--|---------------------|-------------|---------------|-------------|---------------|--------------------|
| Ano 2011 | 3.141.642 € | 767.712 € | 189.044 € | 2.128.099 € | 9.257.576 € | 1.811.984 € | 918.187 € | 5.498.483 € |
| Ano 2010 | 3.026.996 € | 849.919 € | 523.800 € | 1.683.480 € | 9.720.063 € | 1.820.139 € | 1.106.306 € | 5.196.404 € |
| Ano 2009 | 2.839.199 € | 1.052.587 € | 452.737 € | 1.344.104 € | 9.656.671 € | 1.814.061 € | 475.279 € | 5.169.092 € |

2.4.2. RECEITAS DE CAPITAL

Como se pode verificar pela análise dos quadros seguintes, o período referenciado evidencia uma quebra abrupta na cobrança neste tipo de receitas. Comparativamente ao ano de 2009, o orçamento municipal de 2011 sofre uma descida que ascende a 8.208.808,19 euros, na ordem de grandeza equivalente a 21% da totalidade do orçamentado para o ano de 2011. Sendo que o núcleo essencial das Receitas de Capital arrecadadas no ano de 2011 é constituído pelas Transferências de Capital, estas apresentam igualmente face a 2009 uma diminuição de 6.547.525,74 euros, verificando-se que esta diminuição é originária na quase totalidade das transferências comunitárias de apoio ao investimento.

O controlo ao endividamento estabelecido na Lei das Finanças Locais e consecutivamente reforçado nas Lei de Orçamento de Estado, ao conter as despesas de investimento, origina naturalmente uma diminuição na obtenção deste tipo de receitas.

As *Receitas de Capital* ascendem a 7.823.034,93 euros, o que relativamente ao ano anterior, traduz uma diminuição de 3.067.856,06 euros. Para esta redução de 28,17% foi determinante a diminuição de 1.340.591,09 euros da rubrica de transferências de capital, nomeadamente com os apoios comunitários, e a não concretização de venda de terrenos, que diminuiram 1.039.677,21 euros. No ano de 2011 não foi efetuado o recurso a empréstimos.

Através da composição dos valores arrecadados e afetos a receitas de capital por grandes agregados económicos, também observada a partir do quadro seguinte, podemos concluir que os meios de financiamento externo são a fonte quase exclusiva (97,04%) de recursos de capital.

QUADRO 6 – Estrutura e evolução na cobrança das Receitas de Capital

| Descrição | 2009 | 2010 | 2011 | Evolução no período | |
|---------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| | | | | 2009-2010 | 2010-2011 |
| Receitas de Capital | | | | | |
| Venda de Bens de Investimento | 116.485,14 | 1.244.940,98 | 205.263,77 | 968,76% | -83,51% |
| Transferências de Capital | 14.166.238,79 | 8.932.304,40 | 7.591.713,32 | -36,95% | -15,01% |
| Ativos Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Passivos Financeiros | 1.500.000,00 | 682.896,35 | 0,00 | -54,47% | -100,00% |
| Outras Receitas de Capital | 249.119,19 | 30.749,26 | 26.057,84 | -87,66% | -15,26% |
| Total (Receitas Capital) | 16.031.843,12 | 10.890.890,99 | 7.823.034,93 | -32,07% | -28,17% |

O quadro seguinte discrimina os principais projetos de investimento, financiados por apoios comunitários e outros, obtidos em 2011 com o valor de 2.604.424,37 euros.

QUADRO 7 – Principais Apoios Comunitários e Outros, afetos ao investimento recebidos durante o ano de 2011

| Designação do Projecto | Valor da Participação Recebida |
|---|--------------------------------|
| Melhor Mobilidade | 451.146,20 |
| Requalificação da Mãe D' Água-Criação da Ciclovia | 105.230,61 |
| Requalificação da Mãe D' Água-Criação da Praça Nova | 161.517,00 |
| Sede da Fundação Hispano Portuguesa-Rel Afonso Henriques | 134.602,59 |
| Igreja dos Formarigos | 83.153,12 |
| Mãe D'Água do Loreto | 84.173,63 |
| Melhor Gestão de Riscos Naturais-Bragança | 33.408,40 |
| Circuito de manutenção de Sta.Apolónia | 823.939,03 |
| Integração das TIC nos processos de ensino e aprendizagem | 30.032,84 |
| Centros Escolares | 556.471,30 |
| Requalificação dos espaços públicos dos Bairros da Mãe D'Água e Estação | 57.826,76 |
| Forno comunitário | 82.922,89 |
| Total | 2.604.424,37 |

2.4.3. EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL

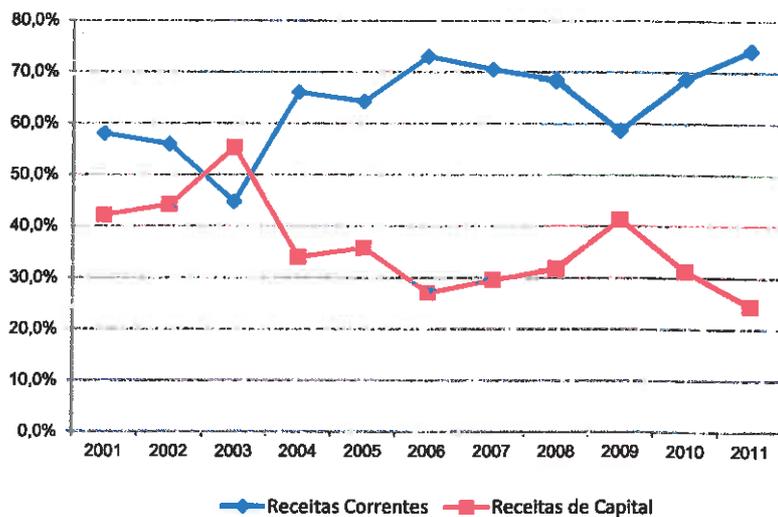
O quadro n.º 8 e o gráfico n.º IV permitem visualizar o comportamento de cada componente económica da Receita: correntes e de capital.

Handwritten notes and signatures:
Mun
Brag
H
de Br
just

QUADRO 8 – Estrutura e Evolução das Receitas Correntes, Capital e Outras em percentagem

| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|----------------------------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Receitas Correntes | 57,9% | 55,8% | 44,7% | 65,90% | 64,14% | 72,85% | 70,34% | 68,26% | 58,63% | 68,61% | 74,12% |
| Receitas de Capital | 42,1% | 44,2% | 55,3% | 34,00% | 35,81% | 27,09% | 29,63% | 31,74% | 41,22% | 31,23% | 24,45% |
| Outras Receitas | — | — | — | 0,10% | 0,05% | 0,06% | 0,03% | 0,01% | 0,16% | 0,16% | 1,43% |

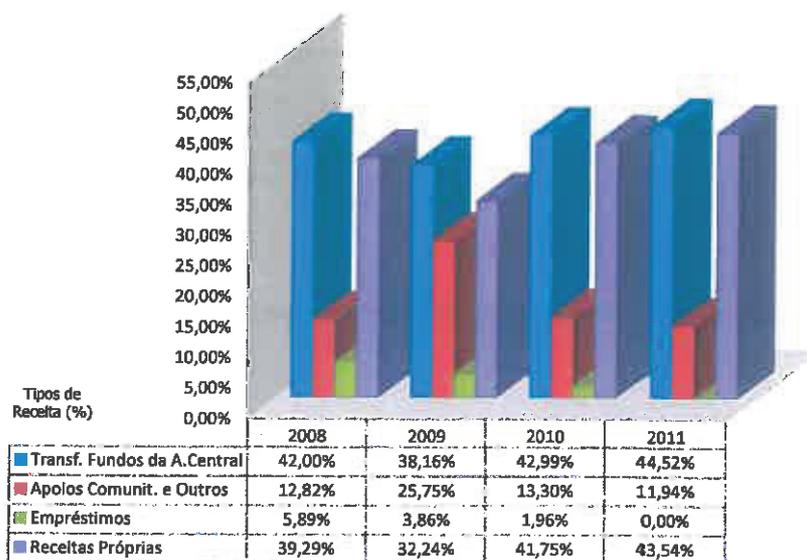
GRÁFICO IV – Evolução das Receitas Correntes e de Capital em percentagem



QUADRO 9 – Evolução da Estrutura das Receitas Totais – 2001/2011 por tipo de financiamento

| Anos Períodos | | | | | Apoios | Empréstimos | Receitas | Total |
|------------------|------------|-----------|-----------|---------|----------------------|-------------|------------|------------|
| | F.E.F | F.S.M | P.V.IRS | LOE | Comunit. e Outros | | Próprias | |
| 2001 | 8.371.450 | 1.504.883 | | 890.863 | 3.739.623 | 312.961 | 10.153.306 | 24.973.085 |
| 2002 | 8.866.189 | 2.318.217 | 993.085 | | 5.158.507 | 2.062.833 | 8.238.191 | 27.637.022 |
| 2003 | 9.085.329 | 2.481.155 | 1.028.836 | | 10.165.341 | 3.895.039 | 10.344.703 | 37.000.403 |
| 2004 | 9.848.042 | 2.271.477 | 1.078.295 | | 4.024.778 | 497.738 | 11.243.357 | 28.963.687 |
| 2005 | 10.753.487 | 1.618.078 | 1.090.205 | | 4.322.802 | 1.664.175 | 11.134.415 | 30.583.162 |
| 2006 | 11.484.514 | 899.988 | 1.080.268 | | 3.165.259 | 0 | 11.085.577 | 27.712.606 |
| 2007 | 11.757.792 | 491.976 | 1.212.002 | | 5.299.579 | 0 | 12.466.209 | 31.227.558 |
| 2008 | 12.343.662 | 491.971 | 1.299.226 | | 4.316.545 | 1.982.300 | 13.224.581 | 33.658.285 |
| 2009 | 12.962.328 | 545.965 | 1.333.309 | | 10.014.677 | 1.500.000 | 12.540.114 | 38.896.394 |
| 2010 | 13.184.282 | 512.679 | 1.296.804 | | 4.638.587 | 682.896 | 14.558.875 | 34.874.124 |
| 2011 | 12.466.185 | 484.756 | 1.293.109 | | 3.820.283 | 0 | 13.929.576 | 31.993.910 |

GRÁFICO V – Evolução da estrutura das Receitas – 2008/2011 por tipo de financiamento



2.5. ORÇAMENTO DA DESPESA

A abordagem efetuada à análise da despesa perspetiva-se numa lógica tipificada por tipo de classificação: *económica* – que permite identificar quer o destino privilegiado das despesas (correntes ou de capital), quer a sua natureza (despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, ...); *orgânica* – segundo as unidades orgânicas ou centros de custos) e *funcional* – indicando a afetação das despesas ao tipo de necessidades locais que a Autarquia pretende satisfazer.

2.5.1. ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA DESPESA

O quadro n.º 10 resume, na ótica da classificação económica, o total da despesa paga no ano de 2011.

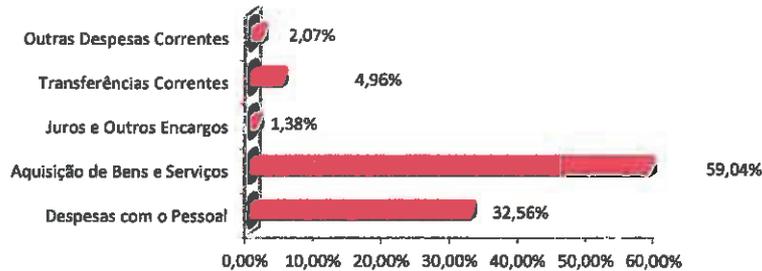
QUADRO 10 – Estrutura do Orçamento de Despesa

| Descrição | Dotações Finais | Despesa Paga | Desvio | Estrutura Global % | Tx. execução |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|--------------------|---------------|
| Despesas Correntes | | | | | |
| Despesas com o Pessoal | 6.863.110,00 | 6.822.383,59 | -40.726,41 | 21,40 | 99,41% |
| Aquisição de Bens e Serviços | 14.271.340,00 | 12.372.257,78 | -1.899.082,22 | 38,80 | 86,69% |
| Juros e Outros Encargos | 292.000,00 | 288.529,26 | -3.470,74 | 0,90 | 98,81% |
| Transferências Correntes | 1.095.650,00 | 1.038.725,51 | -56.924,49 | 3,26 | 94,80% |
| Outras Despesas Correntes | 458.200,00 | 434.254,84 | -23.945,16 | 1,36 | 94,77% |
| Total (Despesas Correntes) | 22.980.300,00 | 20.956.150,98 | -2.024.149,02 | 65,73 | 91,19% |
| Despesas de Capital | | | | | |
| Aquisição de Bens de Capital | 11.653.900,00 | 7.532.063,53 | -4.121.836,47 | 23,62 | 64,63% |
| Transferências de Capital | 2.056.000,00 | 1.875.272,86 | -180.727,14 | 5,88 | 91,21% |
| Ativos Financeiros | 430.000,00 | 430.000,00 | 0,00 | 1,35 | 100,00% |
| Passivos Financeiros | 1.090.100,00 | 1.089.983,90 | -116,10 | 3,42 | 99,99% |
| Total (Despesas Capital) | 15.230.000,00 | 10.927.320,29 | -4.302.679,71 | 34,27 | 71,75% |
| TOTAL | 38.210.300,00 | 31.883.471,27 | -6.326.828,73 | 100,00 | 83,44% |

[Handwritten signatures and notes]

2.5.1.1. DESPESAS CORRENTES

GRÁFICO VI – Estrutura da execução despesas correntes em percentagem



As despesas correntes pagas totalizaram 20.956.150,98 euros, registando-se uma diminuição, em termos absolutos, de 2.024.149,02 euros em relação ao ano anterior. Relativamente ao orçamento de despesa representam 65,73% das despesas pagas, com uma taxa de execução de 91,19%. No que concerne aos compromissos assumidos, totalizam 22.795.961,98 euros pelo que a taxa de comprometimento da despesa neste agregado, atinge o valor de 99,20%. O quadro seguinte, apresenta a tendência verificada no triénio deste tipo de despesas.

QUADRO 11 – Estrutura do Orçamento de Despesas Correntes e sua Evolução no período 2009-2011

| Descrição | 2009 | 2010 | 2011 | Evolução no período | |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------|
| | | | | 2009-2010 | 2010-2011 |
| Despesas Correntes | | | | | |
| Despesas com o pessoal | 6.880.402,41 | 6.962.159,68 | 6.822.383,59 | 1,19% | -2,01% |
| Aquisição de bens e serviços | 10.412.860,18 | 12.427.129,71 | 12.372.257,78 | 19,34% | -0,44% |
| Juros e outros encargos | 364.357,82 | 246.629,45 | 288.529,26 | -32,31% | 16,99% |
| Transferências correntes | 1.201.018,65 | 1.261.380,56 | 1.038.725,51 | 5,03% | -17,65% |
| Outras despesas correntes | 307.586,18 | 398.471,00 | 434.254,84 | 29,55% | 8,98% |
| Total (Despesas Correntes) | 19.166.225,24 | 21.295.770,40 | 20.956.150,98 | 11,11% | -1,59% |

As despesas com pessoal, com uma execução orçamental de 6.822.383,59 euros, correspondem a cerca de 32,56% da despesa corrente executada, registando uma diminuição de 2,01% em relação ao ano de 2010. Relativamente ao total do orçamento de despesa expressam uma representatividade de 21,40% das despesas pagas.

A composição das despesas com o pessoal é a seguinte:

| | |
|-----------------------------------|---------------------|
| Remunerações certas e permanentes | 5.317.315,35 euros; |
| Abonos variáveis ou eventuais | 263.737,07 euros; |
| Segurança Social | 1.241.331,17 euros; |

A aquisição de bens e serviços, reduzida em 0,44% relativamente ao ano anterior, surge a par das despesas com pessoal, como a rubrica de despesa com maior peso relativamente ao total das despesas de funcionamento, com um peso de 59,04% influenciando as despesas correntes totais no montante de 12.372.257,78 euros. Nesta tipologia de despesas, a aquisição de serviços assume maior relevância abrangendo 87,68% da despesa paga, enquanto que a aquisição de bens se traduz em 12,32%.

Dentro da *aquisição de bens*, em que podemos enquadrar designadamente o material de limpeza e higiene, educação cultura e recreio, material honorífico, entre outros, a despesa que assume maior expressão é a que se refere à aquisição de combustíveis e lubrificantes com 35,41% da despesa paga.

Ao nível das *prestações de serviços*, dizem respeito a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, designadamente: encargos de instalações com 17,52%; limpeza e higiene com 23,48%, serviços especializados com 14,71% e outros serviços com 23,43%, estas despesas significam no seu conjunto 79,14% da despesa paga com a aquisição de serviços.

Os restantes despesas encontram-se dispersas, entre outras, em: transportes - 5,71%; vigilância e segurança - 5,29%; encargos de cobrança com receitas - 3,28%.

As despesas com *juros e outros encargos* apresentam o valor de 288.529,29 euros, sendo que 220.499,11 euros referem-se a empréstimos de médio e longos prazos. O modelo 8.3.6 da prestação de contas apresenta, discriminadamente, estes encargos por natureza e finalidade.

Quanto às restantes rubricas, as *transferências correntes* correspondem a 5,92% das despesas correntes, com o valor absoluto de 1.261.380,56 euros e um aumento de 5,03% comparativamente ao ano 2009. Os seus destinatários encontram-se evidenciados no Mapa de Transferências Correntes – que constam do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas e cuja composição agregada é a seguinte:

- Instituições Sem Fins Lucrativos com 896.669,04 euros;
- Associações de Municípios com 75.994,09 euros;
- Freguesias, com transferências na ordem dos 51.896,00 euros;
- Municípios, 14.166,38 euros.

as *outras despesas correntes* equivalem a 2,07% traduzindo um impacto insignificante no orçamento corrente.

2.5.1.2. DESPESAS DE CAPITAL

O quadro n.º 12 permite desagregar as despesas de capital, indicando o volume de despesa paga, respetiva estrutura, evolução de cada um dos agrupamentos e a sua taxa de variação em relação ao último triénio.

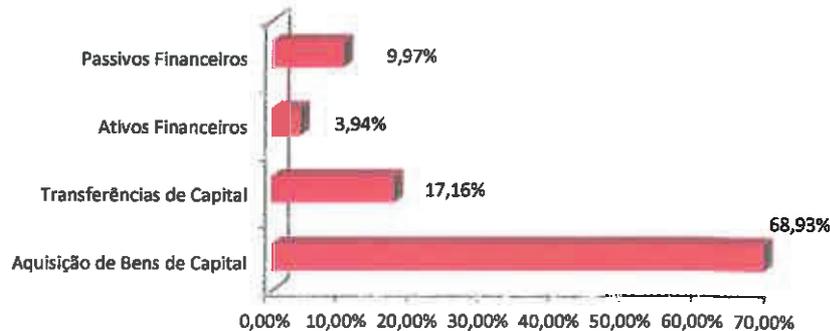
QUADRO 12 – Estrutura do Orçamento de Despesas de Capital e sua Evolução no período 2009-2011

| Descrição | 2009 | 2010 | 2011 | Evolução no período | |
|---------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------|
| | | | | 2009-2010 | 2010-2011 |
| Despesas de Capital | | | | | |
| Aquisição de bens de capital | 15.015.783,32 | 9.636.509,23 | 7.532.063,53 | -35,82% | -21,84% |
| Transferências de capital | 2.716.596,22 | 2.031.629,10 | 1.875.272,86 | -25,21% | -7,70% |
| Ativos financeiros | 335.000,00 | 374.326,89 | 430.000,00 | 11,74% | 14,87% |
| Passivos financeiros | 1.625.364,22 | 1.503.341,36 | 1.089.983,90 | -7,51% | -27,50% |
| Total (Despesas Capital) | 19.692.743,76 | 13.545.806,58 | 10.927.320,29 | -31,21% | -19,33% |

Complementando a informação disponibilizada com a do gráfico seguinte, concluímos que os pagamentos de despesas de capital ascendem a 10.927.320,29 euros, registando-se uma diminuição de 21,84% em relação ao

ano anterior. Relativamente ao orçamento de despesa representam 34,27% das despesas pagas, com uma taxa de execução de 71,75%. No que concerne aos compromissos assumidos, totalizam 14.725.367,46 euros, pelo que, a taxa de realização da despesa neste agregado, atinge o valor 96,69%.

GRÁFICO VII – Estrutura das despesas de capital em percentagem



Com maior significado no cômputo das despesas de capital destacam-se a *Aquisição de bens de capital*, ou seja, investimento direto do Município, no valor executado de 7.532.063,53 euros, representando 69,93% das mesmas.

Ao analisar-se a evolução da despesa realizada em investimentos verifica-se uma diminuição significativa, sendo que no período 2009-2011 a redução apresenta valores na ordem dos 7.483.719,79 euros, situação originada como já referido pela também quebra das receitas de capital – transferências de capital;

Em relação às *Transferências de capital*, com uma execução de 1.875.272,86 euros e diminuídas em 7,70% em relação ao ano de 2010, ficam evidenciados no Mapa de Transferências de Capital – Despesa que consta do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas, sendo as entidades beneficiárias:

- 1.096.462,78 euros para as Freguesias;
- 397.708,71 euros para as empresas Públicas Municipais e Intermunicipais;
- 54.100,00 euros para o Estado;
- 16.250,22 euros para os Municípios;
- Instituições Sem Fins Lucrativos, com 310.751,15 euros.

Os *Ativos financeiros* representam 3,94% da componente de capital, apresentando uma execução no valor de 430.000,00 euros. Este valor do reforço da participação do município na Associação para o Desenvolvimento Brigantia Ecopark em 100.000,00 euros. As *Partes de Capital em Empresas Municipais e Inter Municipais e Empresas Privadas ou Cooperativas*, foram aumentadas no valor de 200.000,00 euros no Mercado Municipal de Bragança, E.M. e no valor de 130.000,00 euros na Terra Fria Carnes Lda.

Relativamente aos *Passivos Financeiros*, o seu valor ascende a 1.089.983,90 euros, com uma diminuição de 27,50% em relação ao ano anterior.

QUADRO 13 – Estrutura da Despesa Total paga em relação à Aquisição de Bens de Investimento, Transferências de Capital e Ativos Financeiros no período 1997-2011

| Anos | Total de Despesa Paga | ABI + TC + AF | peso % |
|------|-----------------------|---------------|--------|
| 1998 | 20.036.332,00 | 10.956.071,00 | 54,68% |
| 1999 | 22.924.198,00 | 13.844.774,00 | 60,39% |
| 2000 | 22.788.520,00 | 12.384.304,00 | 54,34% |
| 2001 | 24.952.714,00 | 14.043.056,00 | 56,28% |
| 2002 | 27.498.531,00 | 15.481.813,00 | 56,30% |
| 2003 | 36.888.102,00 | 24.235.163,00 | 65,70% |
| 2004 | 28.956.066,33 | 13.491.108,26 | 46,59% |
| 2005 | 30.780.422,10 | 13.706.577,27 | 44,53% |
| 2006 | 27.446.874,57 | 11.116.012,28 | 40,50% |
| 2007 | 31.566.194,08 | 12.709.337,98 | 40,26% |
| 2008 | 33.681.771,08 | 12.728.475,86 | 37,79% |
| 2009 | 38.858.969,00 | 18.067.379,54 | 46,49% |
| 2010 | 34.841.576,98 | 12.042.465,22 | 34,56% |
| 2011 | 31.883.471,27 | 9.837.336,39 | 30,85% |

Considerando que o investimento direto (aquisição de bens de capital) do Município significa 30,85% do orçamento de despesa municipal, com 9.837.336,39 euros, resulta necessário o conhecimento das suas fontes de financiamento. No quadro seguinte observa-se a existência de distintos pesos relativos no que toca ao rácio investimento/fontes de financiamento no período compreendido entre 2008 e 2011.

QUADRO 14 - Fontes de financiamento da Aquisição de Bens de Investimento período 2008/2011

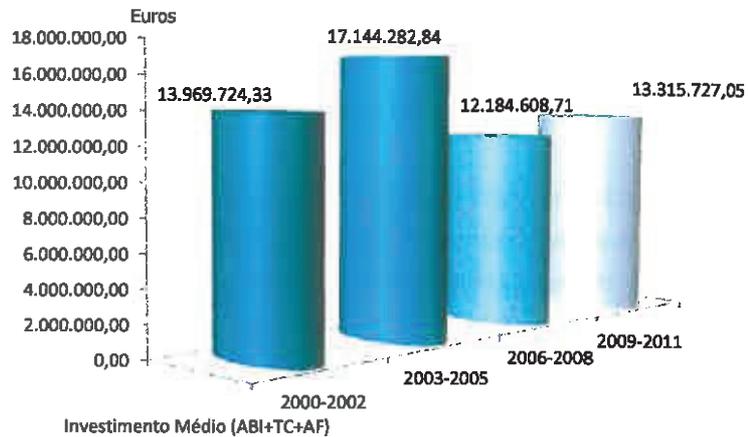
| Anos | Aquisição de Bens de Investimento | | Financiamento destinado a Investimento | | | | | | Taxa cobertura do Investimento | | |
|--------------|-----------------------------------|---------------|--|---------------|---------------------|---------------|-------------------------|---------------|--------------------------------|--------------|-------------------------|
| | Realizado | Taxa Variação | Apoios Comunit. e Outros | Taxa Variação | Empréstimos | Taxa Variação | Financiamento Municipal | Taxa Variação | Apoios Comunit. e Outros | Empréstimos | Financiamento Municipal |
| 2007 | 10.550.010,34 | | 4.168.324,15 | | 0,00 | | 6.381.686,2 | | 39,51% | 0,00% | 60,49% |
| 2008 | 10.153.434,72 | -3,76% | 3.284.668,59 | -21,20% | 1.982.300,00 | | 4.886.466,1 | -23,43% | 32,35% | 19,52% | 48,13% |
| 2009 | 15.015.783,32 | 47,89% | 8.981.307,79 | 173,43% | 1.500.000,00 | -24,33% | 4.534.475,5 | -7,20% | 59,81% | 9,99% | 30,20% |
| 2010 | 9.636.509,23 | -35,82% | 3.658.602,40 | -59,26% | 682.896,35 | -54,47% | 5.295.010,5 | 16,77% | 37,97% | 7,09% | 54,95% |
| 2011 | 7.532.063,53 | -21,84% | 2.605.239,32 | -28,79% | 0,00 | -100,00% | 4.926.824,2 | -6,95% | 34,59% | 0,00% | 65,41% |
| Total | 52.887.801,14 | | 22.698.142,25 | | 4.165.196,35 | | 26.024.462,54 | | | | |
| Média | 10.577.560,23 | | 4.539.628,45 | | 833.039,27 | | 5.204.892,51 | | 40,85% | 7,32% | 51,83% |

Pela informação disponibilizada concluímos que, no período em análise, a aquisição de bens de investimento foi suportada na sua maior parte pelo financiamento municipal. Assim sendo e tendo como base de análise o investimento médio anual, este teve como fontes de financiamento e por ordem de importância: financiamento municipal, 51,83%; apoios comunitários e outros, 40,85% e empréstimos 7,32%. No entanto, considerando individualmente o ano de 2011, os apoios comunitários e outros, obtiveram uma diminuição relevante como fontes de financiamento refletindo o valor de 34,59%, aliás tendência que se verifica já desde 2010.

Reportando-nos ao Investimento nas componentes do quadro n.º 14 podemos concluir, tal como é bem visível no gráfico seguinte, que foi no período 2002/2004 que se concentrou a maior parcela de investimento realizado entre os anos de 2000 e 2011.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

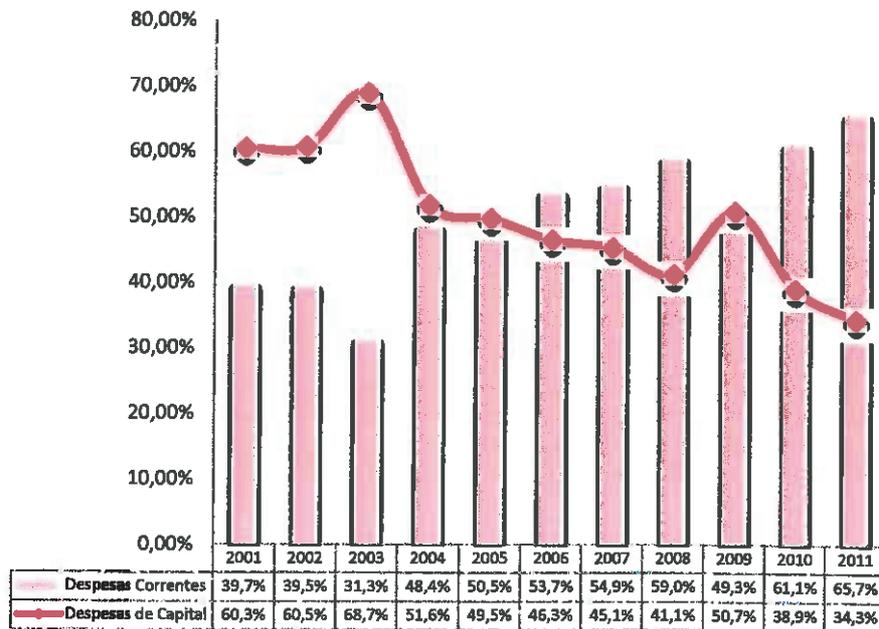
GRÁFICO VIII – Investimento Médio Anual (ABI+TC+AF) – por períodos



2.5.1.3. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

O Gráfico IX apresenta a evolução das despesas correntes e de capital no último decénio e a sua proporcionalidade no orçamento de despesa municipal.

GRÁFICO IX – Evolução das Despesas Correntes e de Capital – no período 2002-2011



2.5.1.4. REPARTIÇÃO DEPARTAMENTAL DAS DESPESAS

A utilização dos fundos da Autarquia é efetuada pelas várias unidades orgânicas, gerando orçamentos resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objetivos traçados pelo executivo camarário. O principal objetivo visa a máxima rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

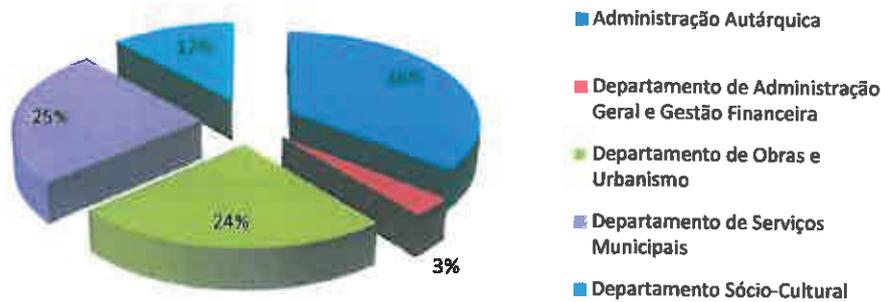
O quadro n.º 15 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação orgânica – evidencia os montantes das dotações corrigidas e os montantes da despesa paga tanto das despesas correntes como das despesas de capital, bem como os coeficientes de realização associados a cada uma.

QUADRO 15 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação orgânica em 2011

| Unidades Orgânicas | Despesas Correntes | | | Despesas de Capital | | | Despesas Totais | | |
|--|---------------------|---------------------|--------------|---------------------|---------------------|--------------|---------------------|---------------------|--------------|
| | Dotações Corrigidas | Despesa Paga | Coef. em % | Dotações Corrigidas | Despesa Paga | Coef. em % | Dotações Corrigidas | Despesa Paga | Coef. em % |
| <i>Administração Autárquica</i> | | | | | | | | | |
| <i>Assembleia Municipal</i> | 56.400 € | 56.184 € | 99,62 | 0 € | 0 € | — | 56.400 € | 56.184 € | 99,62 |
| <i>Câmara Municipal</i> | 6.261.075 € | 5.751.891 € | 91,87 | 4.207.400 € | 3.722.971 € | 88,49 | 10.468.475 € | 9.474.863 € | 90,51 |
| <i>Operações Financeiras</i> | 292.000 € | 288.529 € | 98,81 | 1.520.100 € | 1.519.984 € | 99,99 | 1.812.100 € | 1.808.513 € | 99,80 |
| <i>Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira</i> | | | | | | | | | |
| <i>Divisão Administrativa</i> | 526.390 € | 522.197 € | 99,20 | 1.000 € | 335 € | 33,47 | 527.390 € | 522.532 € | 99,08 |
| <i>Divisão Financeira</i> | 484.130 € | 476.536 € | 98,43 | 2.600 € | 418 € | 16,08 | 486.730 € | 476.954 € | 97,99 |
| <i>Divisão de Informática e Sistemas</i> | 123.310 € | 118.587 € | 96,17 | 0 € | 0 € | — | 123.310 € | 118.587 € | 96,17 |
| <i>Departamento de Obras e Urbanismo</i> | | | | | | | | | |
| <i>Divisão de Obras</i> | 885.500 € | 854.576 € | 96,51 | 7.476.700 € | 4.373.603 € | 58,50 | 8.362.200 € | 5.228.179 € | 62,52 |
| <i>Divisão de Equipamento</i> | 1.439.125 € | 1.329.393 € | 92,38 | 210.100 € | 107.472 € | 51,15 | 1.649.225 € | 1.436.865 € | 87,12 |
| <i>Divisão de Urbanismo</i> | 512.860 € | 508.793 € | 99,21 | 866.400 € | 599.483 € | 69,19 | 1.379.260 € | 1.108.275 € | 80,35 |
| <i>Departamento de Serviços Municipais</i> | | | | | | | | | |
| <i>Divisão de Saneamento Básico</i> | 3.884.860 € | 2.908.717 € | 74,87 | 251.300 € | 164.876 € | 65,61 | 4.136.160 € | 3.073.593 € | 74,31 |
| <i>Divisão de Defesa do Ambiente</i> | 3.462.380 € | 3.402.548 € | 98,27 | 129.800 € | 107.196 € | 82,59 | 3.592.180 € | 3.509.744 € | 97,71 |
| <i>Divisão Transportes e Energia</i> | 1.177.510 € | 1.117.102 € | 94,87 | 394.600 € | 170.986 € | 43,33 | 1.572.110 € | 1.288.089 € | 81,93 |
| <i>Departamento Sócio-Cultural</i> | | | | | | | | | |
| <i>Divisão Cultural e Turismo</i> | 1.403.950 € | 1.323.758 € | 94,29 | 92.500 € | 85.891 € | 92,86 | 1.496.450 € | 1.409.649 € | 94,20 |
| <i>Divisão de Educação e Desporto</i> | 2.470.810 € | 2.297.340 € | 92,98 | 77.500 € | 74.104 € | 95,62 | 2.548.310 € | 2.371.444 € | 93,06 |
| TOTAL | 22.980.300 € | 20.956.151 € | 91,19 | 15.230.000 € | 10.927.320 € | 71,75 | 38.210.300 € | 31.883.471 € | 83,44 |

Em síntese, no gráfico X pode observar-se a concentração das despesas totais pelas cinco grandes unidades orgânicas que integram a estrutura organizativa do Município.

GRÁFICO X – Repartição Departamental da Despesa Total em 2011



À *Administração Autárquica*, com um peso de 36% na execução da despesa, estão associados os valores inerentes aos encargos decorrentes da dívida contraída junto de instituições de crédito, as prestações referentes às amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo e as transferências de capital.

As despesas associadas ao *Departamento de Serviços Municipais* e *Departamento de Obras e Urbanismo* representam 25% e 24% do total, respetivamente.

Embora apresentem valores semelhantes de despesas pagas, a natureza das despesas que concentram estes agregados são completamente diferentes, assim:

O Departamento de Obras e Urbanismo apresenta despesas no montante de 7.773.319,19 euros, sendo 5.080.557,87 euros de despesas de capital, ou seja 65,36%;

O Departamento de Serviços Municipais, com despesas na ordem dos 7.871.425,71 euros, 7.428.367,07 euros, ou seja 94,37%, são de natureza corrente, justificada pela maior concentração da aquisição de serviços e fornecimentos externos.

Departamento de Obras e Urbanismo

As despesas associadas ao Departamento de Obras e Urbanismo representam 24,38% do total. É neste departamento que está representada a maior fatia de obras públicas promovidas pela Autarquia.

Num contexto evolutivo e no período compreendido entre 2008 a 2011 o valor dos investimentos associados a obras públicas realizadas pela Câmara Municipal, através de empreitadas, foi de 25.141.204,48 euros. Nesse período, efetuada uma análise global aos investimentos, constatou-se que o valor final do conjunto das adjudicações supera em 1,92% o valor contratual inicial, sendo que neste acréscimo de custos estão contabilizados os trabalhos a mais e a menos, assim como as revisões de preços, o que demonstra a boa gestão e o rigor no acompanhamento das empreitadas realizadas no período em análise,

Os projetos e atividades realizadas pela unidade orgânica de Obras atingiram um total de despesa paga de 5.228.179,07 euros. A sua desagregação em termos de projetos executados, com maior expressão são:

Serviços Gerais de Administração Pública

Edifícios

Com execução financeira ao nível dos projetos de execução foram iniciadas, no decurso do mês de dezembro de 2011, as obras da Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus contemplando as novas instalações Municipais.

Com uma área de intervenção de 4,5 ha, proceder-se-á à requalificação de dois edifícios, a construção de dois novos, a construção do parque de estacionamento, a praça do município e um novo arruamento a ligar a Rua 22 de Maio à Rua Bragança Paulista.

As condições de atendimento ao munícipe serão melhoradas com a instalação do Balcão Único, concentrando todos os serviços de atendimento público num amplo e moderno espaço, garantindo a proximidade e comodidade aos munícipes, processo que será acompanhado de diversas iniciativas de modernização administrativa.

Toda a intervenção seguirá critérios que minimizem o impacto ambiental, reduzindo o uso a recursos não renováveis, permitindo a sua viabilidade económica e, ao mesmo tempo, um adequado conforto dos seus usuários. Assim, este projeto pretende representar o estado da arte de boas práticas na construção, sobretudo na área da Construção Sustentável.



Educação

No âmbito do Plano de Ação "Bragança Ativa – Requalificação e Dinamização do Centro Histórico", foram iniciadas as obras de ampliação da Casa da Seda através da requalificação de um edifício contíguo, em estado de elevada degradação, intervenção que urbanisticamente beneficia o conjunto e melhora as funções desenvolvidas no Centro de Ciência Viva.

No âmbito do mesmo programa foram iniciadas as obra de requalificação e ampliação da Escola de 1.º Cido do Loreto para implementação da Escola de Dança, valência a integrar no Conservatório de Música, que passará a designar-se de Conservatório de Música e de Dança de Bragança. Com a criação desta Escola, num edifício emblemático da cidade, pretende-se promover a prática da arte da dança e a inclusão social, em particular dos mais jovens.



Obras de ampliação da Casa da Seda



Escola de Dança

Habitação

Na área da Ação Social, foram iniciadas em Setembro de 2011 as obras de Melhoria da Eficiência Energética no Bairro Social da Mãe d' Água, representando um investimento de 611.733,59 euros, participado pelo FEDER.



As obras abrangem oito blocos, num total de 124 apartamentos, habitados por 316 pessoas, estimando-se uma redução de 52 por cento no que toca ao consumo energético, de aquecimento e arrefecimento, o que corresponde a uma diminuição nos gastos em cerca de 577 euros, anuais, por fração, o que beneficia o orçamento das famílias e o melhor conforto.

Tratando-se de uma intervenção de reabilitação e melhoria da eficiência energética, ganha o património municipal em termos de durabilidade e o ambiente com a redução dos consumo de energia e por conseguinte as emissões de CO2 para a atmosfera.

No ano em análise foram iniciadas as obras de construção das residências de estudantes em regime de mobilidade e intercâmbios, através da recuperação de edifícios inseridos na malha urbana do centro histórico da

cidade, prevendo-se a sua conclusão no 1º semestre de 2012. As residências vão contemplar a instalação de 41 camas.



Com esta intervenção, a Câmara Municipal dá um bom sinal e exemplo de estímulo à iniciativa privada para a reabilitação de edificações, sendo a continuidade da estratégia iniciada à uma década e meia e que consistiu na concretização de elevados investimentos na melhoria do Centro Histórico da Cidade, tornando-os mais atrativo, com o objetivo de estimular a fixação de pessoas e atividade económica.

Urbanização

No âmbito do projeto Nova Mãe d'Água – Requalificação e Reintegração Urbana da Zona da Mãe d'Água encontram-se em curso as obras de construção da Ciclovia da Mãe d'Água, com uma extensão de cerca de um 1,4 km) e da Praça da Nova Mãe d'Água, adjudicadas pelo valor total de 872.605,36 euros (cofinanciado por fundos comunitários em 70 por cento).



Já a Praça da Nova Mãe d'Água (atribuído o topónimo Praça Cónego Valdemar Pires) será um local qualificado e confortável para o encontro e convívio das populações de todas as idades, espaço de inquestionável qualidade num bairro com escassos espaços públicos de lazer.

Estas duas obras serão inauguradas no dia 25 de abril de 2012.

Handwritten notes:
mi
C/1/2
H/1/1
for by
just
K



No âmbito do programa "Bragança Ativa" procedeu-se à construção da Ciclovia do Fervença, com 4 km de extensão e uma largura de 2 metros (com dois sentidos), que liga o Campus Académico do Instituto Politécnico de Bragança ao Centro Ciência Viva, tendo sido inaugurada, no dia 24 de junho de 2011, assim como o elemento escultórico, aquando da realização do XVII Congresso da EARMA e III Encontro de Cooperação Europa América de Gestores de Ciência.



Foram, ainda, iniciadas as obras da 2.ª fase da Ciclovia do Fervença (ligação ao Centro Ciência Viva), concluídas no decurso do 1.º trimestre de 2012, obra de elevada qualidade e boa integração paisagística que, também, melhorou a acessibilidade ao Centro de Ciência Viva e ao percurso ao longo do rio Fervença até à ponte do Jorge.

Ordenamento do Território

No ano de 2011 iniciou-se a construção da Circular Interior da Mãe d'Água – 1.ª fase, com uma extensão de cerca de 1 km e um custo global de 778.092,85€, cofinanciada por fundos comunitários. Prevê-se que as obras estejam concluídas em junho de 2012.



Estabelecimentos Industriais

Na zona industrial das Cantarias procedeu-se a trabalhos de requalificação e beneficiação de passeios. Elaborou-se o projeto da ampliação para a área prevista no Plano de Urbanização da cidade, em cerca de 30 hectares, assim como à aquisição de terrenos e à elaboração de estudo de impacte ambiental, no sentido de garantir condições essenciais à obtenção de financiamento comunitário.



Planta geral do projeto de ampliação da Zona Industrial das Cantarias

Rede Viária e Sinalização

Neste âmbito procedeu-se à repavimentação da Estrada Municipal (EM) de Santa Comba de Rossas a Rebordainhos e à conclusão da pavimentação da EM de S. Pedro de Sarracenos a Alfaião, melhorando a mobilidade, a segurança e o conforto dos utentes, bem como a acessibilidade das populações.



Procedeu-se à beneficiação da pavimentação do Bairro do Campo Redondo, do Bairro da Misericórdia, Avenida Sá Carneiro, Bairro da Estacada, Rua Miguel Torga, Rua das Finanças, melhorando, de igual modo, as condições de mobilidade, de segurança e conforto dos utentes, assim como a atratividade da cidade.



my
Cif 2
Heleni
Brag
2

Trabalhos de apoio às Juntas de Freguesia e de conservação dos edifícios municipais

Para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia, destaca-se a execução dos seguintes trabalhos:

- **Na área urbana:** - Bairros Sociais da Mãe d'Água e da Coxa (requalificação de apartamentos através da colocação de azulejos e mosaicos nas cozinhas e casas de banho, assim com pintura de caixilharias); - Pintura do Foyer no Teatro Municipal; - Reparação de pavimentos em granito, na Rua Combatentes da Grande Guerra; - Reparação de muros no Largo Lucien Guerch, e de passeios na Av. Abade de Baçal e na Rua Guerra Junqueiro; - Construção de plataforma em betão e execução de vedação em rede plastificada na envolvente do contentor pré-fabricado no Aeródromo Municipal; - Colocação de lancil e grelhas em caldeiras para árvores; - Pintura interior do corredor do jardim de infância de S. Tiago; - Reposição de calçada em vários pontos da Cidade; - Reparação de passeios na Av. das Cantarias e na Rua dos Quatro Caminhos; - Execução de passeio no recreio da escola das Beatas.

- **Na área rural:** Limpezas e manutenções da rede viária municipal (Mós – Paredes; Parada – Coelhoso; Coelhoso – Paradinha Velha; Paradinha Velha – Paradinha Nova; Paradinha Nova – Cavelhe; Calvelhe – Serapicos; Serapicos – Salsas) bem como a limpeza de caminhos Quintela, Pombares, Bragada, Veigas, Salsas, Moredo, Freixeda, Vale de Nogueira, Fermentãos, Vila Franca e Sendas); - Reposição de calçada nas aldeias de Formil; Castanheira; Babe; Gimonde; Quintela de Lampaças; Samil, Samil e Espinhosela; - Conclusão do alargamento da estrada de acesso á aldeia de Labiados; - Espalhamento de Herbicida nas estradas de: Donai, Espinhosela, Oleirinhos, Terroso, Maças, Vilarinho e Cova de Lua.

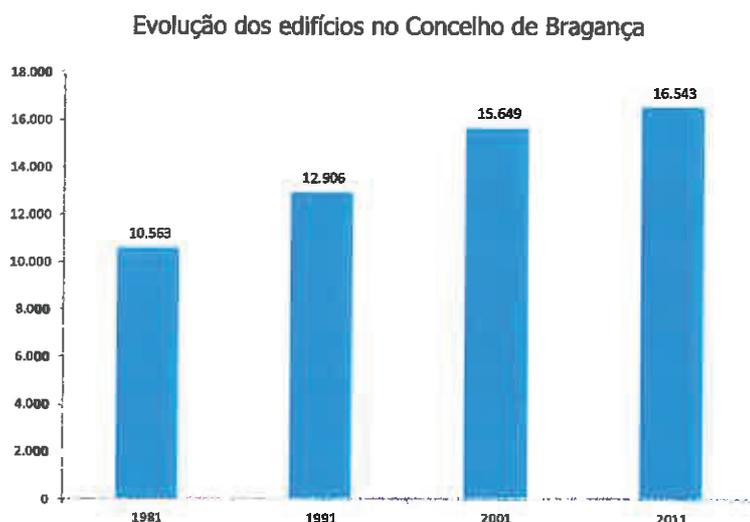
Divisão de Urbanismo

De acordo com os Censos 2011, na última década, o Concelho de Bragança apresentou uma dinâmica positiva em importantes indicadores socioeconómicos, destacando-se: - um crescimento populacional de 1,70%, superior à da Região Norte; - o aumento do Índice de Poder de Compra per capita em 7 p.p.; - uma melhoria significativa das habilitações literárias da população, sendo que o número de residentes com licenciatura completa evoluiu 8.5 pontos percentuais.

No que concerne à atividade económica, o tecido empresarial de Bragança ganhou dimensão exportadora e tornou-se mais competitivo. No ano de 2000 representava 0,14% das exportações da Região Norte, em 2010 representou 1,83% e representa 85,50% da NUT Alto Trás-os-Montes. O Concelho de Bragança exporta 2,85 vezes mais que o conjunto dos municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A conjugação dos fatores supra referidos e o aumento da população flutuante, devido essencialmente à presença do Instituto Politécnico de Bragança, contribuíram para o reforço da capitalidade de Bragança relativamente à região, tendo como reflexo o aumento do parque habitacional.

Assim, nos últimos 30 anos o número de edifícios aumentou 56,61% (em 1981 era de 10.563 passando para 16.543 em 2011).



Fonte: Censos 1940 a 2011, INE

No ano de 2011 do conjunto das operações sujeitas a licenciamento e a comunicações prévias, 65,53% reportaram-se ao espaço rural, registando-se assim um acréscimo em 4% ao que já era tendência no ano de 2010, sendo que 88,60% das ações inserem-se em espaço ordenado dentro de perímetros urbanos, sendo que a grande maioria refere-se a ações de reabilitação, assumindo uma importância acrescida uma vez que o património existente é requalificado, melhorando a imagem e a atratividade do Concelho.

No conjunto das operações urbanísticas, ou seja, o somatório das ações relacionadas "licenciamento e comunicações prévias", regista-se um abrandamento de 41,24%, face ao ano de 2010 e 48,31% ao ano de 2007.

Por último a receita gerada foi de 220.250,72€, correspondendo a 39,44% da receita gerada em 2010, devido ao estado atual do sector imobiliário e da construção civil, que atravessam um momento desfavorável, refletindo-se necessariamente no apuramento da receita.

| ACÇÕES | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | var. % |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Informação Prévia | 65 | 45 | 36 | 19 | 2 | -89,47% |
| Loteamento/emparcelamento | 23 | 22 | 9 | 12 | 21 | 42,85% |
| Alteração Alvará Loteamento | 42 | 22 | 4 | 9 | 5 | -55,55% |
| Licenciamento | 679 | 506 | 405 | 277 | 259 | -6,49% |
| Comunicação prévia | 0 | 0 | 0 | 141 | 92 | -34,75% |
| Emissão de Licença de Obras | 522 | 373 | 215 | 191 | 219 | 12,78% |
| Emissão de Alvará Autor. Obras | 289 | 191 | 71 | 68 | 85 | 20,00% |
| Licença de Utilização | 290 | 267 | 246 | 212 | 213 | 0,46% |
| Ocupação Via Pública | 126 | 104 | 81 | 101 | 119 | 15,12% |
| Libert. de Garantia Banc. | 165 | 137 | 119 | 116 | 89 | -23,27% |
| Horário Funcionamento | 147 | 190 | 158 | 174 | 153 | -12,06% |
| Averbamentos Horários Func. | 23 | 62 | 38 | 23 | 8 | -65,21% |
| Propriedade Horizontal | 47 | 39 | 18 | 17 | 18 | -5,55% |
| Certidões de Isenção Lic. Util. | 102 | 91 | 70 | 66 | 40 | -39,39% |
| Certidões | 99 | 90 | 83 | 86 | 72 | 16,27% |
| Espect. de Nat. Desp. e Recreat. | 112 | 169 | 177 | 164 | 182 | 9,89% |
| Toponímia | 16 | 20 | 28 | 25 | 58 | 56,89% |
| Pedidos de Autorização | 18 | 87 | 160 | 148 | 139 | -6,08% |
| Averbamento | 44 | 44 | 47 | 52 | 29 | -44,23% |
| Total | 2.809 | 2.459 | 1.965 | 1.901 | 1.803 | -5,15% |

Divisão de Saneamento Básico

Os projetos e as atividades realizadas pela unidade orgânica de Saneamento Básico atingiram um total de despesa paga de 3.073.593,27 euros.

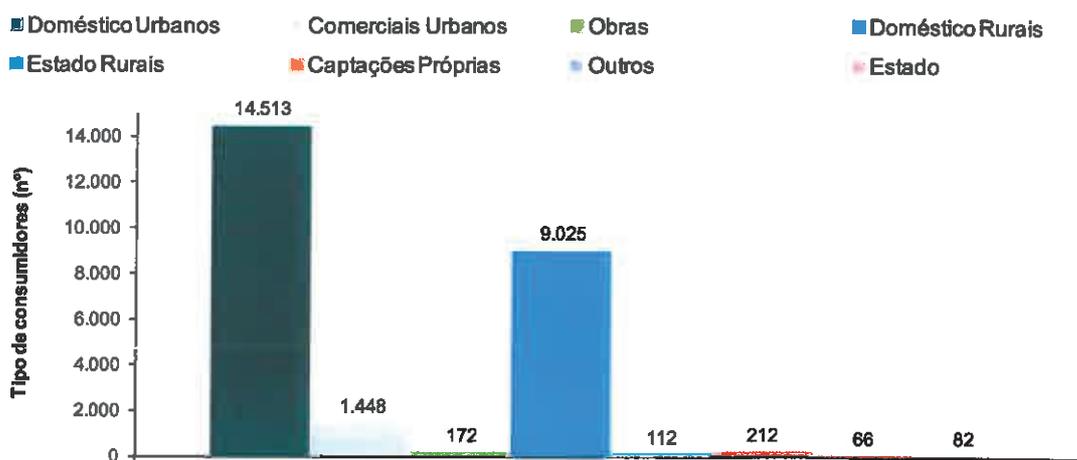
Setor de Água

Relativamente às atividades desenvolvidas no sector de água, cumpre destacar os seguintes trabalhos executados:

- Em curso os trabalhos que constituem a empreitada para execução das redes de abastecimento de água nas localidades de Frieira, Vila Boa e Lagomar (lote 1) e Parâmio, Gondesende e Terroso (lote 2);
- Conclusão da empreitada: "Execução da Rede de Saneamento Básico nas Quintas de Montezinho – Coelho";
- Conclusão da empreitada: "Remodelação da Rede de Abastecimento de Água na localidade de Izeda". Estes trabalhos foram realizados em simultâneo com a beneficiação dos pavimentos na rua central da localidade.
- Execução da obra para instalação da nova central hidropressora com o variador de velocidade na localidade de Vila Franca;
- Reabilitação conduta de água na Rua Alexandre Herculano (Flor da Ponte), numa extensão de 110 metros;
- Procedeu-se à contratação dos serviços tendo em vista a execução de furos de captação de água nas localidades da Paradinha Velha e Paradinha Nova.
- Colocação de conduta de água na rua de Vale D'Álvaro, numa extensão de 110 metros e desativada a conduta de fibrocimento de igual diâmetro existente;

- Implementado, entre os dias 17/10 a 24/10, o plano de contingência que envolveu o transporte de água por camiões cisterna, desde Macedo de Cavaleiros até ao reservatório da Mãe de Água, utilizando os meios logísticos disponíveis no distrito. Durante a operação foram transportados 7 275 m³ de água, com um custo de 61 364, 82€ (8,44 €/m³).
- Efetuaram-se os trabalhos que constituíram a empreitada "Substituição da conduta adutora de água no loteamento municipal de Santiago";
- Iniciaram-se os trabalhos da empreitada "Fornecimento e instalação de reservatório de 30m³ e ligação à rede pública na aldeia de Espinhosela";
- Substituição de conduta de água, nas localidades de Labiados e Martim;
- Ampliação da rede de abastecimento de água no Bairro do Couto;
- Substituição da adutora elevatória do Sabor, no Bairro da Mãe D`Água, em local onde esta passava por baixo de edificações.
- Elaboração do projeto para a substituição da conduta de água e rede de saneamento na rua da Estacada.
- Executado o projeto para a substituição da conduta de água para abastecer os fontanários na aldeia de Grijó de Parada;
- No que diz respeito ao processo de faturação de água na área rural, foram concluídos os processos referentes às localidades de Vilarinho, Terroso e Cova de Lua, na Freguesia de Espinhosela, às localidades do Zeive, Maças, Fontes de Transbaceiro e Parâmio, na Freguesia do Parâmio e ainda de Labiados, na Freguesia de Babe, num total de 598 novos contratos. Desta forma, pode ser finalizado o processo de contratualização dos serviços em todo o Concelho, o qual se iniciou no ano de 2006 e envolveu a execução de 9301 novos contratos;
- Colocação de caixas de contador no exterior na aldeia de Vilarinho de Cova de Lua.

Em 2011, o número de consumidores de água registado era de 25.630, sendo maioritariamente referentes a consumidores domésticos urbanos (56,6%), 35,2% a domésticos rurais e 5,6 a comerciais rurais.



Foram contabilizados um total de 2.063.919 m³ de água tratada para abastecimento à cidade de Bragança e 468 252 m³ para abastecimento de água na área rural do Concelho. Conforme plano de controlo da qualidade da água, aprovado pela Entidade Reguladora, verificou-se um total de 8 143 parâmetros conformes, o que representa um nível de conformidade de 99,5%. Este indicador reflete consistência ao nível da qualidade, sustentada em idênticos valores conseguidos nos últimos anos.

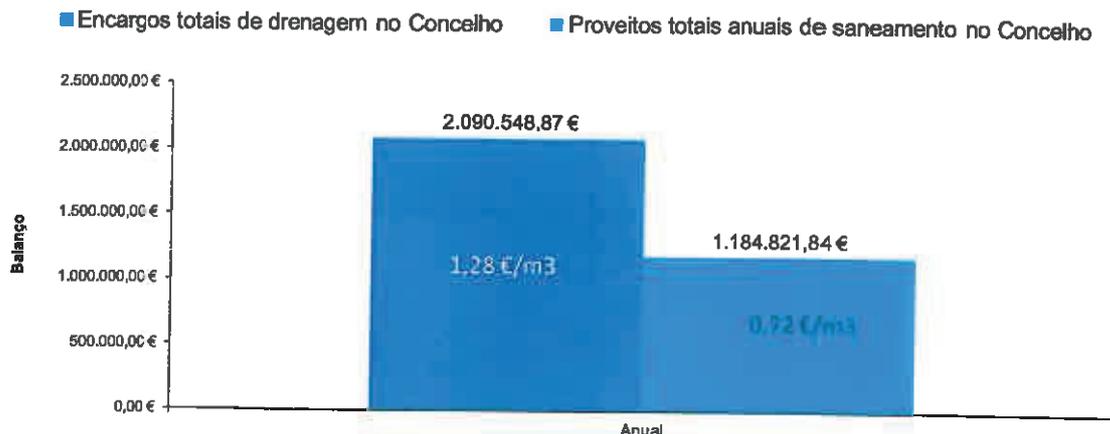


Setor de Saneamento

Relativamente às atividades desenvolvidas pela Divisão de Saneamento Básico, no sector de saneamento, cumpre destacar os seguintes trabalhos executados:

- Em curso os trabalhos que constituem a empreitada para execução das redes de saneamento de águas residuais nas localidades de Frieira, Vila Boa e Lagomar (lote 1) e Parâmio, Gondesende e Terroso (lote 2);
- Consignados os trabalhos que constituem a empreitada para instalação de estações de tratamento de águas residuais nas localidades de Rebordãos, Rabal e França;
- Ampliação da rede de águas pluviais, na avenida do Sabor para garantir a recolha e drenagem de água pluviais e freáticas, provenientes dos edifícios multifamiliares, que careciam de tal, o que originava riscos elevados quer para a circulação automóvel quer para a pedonal;
- Substituição de coletores de águas pluviais e de águas residuais, na rua Domingos de Castro (Junto ao Centro Escolar de St. Maria);
- Substituição do coletor de saneamento, na avenida do Sabor realizado aquando da pavimentação da avenida;
- Alteração da rede de saneamento no largo da Igreja do Loreto;
- Elaboração do projeto para a execução da rede de saneamento no Loteamento do Sabor.
- Executado um novo coletor de águas pluviais na Avenida Eng. Amaro da Costa (Junto ao Centro de Saúde), para ligação da Escola Emídio Garcia.
- Em S. Pedro de Serracenos procedeu-se à alteração da rede de saneamento para correção do traçado.
- Casa do lavrador/ciclovia da Mãe D'Água: Execução de um coletor de águas pluviais;
- Elaborado o projeto de saneamento básico para a localidade da Freixeda;
- Elaborados, por concurso, os projetos de saneamento básico nas localidades de Bragada, Vila Franca, Zeive e Maças.

No que concerne aos resultados financeiros relativos ao saneamento no Concelho de Bragança verifica-se, anualmente, um défice de cerca de 906 mil euros, representando um pesado encargo para o Município.



Divisão do Ambiente

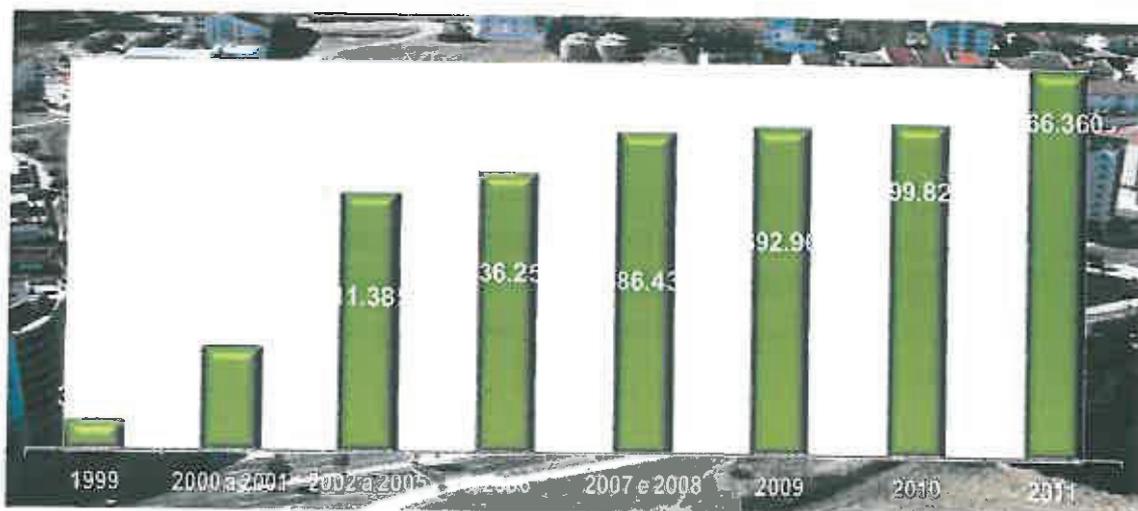
A unidade orgânica do Ambiente, com uma despesa paga de 3.509.743,89 euros, realizou projetos e atividades no âmbito de:

Setor de Espaços Verdes e Cemitérios

No Sector de Espaços Verdes, foram realizadas um conjunto de atividades que contribuíram para a melhoria dos espaços verdes e da imagem de Bragança, optando por uma estratégia de consolidação dos espaços existentes e sustentabilidade.

Bragança considera o ambiente urbano, a conservação e gestão do património natural e paisagístico, fatores fundamentais na estratégia de desenvolvimento sustentável concelhio. A importância dos espaços verdes no meio urbano como elementos essenciais na qualidade de vida, levou o Município a apostar decisivamente no incremento de espaços verdes, que cresceu mais de dez vezes, em 1999 era de 1,05 m²/hab. passando em 2011 para 13,20 m²/hab., superando o valor de referência estabelecido pela Organização Mundial de Saúde.

Evolução dos espaços verde em Bragança, em m²



No decurso do ano de 2011, na requalificação de espaços verdes, foram instalados sistemas de rega automática, semeada relva e plantadas árvores e arbustos, contribuindo decisivamente para a melhoria dos espaços

envolventes às habitações e imagem da cidade (i.e. Separador da Avenida das Cantarias, Canteiro junto ao NERBA, Jardim no Bairro da Vale Churido, Canteiros no Bairro da Braguinha). Os trabalhos de requalificação abrangeram uma área de 13.700m².

Procedeu-se à plantação de 8622 arbustos, 663 árvores e 22896 flores. O Município desenvolveu ainda um importante trabalho de substituição de canteiros de flores por arbustos, na Avenida Cidade Zamora, Jardins da Câmara Municipal, Jardim António José de Almeida, minimizando os custos de aquisição de flores e manutenção, nomeadamente ao nível da reposição e rega.

A Divisão de Ambiente preparou e lançou a Concurso Público a aquisição de serviços de manutenção e conservação dos Espaços Verdes da Rotunda e Avenida do Sabor, Zona da Braguinha e Rica Fé, Rotunda e Canteiros do Modelo, Rotunda e Canteiros do Mercado Municipal, Bairro Social da Mãe D'Água, Bairro Social da Coxa e canteiros, separador e taludes da Av. Cidade de León. Os trabalhos a contratualizar abrangeram uma área estimada de 70.000m².

Com o objetivo de assegurar o normal desenvolvimento vegetativo do parque arbóreo, promoveu-se a retirada dos anéis em excesso das grelhas de árvores, num total de 75 unidades, tendo sido intervencionadas as árvores de alinhamento da Av. D. Sancho I, Av. General Humberto Delgado, Rua José Damasceno Campos, Av. Abade de Baçal e Av. Santa Apolónia.

Ao nível da Gestão Cemiterial, realizaram-se 75 inumações no Cemitério do Toural e 45 inumações no Cemitério do Santo Condestável. Todos os procedimentos inerentes à Gestão Cemiterial foram centralizados no Setor Administrativo da Divisão de Ambiente, diminuindo os prazos de resposta aos munícipes e as deslocações necessárias. Foram digitalizados e inseridos na Base de Dados de Gestão Cemiterial todos os alvarás existentes em Arquivo Municipal, melhorando o acesso à informação e conseqüente processo de análise.

Durante o ano 2011 foi realizada um procedimento de hasta pública de sepulturas abandonadas, contribuindo para a melhoria das condições de manutenção do espaço cemiterial. A capela de repouso do Cemitério do Toural foi alvo de trabalhos de limpeza e pintura, dignificando o espaço e as condições de manutenção do edificado.

Setor de Manutenção Urbana

No âmbito do Sector de Manutenção Urbana, foram realizadas um conjunto de atividades que contribuíram para a melhoria da segurança rodoviária, encaminhamento de munícipes e melhoria dos equipamentos de lazer em espaço verde.

Em 2011, devido a ações de vandalismo e acidentes viários, foram recolocados 97 sinais verticais. No mesmo período, foram colocados 216 sinais de trânsito, cumprindo as diretrizes emanadas pelo Plano de Mobilidade Urbana de Bragança. Foram ainda colocados 14 pilaretes novos e recolocados 31 pilaretes que foram danificados por veículos.

O Sector de Manutenção Urbana tem procedido anualmente ao reavivamento das sinalizações horizontais e à marcação de novas sinalizações horizontais (pinturas rodoviárias), tendo sido intervencionadas as principais artérias viárias da cidade e os Bairros de S. Bartolomeu, Fraga Selvagem e Vale D'Álvoro.

O rebaixamento de passeios junto a passadeiras tem sido uma iniciativa permanente, iniciada na Semana Europeia da Mobilidade em 2007 e que, até ao final de 2011, já abrangeu mais de 337 rebaixamentos na cidade de Bragança, contribuindo para uma melhoria significativa na acessibilidade e mobilidade urbana. Durante o ano 2011 foram efetuados 37 rebaixamentos.

No âmbito dos equipamentos urbanos, foi efetuada uma requalificação profunda do Parque Infantil do POLIS. Numa perspetiva de otimização de recursos, a Divisão de Ambiente procedeu ainda à desmontagem, transporte e montagem do parque infantil instalado no Patronato de Bragança. Assim, o parque infantil foi instalado na Escola Augusto Moreno, melhorando as condições lúdicas e a oferta de equipamentos infantis para a comunidade escolar.

Os trabalhos realizados contribuíram ainda para o aumento da oferta de espaços recreativos, um aumento da utilização dos espaços e melhoria das condições de segurança na utilização.

Setor de Ambiente e Higiene Pública

No âmbito do Sector de Ambiente e Higiene Pública, foram realizadas um conjunto de atividades que contribuíram para a melhoria da higiene e salubridade pública, bem como para uma maior sensibilização e consciencialização da população para a sustentabilidade concelhia.

Na I Feira Ibérica de Sustentabilidade Urbana que decorreu em Bragança de 7 a 9 de Junho, pela primeira vez, especialistas e empresários ibéricos de áreas como Eco-Turismo, Eco-Produtos, Eco-Construção e Eco-Energia reuniram-se num só evento com espaços expositivos e de debate.

Organizada pela Câmara Municipal de Bragança, em parceria com Instituto Politécnico de Bragança, o Núcleo Empresarial da Região de Bragança, a Diputación de Zamora (Espanha) e o Instituto de Recursos Naturales y Agrobiología de Salamanca (Espanha), a iniciativa, financiada pelo Programa de Cooperação Transfronteiriça 2007-2013 – POCTEP, contou com a presença de cerca de 70 expositores ibéricos, que, instalados na Praça Camões, deram a conhecer as mais recentes novidades na área da sustentabilidade urbana.

Os workshops, que decorreram, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, sob as temáticas Eco-Produtos, Eco-Turismo, Eco-Construção e Eco-Energia, reuniram alguns dos mais reconhecidos especialistas ibéricos, como José Maria González Vitón, Ricardo Blanco, António Sá da Costa e Livia Tirone, entre muitos outros.

A Câmara Municipal de Bragança associou-se à Semana Europeia da Prevenção de Resíduos e, de modo a sensibilizar os cidadãos para esta questão, e sobretudo para a redução da produção de resíduos, procedeu-se ao envio de um folheto informativo que alertou para a quantidade de resíduos sólidos urbanos produzidos em Bragança e as medidas que cada cidadão deverá adotar no dia-a-dia para construir um Futuro Melhor.

O Município de Bragança recebeu, pelo quinto ano consecutivo em 2011, a Bandeira Verde - ECOXXI. O ECOXXI é um projeto, coordenado pela Associação Bandeira Azul da Europa, que visa distinguir as boas práticas no sentido da sustentabilidade, desenvolvidas a nível local, nomeadamente nos aspetos relativos à qualidade ambiental e às práticas de educação para a sustentabilidade. Inspirado nos objetivos da Agenda 21, procura, através de um

sistema de 23 indicadores e diversos sub-indicadores, avaliar diversas vertentes da sustentabilidade desde a gestão de recursos, à informação aos munícipes passando pela energia, mobilidade, floresta, resíduos, turismo, ordenamento do território, qualidade do ar e da água, agricultura sustentável, emprego, entre outros.

De 16 a 22 de Setembro de todos os anos, têm-se realizado um conjunto de atividades que promovem a sustentabilidade urbana e a adoção de formas de mobilidade mais amigas do ambiente.

O Município de Bragança comemorou o Dia Mundial da Árvore (celebrado a 21 de Março) com 1.265 alunos de 29 escolas do Concelho. No total, foram plantados 500 arbustos e mais de 50 árvores nos Centros Escolares de Santa Maria e da Sé e na Escola do 1.º Ciclo de Samil.

Apoiou-se a instalação da primeira Estação da Biodiversidade a ser inaugurada em todo o País. Em Carrzedo, num percurso de 1,6 quilómetros acompanhado de oito painéis informativos, é possível conhecer a comunidade de borboletas (que corresponde a cerca de 80 por cento das espécies que voam em Portugal) que vive no Caminho de Carrzedo.

A Divisão de Ambiente tem apoiado a iniciativa Eco Escolas, prestando todo o apoio técnico e logístico necessário às escolas que integram a iniciativa. Têm-se verificado um incremento das escolas participantes, tendo no ano 2011 sido galardoadas 3 escolas do Concelho de Bragança com a Bandeira Verde.

Em 2011 procedeu-se à captura de 359 canídeos errantes e 4 gatídeos, tendo os mesmos sido encaminhados para o Canil Intermunicipal.

No âmbito da campanha de Vacinação Anti-Rábica, de Controlo de outras Zoonoses e de Identificação Eletrónica, foram realizadas 224 profilaxias anti-rábicas e identificados 69 canídeos. Esta vacinação tem carácter obrigatório, dado que a raiva é uma zoonose grave.

O Município de Bragança procedeu à organização, acompanhamento e realização da 14.ª edição do Concurso Concelhio de Bovinos de Raça Mirandesa, que decorreu no Auditório ao ar livre do Instituto Politécnico de Bragança, no dia 21 de Agosto, reuniu 30 produtores, que apresentaram cerca de 80 animais, nas várias categorias para a participação no Concurso Nacional.

Decorreu ainda em Agosto, de 24 a 26 de Agosto, o XXII Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa, no qual participaram 145 animais, de 79 produtores, oriundos dos seis concelhos do Solar da Raça.

No Centro Escolar da Sé do Agrupamento de Escolas Paulo Quintela, foi organizada a "Semana das Sopas" em que uma das atividades foi "A vinda dos animais à Escola", realizada dia 19 de Outubro, que contou com a colaboração da Médica Veterinária Municipal que fez 5 ações de sensibilização, por grupos etários, sobre os animais da quinta e a sua importância na nossa alimentação.

Os alunos tiveram ainda a oportunidade de observar diversas espécies de animais que foram levadas à Escola.

Foram realizadas 46 vistorias de inspeção sanitária a talhos e peixarias e 13 vistorias a situações de insalubridade. Em colaboração com a ASAE foram realizadas 3 ações de peritagem técnica de géneros alimentícios suspeitos. Foram ainda emitidos 4 pareceres sobre projetos de instalações pecuárias e 1 parecer sobre projetos de alteração de estabelecimento de venda a retalho de carne

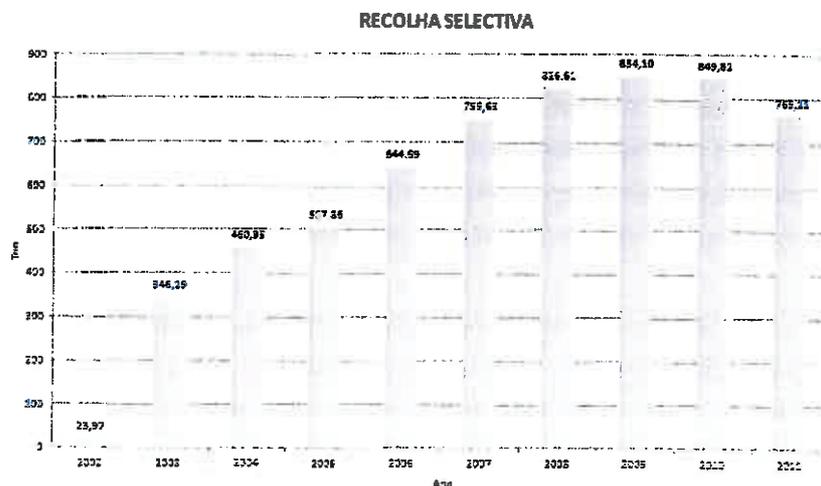
Resíduos Sólidos

O nível de cobertura da população com serviços de recolha de RSU é atualmente de cerca de 100%, o que corresponde a uma melhoria muito significativa e permitiu atingir no Município de Bragança a meta de 100% prevista no PERSU, havendo, no entanto, necessidade de renovação contínua e de redefinição estratégica do Sistema.

O serviço de recolha indiferenciada de resíduos e a exploração da Estação de Transferência de Bragança, incluindo a respetiva manutenção, limpeza e conservação das instalações, tem decorrido com normalidade, registando-se uma ligeira diminuição de RSU recolhidos em Bragança, o que corresponde a uma capitação de 1,22 kg/hab.dia no ano 2011.

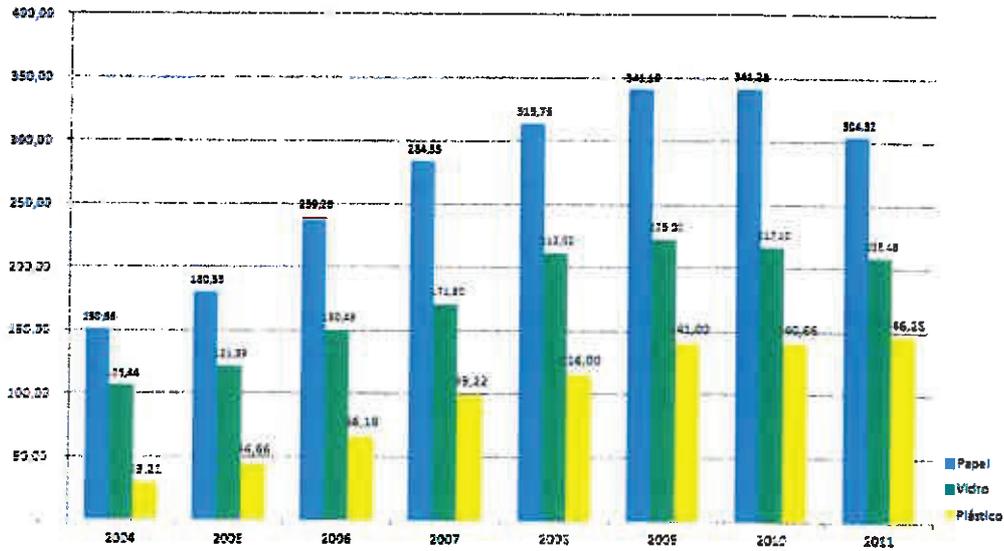


A recolha seletiva registou uma ligeira diminuição, sendo presentemente o rácio de ecopontos de 1/289 por habitante (sendo a média nacional de 1/500), estando instalados no concelho 120 ecopontos. A capitação de recolha seletiva foi em 2011 de 21,64 kg/hab.ano, sendo de realçar que no ano 2005, a capitação era de 13,36 kg/hab.ano.

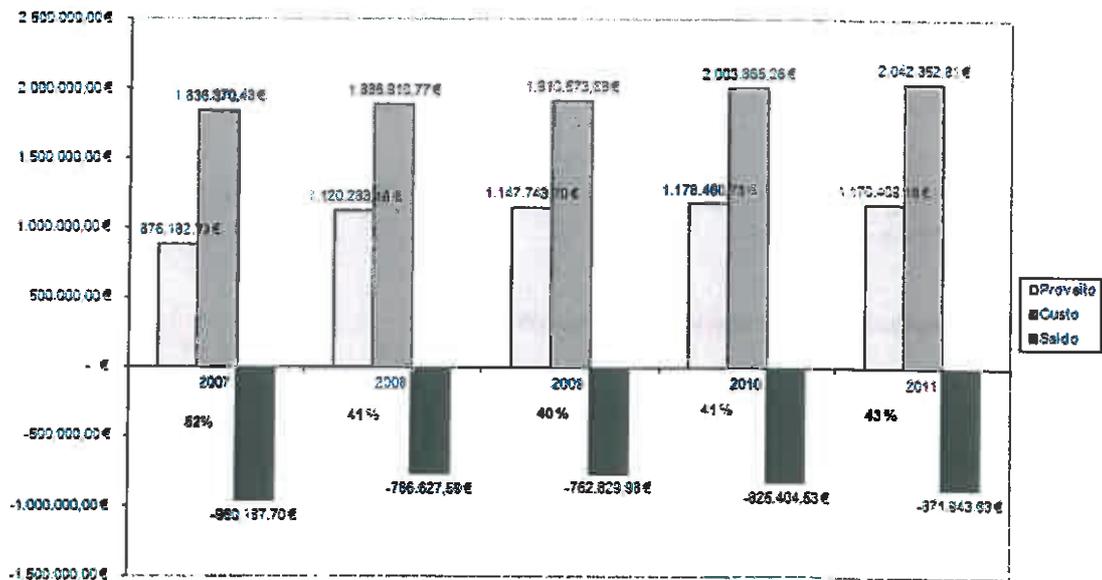


Handwritten notes and signatures:
3
H
C
L
L

CARACTERIZAÇÃO DA RECOLHA SELECTIVA



Evolução Custo/Proveito



Gabinete Técnico Florestal

O Gabinete Técnico Florestal procedeu à elaboração e proposta de aprovação do Plano Operacional Municipal, tendo o mesmo sido aprovado em sede da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Este Plano tem como objetivo a operacionalização de todo o dispositivo de defesa da floresta contra incêndios, assumindo-se, também, como um auxílio de relevo no planeamento do combate aos incêndios florestais. Para isso, neste Plano estão definidos os meios humanos, técnicos e materiais que serão utilizados nas operações de prevenção, vigilância, primeira intervenção, combate, rescaldo e pós-rescaldo, existentes no Município de Bragança. Desta forma, pretende-se garantir uma intervenção imediata em incêndios nascentes, assim como limitar o seu desenvolvimento. Paralelamente, o Plano procura manter sempre, no concelho, capacidade operacional de primeira intervenção, mesmo quando exista um incêndio de grandes dimensões.

No âmbito das atividades da Comissão Municipal de Florestal Contra – Incêndios (CMDFCI), foi distribuído via correio a todos os munícipes do Concelho Bragança, um folheto informativo sobre as obrigações e cuidados a ter em matéria de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

No ano 2011 foram verificadas 146 ignições que se traduziram numa área ardida no concelho de Bragança de 902,31ha.

Procedeu-se à realização de queimadas na freguesia de Aveleda no âmbito do programa de realização de queimadas (CMDFCI) com a colaboração da Bombeiros Voluntários de Bragança, Autoridade Florestal Nacional, GIPS-GNR, Sapadores Florestais de Montesinho, Arbórea e Instituto Politécnico de Bragança.

Durante os meses de Julho, Agosto e até 09 de Setembro foram concluídos os trabalhos de limpeza dos terrenos municipais de todos os bairros da cidade. Foram efetuadas intervenções de manutenção em todos os estabelecimentos de ensino. Foi ainda efetuada uma ação de limpeza na Quinta da Trajinha. Estes trabalhos foram efetuados com recurso à equipa de reclusos (média de 4 elementos), afeta ao programa de limpeza das áreas de cedência, no âmbito do protocolo estabelecido entre a CMB e os Serviços Prisionais. No total foram limpos cerca de 33 ha de terrenos municipais.

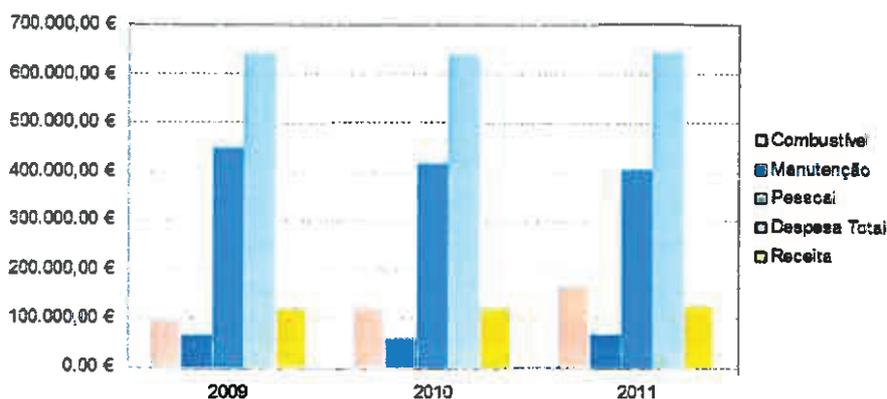
Divisão de Mobilidade e Energia

A unidade orgânica de Mobilidade e Energia, com uma despesa paga de 1.288.088,55 euros, realizou projetos e atividades no âmbito de:

Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

A frota do STUB é composta por 17 autocarros, com uma capacidade média de transporte de 48 lugares, sendo a idade média da frota é de 11,1 anos. No ano de 2011, o STUB efetuou 493.245 quilómetros e transportou cerca de 286.917 passageiros nas 12 linhas diárias e 4 linhas semanais.

No que concerne aos resultados operacionais resultantes da atividade dos STUB é de assinar que as receitas obtidas com os bilhetes cobrem apenas 17% da sua despesa total, não cobrindo sequer os gastos com combustível, em resultado dos sucessivos aumentos do preço dos combustíveis que não foram acompanhados com a atualização do valor dos bilhetes cobrados.



Serviço de Transportes de Turismo

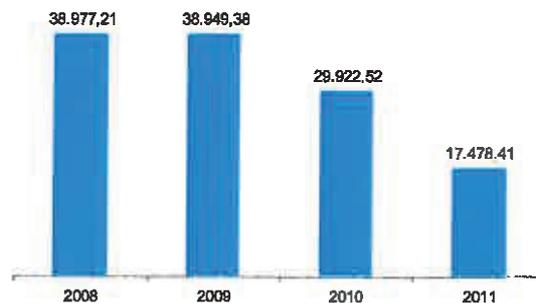
A frota afeta ao serviço de transporte de turismo é composta por dois autocarros, com uma capacidade média de 40 lugares, sendo a idade média da frota de 12,5 anos.

No ano de 2011, o serviço de transporte de turismo efetuou 162 viagens, transportou 5.278 passageiros percorrendo 29.245 km. No período escolar, o serviço de transporte de turismo efetuou transporte diário de alunos do 1.º ciclo para as atividades extra curriculares.

Maquinaria e Equipamento diverso

A renegociação dos contratos de fornecimento de telecomunicações com os operadores efetuados em 2007 e a implementação de um modelo de gestão baseado na disponibilização para cada utilizador dos seus gastos mensais, permitiu inverter a tendência da evolução crescente da faturação com as telecomunicações. Verificou-se uma redução de mais de 30% da faturação das comunicações fixas no período 2008 a 2011.

A mudança de operador de comunicações móveis ocorrida em Agosto de 2010, no decorrer de um procedimento de concurso público, permitiu uma poupança com a fatura com os telemóveis de 41,6% em 2011 em relação ao ano de 2010, conforme gráfico seguinte:



Iluminação Pública

Neste âmbito destaca-se a melhoria e reestruturação da rede com instalação de novos postos transformação nas aldeias de Nogueira e Donai, execução de remodelações de redes de baixa tensão nas aldeias de Carragosa e Sortes, bem como, o reforço de iluminação pública na Alameda Santa Apolónia. Destaca-se ainda, o enterramento de um ramal Média Tensão na zona de Vale Churido Na cidade foram instalados 71 novos pontos de luz.

No âmbito da redução da fatura energética com a iluminação pública, desenvolveu-se as seguintes ações:

1 – Na área rural

- ✓ Iniciou-se no verão de 2011 uma verificação exaustiva da iluminação pública em todo concelho com intuito de identificar pontos de luz em situação irregular ou desnecessários. A verificação das 10 primeiras Freguesias resultou na desmontagem de 19 pontos de luz, sendo que estão cerca de 50 situações identificadas aguardando informação complementar das respetivas Juntas de Freguesia.

2 – Na área urbana

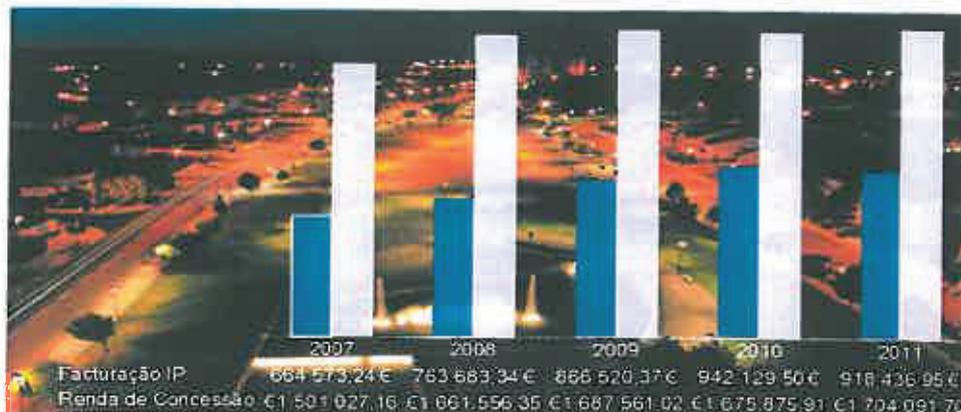
- ✓ Verificando que inúmeros ramais de iluminação pública na Cidade desligavam após o nascer do sol, foi solicitado à EDP a antecipação em 15 minutos no desligar da iluminação pública naquele período.
- ✓ Foram desmontados 25 pontos de luz na área urbana por não serem necessários, nomeadamente no Bairro do Couto e na Av. Dinastia de Bragança.
- ✓ Em colaboração com a EDP, foram finalizados trabalhos que resultarão na redução em 50% do fluxo luminoso, tendo sido intervencionados cerca de 600 pontos de luz, o que representa uma poupança anua estimada em 35.000,00€.

Apostados numa política de contenção de despesa e de estratégia na utilização das energias alternativas no ano de 2011 foi iniciada a instalação da micro central do Fervença que estará concluída no primeiro trimestre de 2012.

O gráfico seguinte mostra a evolução do custo da energia em iluminação pública e da renda de concessão entre 2007 e 2011. Verifica-se uma diminuição de cerca de 2,5% no custo da energia em iluminação pública no ano de 2011 em relação ao ano de 2010, mesmo sido instalados novos pontos de luz. Tal facto, deve-se às medidas de poupança implementadas em 2011.

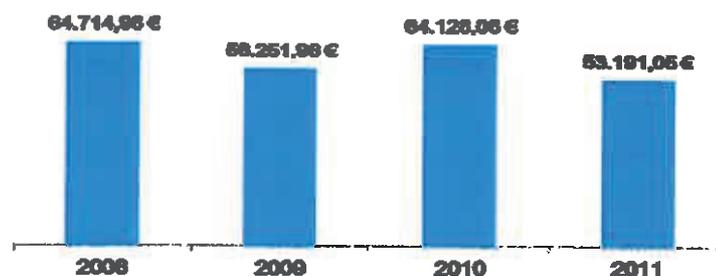
O rácio "Renda/Iluminação pública" para o ano de 2011 é de 85,5%, o que reflete um saldo financeiro positivo evidenciando a gestão cuidada dos últimos anos no que respeita à iluminação pública.

Evolução do custo do consumo de energia em iluminação pública e da Renda de Concessão (2007/2010)



Nas Escolas sob responsabilidade do Município de Bragança registou-se uma diminuição, no consumo de energia elétrica, de 17,5%.

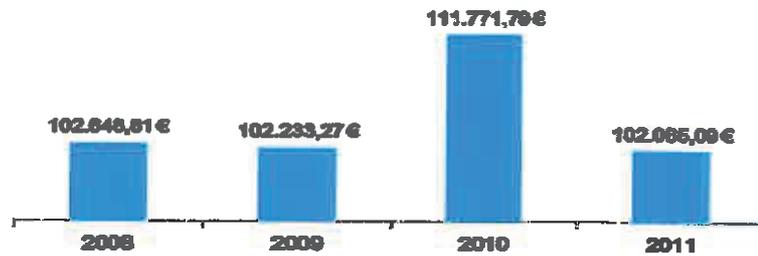
Evolução dos custos com energia elétrica nas escolas (2008/2011)



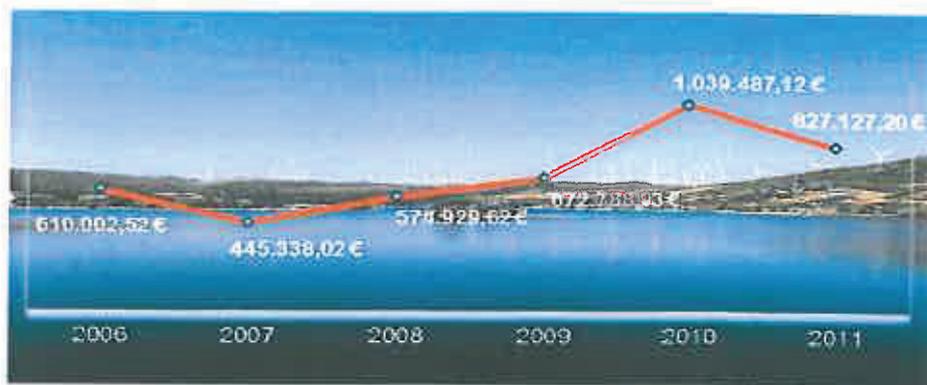
Relativamente ao consumo nos edifícios municipais verificou-se uma diminuição de 8,7%, conforme gráfico seguinte:

Handwritten notes and signatures:
 m...
 H...
 C...
 J...
 R...

Evolução dos custos das infraestruturas "Edifícios em Baixa tensão" (2008/2011)



A produção de energia verificada no ano de 2011 nas centrais hidrelétricas do Prado-Novo, Montezinho e Gimonde foi de 9.037.183 kWh, o que corresponde a uma faturação de 827.127,19 euros (sem IVA), contribuindo para uma redução na emissão de CO2 em 2.190 toneladas.



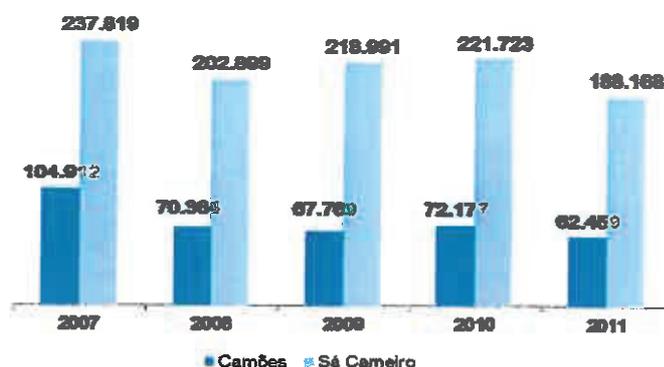
Cientes da importância da poupança de energia e da necessidade de uma política energética concertada para o município, foi executado o "Plano de Ação para a Eficiência Energética do Município de Bragança". Este documento define as possíveis ações a desenvolver pelo município nas áreas das energias renováveis e na eficiência energética, com indicação das prioridades. Iniciou-se em 2011, a aplicação de algumas dessas medidas, nomeadamente a instalação de molas de fecho automáticos nas portas dos equipamentos municipais e colocação de baterias de condensadores em alguns equipamentos para compensar a energia reativa fortemente penalizadora na fatura de eletricidade.

Estacionamento

No ano de 2011, verificou-se uma diminuição na utilização do estacionamento subterrâneo em cerca de 14,7% em relação ao ano anterior. No que respeita ao estacionamento condicionado de superfície, também se verificou uma diminuição nas receitas em 15,7% em relação ao ano de 2010.

Tendo em conta que as taxas com estacionamento não sofreram qualquer aumento no ano de 2011, podemos concluir que a menor procura na utilização do estacionamento poderá ser consequência da atual conjuntura económica desfavorável.

Evolução da procura nos Parques Subterrâneos (2007-2011)



Transportes Aéreos

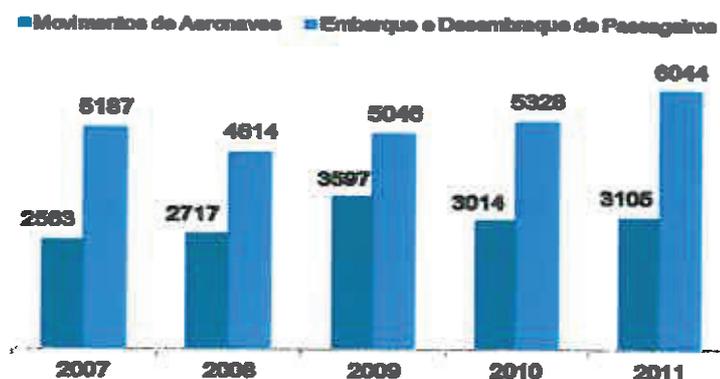
Foi instalado, no monte de Abrans em Samil, o radar de apoio à navegação aérea através de VOR/DME, conforme orientação da VAV – Portugal E.R.E., de modo a garantir cobertura no interior norte do país. Estando em fase final de aprovação, o procedimento de descida por instrumentos correspondente.

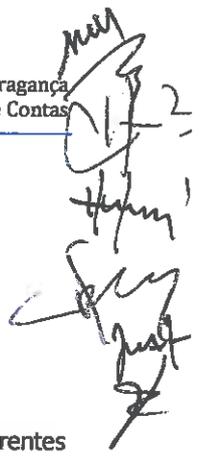
Foi obtido parecer favorável do Instituto Nacional da Aviação Civil (INAC) na apreciação prévia de viabilidade da revisão do Plano Diretor do Aeródromo Municipal com aeronave crítica de projeto tipo Boeing 737-800 ou Airbus A320, sendo a primeira fase a realização dos Projeto de Execução da ampliação da pista de 1700 metros para 2300 metros, de requalificação dos equipamentos de apoio à navegação aérea e de reconversão dos edifícios de apoio de forma a tornar o aeródromo num Aeroporto Regional, garantindo assim o desenvolvimento e a diversificação da oferta de Bragança na área das acessibilidades.

O aeródromo está em plena afirmação, que pode ser demonstrada pela recente certificação, pelo INAC, de vários serviços prestados por aquela infraestrutura, nomeadamente, os serviços de informação aeronáutica (AFIS) e prestação de rádio ajudas.

Iniciou-se em 2011, a execução do Manual de Aeródromo, bem como a revisão dos Planos de Emergência e de segurança.

O tráfego verificado no aeródromo no ano de 2011 foi de 3.105 movimentos de aeronaves (+3%) e 6.044 embarques ou desembarques de passageiros (+13,4%).





Departamento de Educação, Social e Cultural

Divisão Sociocultural e Turismo

Serviço de Ação Social

No decurso do ano de 2011 realizaram-se 613 atendimentos sociais, para avaliação e diagnóstico sobre diferentes situações socioeconómicas, e realizaram-se 203 visitas domiciliárias no âmbito do acompanhamento de múltiplos pedidos de apoio social, de acompanhamento de famílias sinalizadas no SAS, entre outras visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Previdência, pertença do Município de Bragança.

Foi efetuada a recuperação de 4 imóveis nos bairros sociais municipais, o que permitiu o realojamento de 5 agregados familiares, para além do fornecimento de materiais para beneficiação de imóveis em várias freguesias do concelho, no sentido de suprimir as carências habitacionais dos grupos socialmente vulneráveis, como doentes crónicos, idosos, famílias desestruturadas e com défice de competências pessoais, sociais, desempregados de longa duração, famílias monoparentais, indivíduos com comportamentos aditivos, etc.

Numa organização conjunta do Município de Bragança, do CLDS – Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires e Associação Académica do IPB, decorreu a I Feira de Emprego, Educação e Solidariedade do Concelho de Bragança, assumindo-se como uma iniciativa inovadora que se constituiu como um espaço de oportunidades de divulgação de boas práticas, de apresentação de ofertas de formação/ emprego e de respostas sociais, tendo contado com a ocupação de 70 stands e com a presença de 30 empresas e instituições de ensino/formação e IPSS do concelho.

No âmbito do Ano Europeu do Voluntariado a Câmara Municipal de Bragança colaborou na organização da Semana do Voluntariado de Bragança, tendo sido desenvolvidas atividades de animação, formação e sensibilização para a importância do voluntariado.

Foi organizada a 7.ª edição do "Encontro de Imigrantes" do Concelho de Bragança tendo participado 193 pessoas de 20 nacionalidades distintas e a 8ª edição do "Encontro de Gerações" de Bragança com a presença de aproximadamente 2000 pessoas.

Serviço de Animação e Equipamentos Culturais

Centro de Arte Contemporânea Graça Morais

No núcleo de exposições temporárias foram realizadas 4 exposições durante o ano de 2011: "Obras Escolhidas", de Rui Sanches, "Casa Comum" Coletiva do Centro de Arte Moderna – Fundação Gulbenkian, "75 Fotografias, 35 Mulheres, 42 Anos", de Julião Sarmento e "Travessias do Desenho e da Escultura" de José Rodrigues.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais estiveram patentes duas exposições: "Metamorfoses" e "Terra Quente – Terra Fria".

Durante o ano de 2011 visitaram o espaço 14.817 pessoas, foram realizadas 146 visitas/jogo solicitadas por escolas e instituições e várias oficinas de prática artística entre as quais se destacam o "Programa Continuado para Utentes da APADI" e a "Oficina de Cerâmica Artística".

Este ano ficou marcado pelo conjunto de iniciativas que se realizaram em torno da obra da pintora Graça Morais, onde o Centro de Arte teve um papel ativo, seja no Encontro Nacional da Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual (APECV), nomeadamente no concurso nacional "À descoberta das Nossas Raízes com Graça Morais" e a coprodução/residência artística com o ACE Teatro do Bolhão na apresentação do espetáculo Terra Quente -Terra Fria a partir da obra de Graça Morais.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje

O Serviço Educativo do Museu Ibérico da Máscara e do Traje realizou, em escolas integradas no Agrupamento de Escolas Paulo Quintela, 11 sessões de esclarecimento, sensibilização e educação sobre a tradição associada à Máscara. Participaram nestas ações um total de 465 alunos que tiveram a oportunidade de visualizar e tocar nos vários exemplares de máscaras e acessórios constituintes do traje. No final de cada sessão puderam ainda realizar a atividade jogo – Descobre o mascareto.

Visitaram o Museu durante o ano 10.146 pessoas e foram realizadas 74 visitas guiadas.

Teatro Municipal de Bragança

Realizaram-se 73 espetáculos, num total de 114 sessões, assistidos por 21.032 espetadores. Fazem parte da história deste espaço os 3 festivais anuais que coproduzimos com o Teatro de Vila Real: FAN – Festival de Ano Novo, na sua 5ª edição, Festival Internacional Douro Jazz, na sua 8ª. edição, o Festival Internacional de Teatro, a coprodução com a companhia de dança Quorum Ballet, no projeto "Fado", com estreia absoluta em Bragança, a cocriação artística com o Teatro da Garagem que culminou com a apresentação do espetáculo "Ao Relento", cuja realização envolveu a comunidade local, em particular 40 jovens estudantes de Bragança, e a coprodução artística com o Teatro do Bolhão, "Terra Quente -Terra Fria", um espetáculo de dança teatral criado a partir da obra da Graça Morais.

Biblioteca Municipal e Biblioteca Adriano Moreira

Durante o ano foi registada a presença de 31.610 utentes em todas as secções da biblioteca.

Na seção infantil foram desenvolvidas várias atividades, tais como: projeção de filmes, desenho e pintura, hora do conto e outras atividades desenvolvidas no âmbito das oficinas de Natal e Páscoa.

Paralelamente, no espaço da biblioteca, estiveram patentes as exposições "Baracoa na Magia dos seus Pintores", de artistas Cubanos, "Exposição Literária de Autores Portugueses Lusófonos desde o séc. XIII ao séc. XXI" e "Vias Negras", de Mário Rocha, integrada no IX Encontro da AULP.

A Academia de Letras de Trás-os-Montes promoveu, em colaboração com a Câmara Municipal, várias tertúlias das quais se destacam "tertúlia sobre poetas/escritores transmontanos", "Os 150 anos do Nascimento de Trindade Coelho" e "Luisa Dacosta – escritora de origem transmontana".

Centro Cultural Municipal Adriano Moreira - Exposições

Durante o ano de 2011 estiveram patentes nas salas Miguel de Cervantes e Luís de Camões 11 exposições de pintura, escultura e fotografia: "O Sentido de um Trajeto", de Armando Alves, "Banco de Bragança 1975 – 1919", Arquivo Histórico da CMB, "Sou Mulher, Sou Transmontana", de Lúcia Burbano e João Pedro Mamoto, "Espaço" de António Sá, "À Descoberta das Nossas Raízes com Graça Morais", trabalhos dos alunos no âmbito do Concurso Nacional da APECV, "Transparências ", de Paulo Moura, "A (co)Existência de Agamben", de Marco Costa, "Atrás da Máscara – Coletiva de Artistas de S. Tomé", com Eduardo Malé, Alex-Keller, Adilsom Castro, René Tavares, "O Exército e as Artes III", por ocasião das Comemorações do Dia do Exército, Exposições temáticas "Os diabos nas Festas de inverno em Trás-os-Montes e Província de Zamora" e dos trabalhos dos concursos da Mascararte.

Desde a abertura, os diversos equipamentos culturais (Teatro Municipal – TM, Biblioteca Municipal – BM, Museu Ibérico da Máscara e do Traje – MIMT e Centro de Arte Contemporânea Graça Morais – CAC) foram acedidos por 495.113 pessoas.



Turismo

No posto de Turismo foram atendidos durante o ano 21.401 turistas sendo na sua maioria de nacionalidade estrangeira, principalmente espanhola.

Foram realizadas visitas guiadas ao Centro Histórico e reeditado material de promoção e divulgação.

Com o objetivo de promover a gastronomia do concelho e reforçar a posição do produto turístico, Gastronomia e Vinhos, em colaboração com os restaurantes da cidade e o Turismo do Porto e Norte de Portugal foram organizados fins de semana Gastronómicos.

Outras atividades

Decorreu, no dia 21 de fevereiro, o quarto Desfile de Caretos na Cidade de Bragança tendo participado representantes de diversas Associações Culturais e Etnográficas, Juntas de Freguesia, Escolas e outras entidades de Trás-os-Montes e Província de Zamora.

No dia 07 de março, no Pavilhão Clube Académico de Bragança decorreu a Festa de Carnaval com DJs, numa parceria da câmara municipal com as associações de estudantes das escolas secundárias e a Associação Académica do IPB.

Dia 21 de março, em parceria com as escolas da cidade, organizaram-se diversas atividades no âmbito da comemoração do Dia da Poesia que compreenderam instalações de poemas nas árvores e postes de iluminação, pelos alunos do curso de artes, nas ruas: Alexandre Herculano, Praça da Sé e Rua Almirante Reis. Os mais pequenos escreveram poemas, em folhas coloridas, que colocaram num estendal na Praça da Sé. O dia terminou com um recital de Poesia com Maria João Vicente – “Poemas com a minha idade”, na Biblioteca Municipal.

No dia 6 de maio, a Escola Secundária Emídio Garcia, com o apoio da CMB, num trabalho de Área de Projeto, apresentou, no Auditório Paulo Quintela, a peça de Teatro “Adolescência à flor da pele”.

De 11 a 15 de maio, realizaram-se as Jornadas Cubanas, em colaboração com a Embaixada de Cuba em Portugal, com a deslocação, a Bragança, de uma comitiva cubana da cidade de Baracoa, cidade mais antiga desse país. O programa incluiu a visita a diversos elementos do património da nossa cidade, encontro com instituições, dinamização de oficinas de pintura, de dança e de música, uma exposição de pintura e um espetáculo musical no Teatro Municipal, promovendo, assim, o intercâmbio cultural entre os dois países.

No dia 26 de maio, realizou-se o Sarau de Poesia Jovem, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, organizado pela Casa do Professor, com a colaboração da CMB e das Escolas da cidade, onde cada escola apresentou um momento de poesia.

No dia 31 de maio, a Escola Secundária Miguel Torga apresentou, com a colaboração da CMB e do TEB, na praça Norte do Teatro, a peça "Como tardaste vós tanto!" a partir do Auto da Barca do Inferno de Gil Vicente.

De 06 a 12 de junho, decorreu no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira o evento "Artes e Livros", numa organização da Câmara Municipal e da Academia de Letras de Trás-os-Montes, que, no primeiro dia, na Biblioteca Municipal de Bragança, contou com a iniciativa "Leituras Encenadas" pelo grupo "Os Peripécias". O dia 9 de junho foi dedicado ao lançamento do romance "Angola Amor Impossível", de A. Passos Coelho e à atividade "Conversas em Torno do Ato de Ler", dinamizado pelo Dr. Carlos Teixeira, que sensibilizou pais e professores para a importância do livro e da leitura.

No Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, e depois da atuação do Coro do Conservatório de Música de Bragança, na Igreja da Sé, teve lugar o lançamento do romance "Tempo de Fogo/La Bouba de la Tenerie", de Amadeu Ferreira/Francisco Niebro.

No dia 11 de junho, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, decorreu o lançamento do livro "(Re) Cantos d' Amor Morto", de Rogério Rodrigues, membro da Academia de Letras de Trás-os-Montes. O dia terminou com a atividade "Laços de Leitura", dinamizada pela Dr.ª Fernanda Silva e pela Dr.ª Rosa Rocha, que reuniu pais e filhos na Biblioteca Infantil.

"Artes e Livros" culminou com a comemoração do 1.º Aniversário da Academia de Letras de Trás-os-Montes, na Biblioteca Municipal, que incluiu a assinatura de um protocolo com a Câmara Municipal de Bragança e a apresentação do livro "Terra de Duas Línguas: Antologia de Autores Transmontanos", coordenado por Ernesto Rodrigues e Amadeu Ferreira, com prefácio Adriano Moreira e pinturas Graça Morais.

No dia 09 de julho, em parceria com a Associação Cultural e Recreativa da Mãe de Água, foi organizado o XIII Festival de Folclore da cidade de Bragança com a participação de cinco ranchos folclóricos.

Nos dias 29, 30 e 31 de julho, com o apoio da câmara municipal, a Associação Cultural, Recreativa e Ambiental de Palácios organizou mais uma edição do Festival de Música e Tradição, em Palácios.

Na Praça Camões, de 25 de julho a 11 de agosto, decorreram 29 concertos com bandas de garagem da cidade. A organização tem essencialmente dois objetivos: o de dar oportunidade aos jovens músicos da cidade, de atuarem no período festivo, tendo, assim, a oportunidade de alcançarem novos públicos e o de proporcionar animação no período que antecede as Festas da Cidade.

De 12 a 15 de agosto, no recinto do castelo de Bragança, recriaram-se momentos da história medieval da cidade. Danças e músicas medievais, mercado com cerca de oito dezenas de expositores, jogos, torneios e personagens trajadas a rigor animaram as cerca de 15.000 pessoas que estimamos a tenham visitado e nela participado.

De 16 a 22 de agosto, no Parque Eixo Atlântico decorreram, de forma positiva, as festas da cidade com os concertos de grandes artistas nacionais.

Paralelamente, decorreu o programa religioso, de 11 a 22 de agosto, terminando com a celebração do dia da Padroeira da Cidade, Nossa Senhora das Graças, com eucaristia na Catedral, presidida, pela última vez, por Sua Excelência Reverendíssima o Bispo da Diocese Bragança - Miranda, D. António Montes Moreira, e a grandiosa procissão na qual se incorporaram 18 andores das paróquias citadinas e da área rural do concelho.

O livro "Ls Quatro Eibangeilhos", tradução em mirandês dos "Quatro Evangelhos" do Novo Testamento, da autoria do Dr. Amadeu Ferreira e editad pela Sociedade Bíblica, foi apresentado, no dia 27 de novembro, no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, pelo Professor António Tiza.

De 01 a 07 de dezembro de 2011, realizou-se a V Bienal da Máscara – Mascararte 2011. Do programa constaram várias atividades ligadas à temática, desfile de caretos e mascaretos exposições, concursos, conferências e espetáculos musicais. Os artesãos estiveram presentes com as suas criações, durante 4 dias, na Feira da Máscara, na Praça Cavaleiro Ferreira. No último dia do evento decorreu, no Teatro Municipal, o espetáculo "Melech Mechaya" e a cerimónia de entrega do prémios dos concursos e, de seguida, na Praça Cavaleiro de Ferreira a "Queima do Diabo" tendo como base a lenda do Diabo, da Morte e Censura de Bragança.

No final do ano, decorreu a 11ª. edição do concurso "Conto de Natal" que contou com a participação de 32 trabalhos e a 10ª edição do "Concurso Municipal de Presépios" a que concorreram 40 presépios, 19 na modalidade tradicional e 21 na modalidade inovadora.

Divisão de Educação, Desporto e Juventude

Serviço de Educação

No âmbito do Programa de Generalização das Refeições Escolares são fornecidos almoços aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Pré-escolar da área rural e área urbana, transportados e carenciados, abrangendo uma média diária de 874 alunos do 1º CEB e 290 alunos do pré-escolar.

São também fornecidos aos alunos do 1º CEB cujos agregados familiares estão integrados no escalão 1 do abono de família de crianças e jovens, um suplemento alimentar, a meio da manhã, constituído por uma sandes, um sumo ou leite e uma peça de fruta, abrangendo um total de 317 alunos.

A autarquia procede anualmente à aquisição e fornecimento de Manuais Escolares aos alunos carenciados do 1º CEB, comparticipando a 100% os abrangidos pelo escalão 1 do abono de família de crianças e jovens, num total de 313 alunos em 2011, e a 50% os posicionados no escalão 2 do abono de família de crianças e jovens, num total de 207 alunos em 2011.

Para assegurar o desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular o município contratualizou o Ensino do Inglês, o Ensino da Atividade Física e Desportiva e o Ensino da Música, abrangendo 987 alunos do 1º CEB.

Com vista a garantir o bom funcionamento do Programa de Generalização de Refeições, nomeadamente no apoio às refeições à hora de almoço (pré-escolar e 1º ciclo) e na componente de apoio à família (pré-escolar) em alguns estabelecimentos de ensino, foram atribuídas verbas às entidades coordenadoras/gestoras do pessoal auxiliar (agrupamentos escolares e juntas de freguesia).

Este serviço colaborou com a empresa Resíduos do Nordeste na programação de atividades e visitas às escolas do concelho, bem como na Praça Cavaleiro Ferreira, no Parque Eixo Atlântico em Bragança e na Vila de Izeda do projeto de sensibilização ambiental "Roadshow de Sensibilização Ambiental".

De 27 de setembro a 2 de outubro de 2011, numa organização da câmara municipal esteve em Bragança o "Vaivém Oceanário" do Oceanário de Lisboa, realizando atividades com as escolas e população do concelho, procurando sensibilizá-las para a necessidade de conservar os Oceanos através da alteração de comportamentos e atitudes perante o meio ambiente.

Nos meses de março a junho realizaram-se, na Escola Fixa de Trânsito, com a colaboração da PSP, 47 sessões de sensibilização rodoviária dirigidas a alunos dos 1º e 2.º ciclos do EB de vários estabelecimentos de ensino públicos e privados do concelho de Bragança, tendo participado um total 1029 alunos.

Entre os dias 1 e 4 de junho decorreu a atividade Tempo para a Infância, enquadrada no serviço educativo da câmara municipal, envolvendo os alunos do 1º CEB e Pré-escolar do ensino público e privado que assistiram no Teatro Municipal – praça norte - e nas instalações da EB1,2,3 de Izeda à peça de teatro "Espanta Pardais". Foram, também, colocados insufláveis próximos de todas as escolas públicas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do concelho de Bragança.

No dia 21 de junho, realizou-se a I Festa das AEC's, no Pavilhão Municipal, para os alunos das escolas do 1º ciclo dos agrupamentos escolares Augusto Moreno e Paulo Quintela e no dia 22 de junho 2011, na EB1,2,3 de Izeda, para os alunos do agrupamento de escolas Abade de Baçal, abrangendo um total de 897 alunos.



Imbuída do espírito da quadra natalícia a autarquia distribuiu aos alunos do ensino público do concelho uma pequena lembrança, como votos de Boas Festas, num total de 370 livros aos alunos do ensino pré-escolar e 990 livros aos alunos do 1º CEB.

O Serviço de Educação do DESC, em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Bragança, iniciou um projeto de Saúde Oral, intitulado Sorrir Branquinho, direcionado para as 875 crianças que frequentam os Jardins de Infância públicos e privados do concelho de Bragança e restante Comunidade Educativa. Este projeto tem como principal objetivo reduzir a incidência e prevalência das doenças orais na população alvo, melhorar conhecimentos e comportamentos sobre higiene oral e promover a equidade na

prestação de cuidados de saúde oral às crianças com Necessidades de Saúde Especiais. Desta forma, para o bom funcionamento do mesmo projeto, a CMB adquiriu 200 kits de escovagem de dentes para os alunos integrados em agregados familiares caracterizados por situações de vulnerabilidade e carência socioeconómica.

Serviço de Desporto e Juventude

Ao longo do ano foi feita a gestão das instalações desportivas e a orientação de Estágios Curriculares da Escola Superior de Educação de Bragança e Escola Secundária Emídio Garcia realizados nos equipamentos desportivos, realização de torneios e competições oficiais, orientação das atividades na Piscina Municipal, prestado apoio ao Programa Mexa-se em Bragança.

Realizaram-se na Piscina municipal, dois Torneios de Natação, sendo um de Formação – Escolas de Natação, que participaram os seguintes Clubes: Escola de Natação Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Bragança, Natação Clube de Chaves, Sport Clube de Mirandela e Ginásio Clube de Vila Real, e um outro Torneio Regional de Natação, onde estiveram representadas as cidades de: Bragança, Chaves, Mirandela e Vila Real, foi ainda prestado apoio no Torneio de Natação do Desporto Escolar que contou com a participação das Escolas do Concelho, reunindo cerca de 100 alunos.

Decorreu mais uma edição do Torneio Internacional de Natação, que contou com a presença de 150 atletas. Estiveram representadas as seguintes cidades: Escola de Natação Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Bragança, Natação Clube de Chaves, Sport Clube de Mirandela, Ginásio Clube de Vila Real, Clube de Natação do Interior Norte de Vila Real, Valladolid e Zamora.

Realização do Torneio de Escolas de Natação, com a participação das cidades de Chaves, Vila Real, Alijó, Mirandela e Bragança.

No âmbito da nona Festa de Natal das Atividades Orientadas da Piscina Municipal decorreu uma mega aula de Hidroginástica, jogos aquáticos e provas de competição, seguiu-se um lanche convívio para todas as crianças que frequentam as classes orientadas da Piscina Municipal.

O projeto Desporto Sénior no Meio Rural, que visa abraçar todos os munícipes com mais de 65 anos, podendo exceccionalmente abranger outras idades, está a decorrer na Freguesia de Grijó de Parada com uma média de 30 participantes, na freguesia de São Julião de Palácios com uma média de 35 participantes e na Freguesia do Parâmio com uma média de 25 participantes.



Elaboração da Carta Desportiva do Concelho de Bragança (tratamento dos dados obtidos através de questionário), conclusão do trabalho de campo acerca do levantamento do número de Instalações Desportivas existentes no Concelho de Bragança, bem como o levantamento das necessidades de instalações desportivas nas 47 freguesias rurais e 2 freguesias urbanas.

No dia 1 de maio decorreu, na freguesia de São Pedro de Serracenos, a XII Edição dos Jogos Tradicionais, contando com a presença de cerca de 110 participantes, que puderam apreciar e jogar os jogos da Rellha, Raiola, Fito, Ferro e Jogo dos Paus.

Foi dado apoio logístico na realização do Torneio Crescer Jogando 2011, onde cerca de 500 crianças participaram, durante fim de semana de 4 e 5 de maio, no Torneio de Futebol Infantil Crescer Jogando organizado pela Escola Crescer, assim como em competições oficiais de Futebol, Futsal e Basquetebol.

O Estádio Municipal de Bragança recebeu 45 equipas de 11 clubes nos escalões de traquinas, petizes, benjamins e infantis.

A realização do dia do desporto contou com a realização da II Edição do Triatlum cidade de Bragança, onde participaram cerca de 25 atletas em 3 escalões distintos, nas provas de Natação, Ciclismo e Atletismo.

Decorreu, na Piscina Municipal, o 1º Encontro Sénior / Dia do Desporto com uma aula de Hidroginástica onde participaram as freguesias de Grijó de Parada, São Julião de Palácios, Parâmio, bem como algumas alunas das Classes Orientadas da Piscina Municipal, atividade que reuniu cerca de 70 participantes.

No Estádio Municipal de Bragança decorreu o Torneio distrital de futebol para petizes e traquinas, que contou com a presença de 160 crianças dos diversos clubes participantes, Escola Crescer, GDB, Montes Vinhais, Mirandela e Moncorvo.

Decorreu no Pavilhão e Piscina Municipal, a IV edição do "Bragança Ativa" que contou com a presença de 120 adeptos da atividade física. A atividade iniciou-se com uma palestra que abordou o tema "Hipertensão Arterial", com uma equipa da unidade de cuidados na comunidade do centro de saúde de Bragança, seguida de alguns

esclarecimentos sobre o "Envelhecimento Ativo". De seguida decorreu um aula prática de marchas populares no pavilhão, e na piscina uma aula de Hidroginástica. Foi distribuído a todos os participantes uma t-shirt.

De 3 a 8 de julho de 2011, realizou-se a 9ª Edição dos Jogos do Eixo Atlântico na Cidade de Matosinhos com a participação de 1500 jovens oriundos das 36 cidades associadas ao Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

A Comitativa de Bragança fez-se representar com 33 atletas nas modalidades de natação, atletismo pista, atletismo adaptado e futebol de 7.

As Férias Desportivas e Culturais 2011, tiveram como principal objetivo proporcionar às crianças e jovens a prática de várias modalidades desportivas num ambiente desportivo e saudável, bem como enriquecimento desportivo e cultural, o desenvolvimento do sentimento de grupo e das relações interpessoais e o incentivo à criatividade. Participaram 411 crianças dos 6 aos 15 anos, inscritos através da Câmara Municipal de Bragança, Associação do Pessoal dos Funcionários do IPB, dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Bragança e da Obra Kolping.

Projetos de Modernização Administrativa

No ano de 2011, a implementação de projetos ao nível das novas tecnologia da informação, no Município de Bragança, marcou uma nova era, no inter-relacionamento dos serviços municipais, no relacionamento com os munícipes em geral, e muito em particular com as escolas sob tutela da autarquia. O investimento foi na sua maioria conseguido através de financiamento obtido do SAMA (Sistema de Apoio à Modernização Administrativa) e do Programa Operacional Regional do Norte.

Gestão documental – O sistema permite o registo, o acesso, o encaminhamento e a monitorização de documentos em formato digital. Começamos com a implementação do circuito de faturas tendo-se avançado posteriormente para a gestão da correspondência entrada na autarquia. Fez-se uma implementação faseada através de um "piloto" para o departamento administrativo e financeiro. Durante cerca de 2 meses a seção de expediente registou e encaminhou digitalmente, a correspondência destinada àquele departamento, em paralelo com o procedimento manual. Esta implementação gradual, permitiu testar o sistema, obter confiança no mesmo e dotar os utilizadores dos conhecimentos necessários. Em Março de 2012 o circuito é alargado a todos os serviços da autarquia dando-se também inicio aos circuitos de documentos internos e externos.

Ainda na área da gestão documental procedeu-se à parametrização da aplicação de gestão de pessoal com vista à associação de documentos dos processos individuais à ficha de cadastro dos utilizadores. Os documentos pertencentes a cada funcionário foram digitalizados e associados ao cadastro individual. Os documentos digitalizados estão tipificados da seguinte forma: Elementos biográficos / Evolução profissional / Férias, faltas e licenças / Acidentes em serviço / Elementos diversos. Este processo encontra-se ainda em implementação.

Aplicação EIS (Sistema de informação para executivos) POCAL - Foi instalada uma aplicação que funciona em ambiente web e permite o apoio à tomada de decisão do Executivo Municipal, disponibilizando a informação sintetizada de uma forma simples e eficiente. Permite a leitura e a análise dos dados em formato de grelha ou através de gráficos e disponibiliza informação do POCAL entre os anos de 2008 e 2011.

Regime jurídico da urbanização e da edificação - Foi implementado um módulo para permitir a interoperabilidade com o portal do RJUE. Este módulo de interoperabilidade permite relacionar a informação da

autarquia com a disponível no portal. Assim, os processos são registados na aplicação de Urbanismo - SIGMA e após o saneamento liminar são submetidos os dados com os documentos anexos, automaticamente no portal.

Gismat (SIG) -O Município de Bragança possui um conjunto de aplicações que constituem um SIG Municipal, constituído pelos seguintes módulos: Emissão de plantas de localização; Gestão Urbanística; Infraestruturas de redes municipais e de Viária; Património municipal; e Levantamentos. Existiam diversos constrangimentos dos quais se destacam: das aplicações atrás mencionadas apenas estavam a ser exploradas "Emissão de plantas de localização" e "Gestão urbanística", as aplicações estavam obsoletas (não eram feitas atualizações desde 2005) e não existia integração com o backoffice autárquico. Em suma não estava a ser aproveitado todo o potencial oferecido pelas aplicações. Face ao cenário descrito, incidiu-se em duas vertentes: 1) Procedeu-se à atualização das aplicações existentes, para que os serviços pudessem tirar partido das inovações que as aplicações sofreram ao longo do tempo.

2) Foram contratados serviços de manutenção e suporte necessários a uma correta implementação e exploração de todas as aplicações, incluindo formação de utilizadores.

Webtime – Consistiu na implementação de um portal através do qual as chefias e os colaboradores, conseguem gerir tarefas relacionadas com a assiduidade (dependendo de permissões diferenciadas). Atualmente o sistema possibilita aos colaboradores a consulta dos seus registos de assiduidade. As chefias podem também consultar a assiduidade dos colaboradores que fazem parte da sua unidade orgânica.

A breve prazo o sistema poderá ser utilizado de forma mais ativa: as chefias poderão marcar férias e corrigir irregularidades como esquecimento nas marcações. Os colaboradores poderão efetuar pedidos de férias, marcar ausências em serviço, etc.

Rede de Dados: Foi feita a reestruturação da rede de dados da CMB. Com esta reestruturação pretendeu-se melhorar o desempenho da rede, bem como diminuir o número de incidentes e o tempo de administração gasto na resolução de problemas e gestão dos equipamentos. Os equipamentos ativos foram substituídos conseguindo-se uniformizar a rede e melhorar os níveis de serviço para os utilizadores.

A dispersão de edifícios municipais dificultava a comunicação digital, situação que foi corrigida através da implementação de uma solução de comunicação sem fios usando tecnologia wimax. Esta alteração permitiu melhorar o sinal, permitindo melhorar a comunicação com os serviços mais distantes.

Modernização de equipamento: Os serviços municipais foram dotados de equipamentos informáticos atualizados, através da instalação de 56 novos computadores, contribuindo para modernizar uma parte significativa do parque de equipamento, eliminando problemas decorrentes da utilização de equipamentos obsoletos o que terá um impacto positivo na produtividade dos trabalhadores e conseqüente atendimento ao público.

Solução de printing: Procedeu-se à instalação de 18 equipamentos multifuncionais que vieram substituir grande parte do parque de impressão nos serviços municipais (foram retirados 98 equipamentos dos 170 existentes). Os novos equipamentos foram instalados em rede, em locais estratégicos, podendo ser utilizados pelos vários serviços. Esta solução permite a redução de custos e contribui para a uniformização do parque de impressão, cópia, fax e digitalização.

TIC nas Escolas: No final do ano de 2011 terminou o procedimento concursal no valor de 271.000 euros. O projeto, a executar até final do primeiro trimestre de 2012, consiste em dotar as escolas sob tutela da autarquia, de quadros interativos, computadores com ligação à Internet, impressoras multifunções, videoprojectores, redes locais, software office, conteúdos didáticos e formação dos docentes. São abrangidas 16 escolas, num total de 43 salas de aula. O procedimento consiste no fornecimento de 43 computadores, 43 UPS, 43 Impressoras, 32 quadros interativos, 32 Vídeo projetores, 43 quadros de apoio, instalação de rede de dados (com e sem fios) em cada uma das 16 escolas e reforço da rede de dados existente nos 2 Centros Escolares. Foram ainda adquiridos licenciamentos para software Microsoft Office, sistema operativo Windows, software antivírus e software para proteção e restauro de sistemas. O projeto contempla ainda a disponibilização de um portal educativo que congrega as valências da aprendizagem e da gestão escolar.

Simplex autárquico - Aderiu-se ao projeto denominado "A minha rua" permitindo a qualquer cidadão reportar online problemas ou apresentar sugestões relacionados com a nossa cidade, situações que são posteriormente encaminhadas internamente para avaliação e resolução.

Bibliotecas municipais: Foi atualizado o sistema PORBASE para a catalogação de livros. O catálogo foi colocado online encontrando-se disponível através do site da Biblioteca Municipal.

Arquivo histórico Municipal – Foi implementada uma aplicação para a gestão da documentação em arquivo histórico.

Consolidação de aplicações de gestão (SIGMA) - O objetivo foi o de consolidar o backoffice autárquico (conjunto de aplicações de gestão usadas pela autarquia), permitindo melhorar e preparar o sistema de informação para a integração com os novos sistemas. Neste âmbito procedeu-se à atualização das aplicações e fizeram-se várias ações de formação e reciclagem.

Além da execução dos projetos acima mencionados, efetuaram-se durante o ano de 2011 diversos procedimentos preparatórios, com vista à implementação dos seguintes projetos, em 2012:

Serviços online - Uma das estratégias de evolução dos sistemas de informação da CMB passa pela disponibilização de serviços online dirigidos aos seus Municípios e instituições que necessitem de interagir com a Câmara. A disponibilização de serviços online representa um grande desafio para a CMB dadas as implicações não só ao nível do seu BackOffice, como da reengenharia dos seus processos, e da atualização das suas infraestruturas. Serão implementados os seguintes serviços: submissão de requerimentos, consulta de processos, pagamento de taxas e licenças. Foram executadas em 2011 as seguintes tarefas: criação e aprovação do layout dos serviços e integração com o site autárquico, preparação de infraestruturas, nomeadamente uma máquina virtual com instalação de SGBD e acesso remoto, instalação dos webservices. Brevemente será disponibilizada a consulta online de processos. Está em decurso a configuração de formulários e a identificação de informação associada aos serviços a disponibilizar.

Intranet – Consiste na disponibilização de um portal interno para utilização pelos colaboradores e pelo executivo. Esse portal servirá de interface para acesso a informação diversificada e integra com o backoffice autárquico. Em 2011 foram criadas as infraestruturas necessárias, nomeadamente um servidor virtual para alojamento da solução. Foi definido e aprovado o layout bem como a estrutura de conteúdos. A plataforma de

gestão de conteúdos foi instalada e configurada. Foi feita formação das componentes backoffice e frontoffice. Estão em decurso algumas configurações e o carregamento de conteúdos.

CRM - Através desta aplicação será possível criar uma visão integrada do munícipe, conhecendo todas as suas interações com a autarquia. Consiste numa plataforma tecnológica que se integra com o backoffice da Medidata e com a aplicação de gestão de documentos. Todas as interações dos munícipes com a autarquia passam a ser registadas nesta aplicação nos locais de atendimento dos vários serviços e posteriormente no balcão único. Foram criadas as infraestruturas necessárias sendo previsível que até final de Junho de 2012 o sistema esteja a funcionar num departamento "piloto".

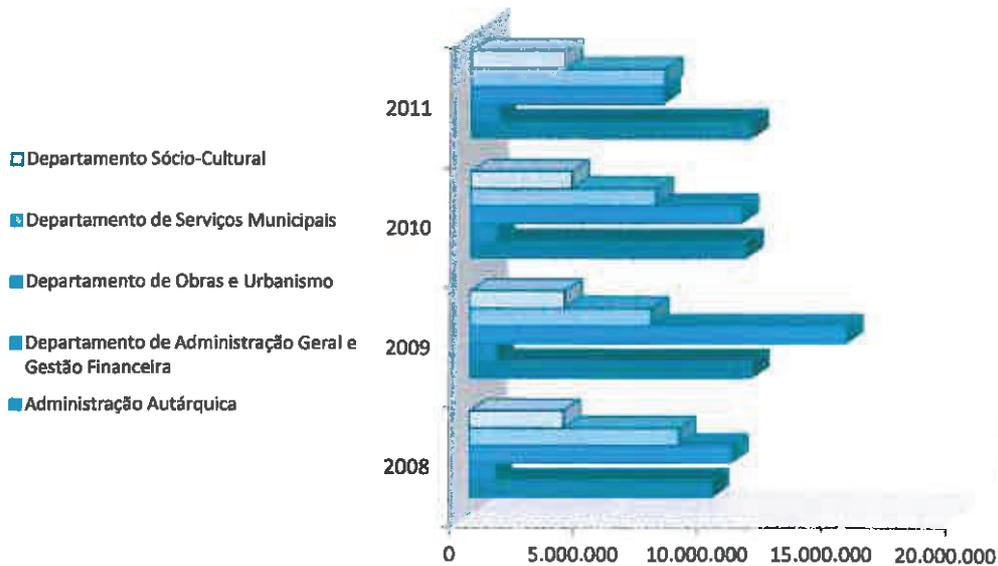
Sistema de Gestão de Qualidade – Consiste na reengenharia e certificação de processos no âmbito dos serviços de atendimento e das obras particulares. A implementação decorrerá ao longo de 8 meses. O procedimento de aquisição de serviços decorreu através da AMTF-NT (Associação de Municípios da Terra Fria transmontana) tendo sido a adjudicação feita à empresa IberoGestão.

QUADRO 16 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação no período 2008/2011

| Unidades Orgânicas | Ano 2008 | Ano 2009 | Ano 2010 | 2011 | Coeficiente de variação (n a n-1) | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------------------------|----------------|---------------|
| | Total da Despesa | Total da Despesa | Total da Despesa | Total da Despesa | 2008-2009 | 2009-2010 | 2010-2011 |
| Administração Autárquica | | | | | | | |
| Assembleia Municipal | 46.966 € | 44.371 € | 87.175 € | 56.184 € | -5,53% | 96,47% | -35,55% |
| Câmara Municipal | 8.044.062 € | 9.021.616 € | 8.932.114 € | 9.474.863 € | 12,15% | -0,99% | 6,08% |
| Operações Financeiras | 1.700.548 € | 2.324.722 € | 2.124.297 € | 1.808.513 € | 36,70% | -8,62% | -14,87% |
| Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira | | | | | | | |
| Divisão Administrativa | 462.313 € | 512.397 € | 485.464 € | 522.532 € | 10,83% | -5,26% | 7,64% |
| Divisão Financeira | 464.618 € | 448.890 € | 504.853 € | 476.954 € | -3,39% | 12,47% | -5,53% |
| Divisão de Informática e Sistemas | 126.100 € | 121.803 € | 125.057 € | 118.587 € | -3,41% | 2,67% | -5,17% |
| Departamento de Obras e Urbanismo | | | | | | | |
| Divisão de Obras | 7.873.229 € | 13.352.436 € | 8.563.453 € | 5.228.179 € | 69,59% | -35,87% | -38,95% |
| Divisão de Equipamento | 1.966.151 € | 1.188.863 € | 1.614.446 € | 1.436.865 € | -39,53% | 35,80% | -11,00% |
| Divisão de Urbanismo | 719.177 € | 646.292 € | 775.158 € | 1.108.275 € | -10,13% | 19,94% | 42,97% |
| Departamento de Serviços Municipais | | | | | | | |
| Divisão de Saneamento Básico | 3.021.849 € | 3.110.582 € | 3.071.759 € | 3.073.593 € | 2,94% | -1,25% | 0,06% |
| Divisão de Defesa do Ambiente | 3.243.093 € | 2.645.366 € | 3.149.204 € | 3.509.744 € | -18,43% | 19,05% | 11,45% |
| Serviço de Transportes Urbanos | 2.215.103 € | 1.608.908 € | 1.304.013 € | 1.288.089 € | -27,37% | -18,95% | -1,22% |
| Departamento Sócio-Cultural | | | | | | | |
| Divisão Cultural e Turismo | 1.546.821 € | 1.651.468 € | 1.568.388 € | 1.409.649 € | 6,77% | -5,03% | -10,12% |
| Divisão de Educação e Desporto | 2.251.740 € | 2.181.256 € | 2.536.196 € | 2.371.444 € | -3,13% | 16,27% | -6,50% |
| TOTAL | 33.681.771 € | 38.858.969 € | 34.841.577 € | 31.883.471 € | 15,37% | -10,34% | -8,49% |

Handwritten signatures and initials:
 2
 H...
 J...
 J...

GRÁFICO XI – Repartição Departamental da Despesa Total no período 2008/2011



Quanto à natureza das despesas, correntes e de capital, encontra-se distribuída diferenciadamente pelos diversos departamentos. Isto porque, também estes, desempenham na estrutura da Autarquia funções diferenciadas. Seguidamente, evidencia-se essa distribuição e evolução num horizonte temporal de quatro anos.

QUADRO 17 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação e natureza das despesas no período 2008/2011

| Unidades Orgânicas | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | despesas correntes | despesas de capital |
| <i>Administração Autárquica</i> | | | | | | | | |
| <i>Assembleia Municipal</i> | 46.966 € | 0 € | 44.371 € | 0 € | 87.175 € | 0 € | 56.184 € | 0 € |
| <i>Câmara Municipal</i> | 4.880.849 € | 3.163.213 € | 5.121.667 € | 3.899.949 € | 5.816.956 € | 3.115.158 € | 5.751.891 € | 3.722.971 € |
| <i>Operações Financeiras</i> | 437.603 € | 1.262.945 € | 364.358 € | 1.960.364 € | 246.629 € | 1.877.668 € | 288.529 € | 1.519.984 € |
| <i>Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira</i> | | | | | | | | |
| <i>Divisão Administrativa</i> | 462.313 € | 0 € | 497.460 € | 14.937 € | 484.963 € | 501 € | 522.197 € | 335 € |
| <i>Divisão Financeira</i> | 463.153 € | 1.465 € | 447.980 € | 910 € | 503.975 € | 878 € | 476.536 € | 418 € |
| <i>Divisão de Informática e Sistemas</i> | 126.100 € | 0 € | 121.803 € | 0 € | 125.057 € | 0 € | 118.587 € | 0 € |
| <i>Departamento de Obras e Urbanismo</i> | | | | | | | | |
| <i>Divisão de Obras</i> | 959.774 € | 6.913.455 € | 968.515 € | 12.383.921 € | 921.794 € | 7.641.659 € | 854.576 € | 4.373.603 € |
| <i>Divisão de Equipamento</i> | 1.379.645 € | 586.506 € | 1.137.423 € | 51.440 € | 1.334.729 € | 279.717 € | 1.329.393 € | 107.472 € |
| <i>Divisão de Urbanismo</i> | 521.006 € | 198.171 € | 525.929 € | 120.363 € | 567.967 € | 207.191 € | 508.793 € | 599.483 € |
| <i>Departamento de Serviços Municipais</i> | | | | | | | | |
| <i>Divisão de Saneamento Básico</i> | 2.790.679 € | 231.170 € | 2.645.946 € | 464.636 € | 2.869.951 € | 201.808 € | 2.908.717 € | 164.876 € |
| <i>Divisão de Defesa do Ambiente</i> | 3.062.503 € | 180.590 € | 2.504.860 € | 140.506 € | 3.117.500 € | 31.704 € | 3.402.548 € | 107.196 € |
| <i>Divisão Transportes e Energia</i> | 1.045.811 € | 1.169.292 € | 1.017.399 € | 591.509 € | 1.190.284 € | 113.729 € | 1.117.102 € | 170.986 € |
| <i>Departamento Sócio-Cultural</i> | | | | | | | | |
| <i>Divisão Cultural e Turismo</i> | 1.520.578 € | 26.243 € | 1.594.271 € | 57.197 € | 1.541.775 € | 26.613 € | 1.323.758 € | 85.891 € |
| <i>Divisão de Educação e Desporto</i> | 2.158.370 € | 93.370 € | 2.174.244 € | 7.012 € | 2.487.015 € | 49.181 € | 2.297.340 € | 74.104 € |
| TOTAL | 19.855.351 € | 13.826.420 € | 19.166.225 € | 19.692.744 € | 21.295.770 € | 13.545.807 € | 20.956.151 € | 10.927.320 € |

M. J. ...
...
...
...
...
...

2.6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos – POCAL, consta do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas, apenso a este Relatório de Gestão. Conjuntamente com o Plano de Atividades Municipal refletem, sob a forma de objetivos específicos, a execução das prioridades já previamente definidas com base em recursos previstos em sede de elaboração do Orçamento Municipal.

O quadro seguinte demonstra os montantes de investimento previstos e executados e o coeficiente percentual de realização para cada um dos grandes sectores estruturais, apresentando o esforço financeiro despendido, pelas diversas áreas de intervenção e que se concentram em três grandes objetivos: as funções gerais, funções sociais e as funções económicas.

QUADRO 18 – Resumo das Grandes Opções do Plano no ano de 2011

| Descrição | Grandes Opções do Plano (GOP'S) 2011 | | | | | | | | |
|---|---|------------------|---------------|-------------------------------------|------------------|---------------|-------------------|------------------|---------------|
| | Plano Plurianual de Investimentos (PPI) | | | Plano de Atividades Municipal (PAM) | | | Total GOP'S | | |
| | Previsto | Executado | Taxa Execução | Previsto | Executado | Taxa Execução | Previsto | Executado | Taxa Execução |
| Funções Gerais | 1.212.200 | 449.570 | 37,09% | 1.500 | 0 | 0,00% | 1.213.700 | 449.570 | 37,04% |
| Serviços gerais de administração pública | 1.211.100 | 449.570 | 37,12% | 500 | 0 | 0,00% | 1.211.600 | 449.570 | 37,11% |
| Segurança e ordem públicas | 1.100 | 0 | 0,00% | 1.000 | 0 | 0,00% | 2.100 | 0 | 0,00% |
| Funções Sociais | 9.333.900 | 6.432.128 | 68,91% | 1.547.100 | 1.408.189 | 91,02% | 10.881.000 | 7.840.317 | 72,06% |
| Educação | 333.000 | 264.318 | 79,37% | 56.100 | 54.100 | 96,43% | 389.100 | 318.418 | 81,83% |
| Saúde | 88.600 | 88.561 | 99,96% | 0 | 0 | 0,00% | 88.600 | 88.561 | 99,96% |
| Segurança e acção sociais | 0 | 0 | | 404.300 | 350.183 | 86,61% | 404.300 | 350.183 | 86,61% |
| Habituação e serviços colectivos | 8.426.700 | 5.894.895 | 69,95% | 553.800 | 512.197 | 92,49% | 8.980.500 | 6.407.092 | 71,34% |
| Serviços culturais, recreativos e religiosos | 485.600 | 184.353 | 37,96% | 532.900 | 491.709 | 92,27% | 1.018.500 | 676.062 | 66,38% |
| Funções Económicas | 1.329.200 | 833.152 | 62,68% | 155.600 | 102.947 | 66,16% | 1.484.800 | 936.099 | 63,05% |
| Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | 1.000 | 0 | 0,00% | 100 | 0 | 0,00% | 1.100 | 0 | 0,00% |
| Indústria e energia | 394.200 | 165.105 | 41,88% | 47.400 | 0 | 0,00% | 441.600 | 165.105 | 37,39% |
| Transportes e comunicações | 898.900 | 643.447 | 71,58% | 1.000 | 0 | 0,00% | 899.900 | 643.447 | 71,50% |
| Comércio e Turismo | 35.100 | 24.600 | 70,09% | 107.100 | 102.947 | 96,12% | 142.200 | 127.547 | 89,70% |
| TOTAL | 11.875.300 | 7.714.850 | 64,97% | 1.704.200 | 1.511.136 | 88,67% | 13.579.500 | 9.225.986 | 67,94% |

Com uma taxa de execução de 67,94%, as Grandes Opções do Plano para o ano de 2011, atingem o valor absoluto de 9.225.985,57 euros, dos quais 7.714.849,51 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.511.136,06 euros ao conjunto das ações consideradas como relevantes e que cuja despesa efetuada, como base em normativos estabelecidos no POCAL, não é considerada de investimento.

QUADRO 19 – Desagregação da execução das despesas nas Grandes Opções do Plano em 2011

| Código Obj./Prog. | Designação das rubricas | Valor do Investimento | % dentro do Obj./Prog. | % em relação ao total das GOP'S |
|--------------------------|--|------------------------------|-------------------------------|--|
| 1 | Funções gerais | 449.570 | 100,00% | 4,87% |
| 1.1.0 | Serviços gerais de administração pública | 449.570 | 100,00% | 4,87% |
| 1.1.1 | Administração geral | 449.570 | 100,00% | 4,87% |
| 1.1.1.1 | Edifícios | 73.044 | 16,25% | 0,79% |
| 1.1.1.2 | Material de transporte | 50.400 | 11,21% | 0,55% |
| 1.1.1.3 | Maquinaria e equipamento | 326.126 | 72,54% | 3,53% |
| 1.2.0 | Segurança e ordem pública | 0 | 0,00% | 0,00% |
| 1.2.1 | Proteção civil e luta contra incêndios | 0 | 0,00% | 0,00% |
| 1.2.1.1 | Bombeiros | 0 | 0,00% | 0,00% |
| 1.2.1.2 | Segurança pública | 0 | 0,00% | 0,00% |
| 2 | Funções sociais | 7.840.317 | 100,00% | 84,98% |
| 2.1.0 | Educação | 318.418 | 4,06% | 3,45% |
| 2.1.1 | Ensino não superior | 264.318 | 3,37% | 2,86% |
| 2.1.1.1 | Ensino Pré-escolar | 5.076 | 0,06% | 0,06% |
| 2.1.1.2 | Ensino Básico | 259.242 | 3,31% | 2,81% |
| 2.1.1.3 | Educação de adultos | 0 | 0,00% | 0,00% |
| 2.1.2 | Serviços auxiliares de ensino | 54.100 | 20,87% | 0,59% |
| 2.2.0 | Saúde | 88.561 | 1,13% | 0,96% |
| 2.2.1 | Serviços individuais de saúde | 88.561 | 1,13% | 0,96% |
| 2.3.0 | Segurança e acção sociais | 350.183 | 4,47% | 3,80% |
| 2.3.2 | Ação social | 350.183 | 4,47% | 3,80% |
| 2.4.0 | Habitação e serviços colectivos | 6.407.092 | 81,72% | 69,45% |
| 2.4.1 | Habitação | 2.138.481 | 4,58% | 23,18% |
| 2.4.2 | Ordenamento do Território | 3.086.786 | 39,37% | 33,46% |
| 2.4.2.1 | Planeamento Urbanístico | 605.971 | 7,73% | 6,57% |
| 2.4.2.2 | Urbanização | 2.480.815 | 31,64% | 26,89% |
| 2.4.3 | Saneamento | 269.344 | 3,44% | 2,92% |
| 2.4.4 | Abastecimento de água | 275.332 | 3,51% | 2,98% |
| 2.4.5 | Resíduos sólidos | 397.709 | 5,07% | 4,31% |
| 2.4.6 | Proteção do meio amb. e conserv. da natureza | 239.440 | 3,05% | 2,60% |
| 2.4.6.1 | Higiene pública | 30.417 | 0,39% | 0,33% |
| 2.4.6.2 | Cemitérios | 18.436 | 0,24% | 0,20% |
| 2.4.6.3 | Meio Ambiente | 190.588 | 2,43% | 2,07% |
| 2.5.0 | Serviços culturais, recreativos e religiosos | 676.062 | 8,62% | 7,33% |
| 2.5.1 | Cultura | 376.874 | 4,81% | 4,08% |
| 2.5.2 | Desporto, recreio e lazer | 299.189 | 3,82% | 3,24% |
| 3 | Funções económicas | 936.099 | 100,00% | 10,15% |
| 3.1.0 | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | 0 | 0,00% | 0,00% |
| 3.2.0 | Indústria e energia | 165.105 | 17,64% | 1,79% |
| 3.2.1 | Iluminação pública | 59.983 | 6,41% | 0,65% |
| 3.2.2 | Energia | 47.344 | 5,06% | 0,51% |
| 3.2.3 | Estabelecimentos Industriais | 57.778 | 6,17% | 0,63% |
| 3.3.0 | Transportes e Comunicações | 643.447 | 68,74% | 6,97% |
| 3.3.1 | Transportes rodoviários | 643.447 | 68,74% | 6,97% |
| 3.3.1.1 | Rede viária e sinalização | 609.007 | 65,06% | 6,60% |
| 3.3.1.2 | Estacionamento | 34.440 | 3,68% | 0,37% |
| 3.3.2 | Transportes aéreos | 0 | 0,00% | 0,00% |
| 3.4.0 | Comércio e turismo | 127.547 | 13,63% | 1,38% |
| 3.4.1 | Mercados e feiras | 102.947 | 11,00% | 1,12% |
| 3.4.2 | Turismo | 24.600 | 2,63% | 0,27% |
| TOTAL | | 9.225.986 | 100,00% | 100,00% |

O quadro anterior apresenta a execução das Grandes Opções do Plano (PPI+PAM) por funções. Neste âmbito, podemos salientar alguns objetivos, num contexto de volume dos montantes envolvidos:

Para um montante executado no valor de 9.225.985,57 euros, as **Funções Sociais** são as que absorvem a maior fatia de investimento com um valor nominal de 7.840.317,00 euros, representando 84,98% das GOP'S. Nestas funções a Habitação e Serviços Coletivos registam 6.407.092,14 euros.

As **Funções Económicas** representam 10,15% do investimento, com um valor executado de 936.098,68 euros, sendo que a área dos transportes e comunicações é a que absorve uma maior fatia destes investimentos, apresentando um valor de 643.446,88 euros.

As **Funções Gerais**, que representam 4,87% das despesas, apresentam um valor de 449.569,89 euros, sendo consumidas estas verbas, na sua maior parte, pelos serviços gerais da administração pública.

Da leitura dos valores desagregados destacam-se três grandes áreas de investimento realizado por ordem decrescente de importância – percentual - na despesa global:

✓ **Habitação e serviços coletivos (69,45%)**, destacando-se as intervenções no âmbito do Ordenamento do Território (33,46%) e Habitação (23,18%);

✓ **Transportes e comunicações (9,97%)**, através de investimento em Transportes Rodoviários (9,97%);

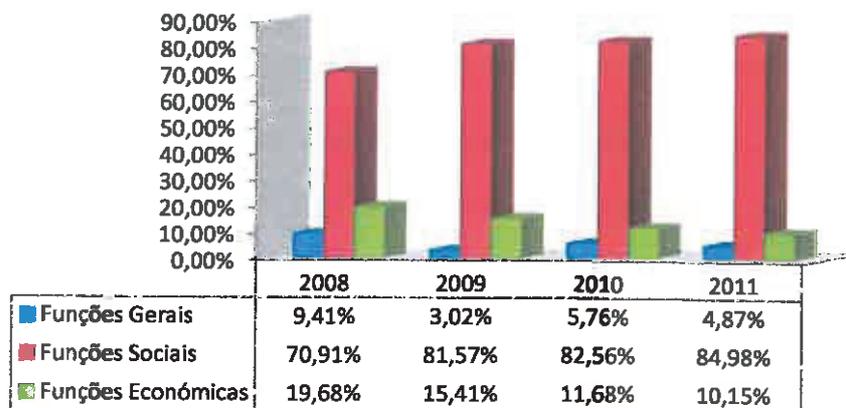
✓ **Serviços culturais, recreativos e religiosos (7,33%)**, com intervenções na área da Cultura (4,08%) e do Desporto, Recreio e Lazer (3,24%);

✓ **Segurança e ação sociais (3,80%)**;

✓ **Educação (3,45%)**, com intervenções na área do Ensino básico (2,81%);

No que concerne à evolução das despesas pelas grandes funções, o gráfico seguinte permite a sua comparação no período 2008-2011.

GRÁFICO XII – Repartição das despesas do Plano Plurianual de Investimentos no período 2008/2011



2.7. RÁCIOS

De seguida apresentam-se um conjunto de Rácios, reportando-se a uma análise comparativa nos últimos cinco anos e que podem sustentar parte das análises apresentadas neste relatório de gestão.

QUADRO 20 – Rácios de Estrutura e Financeiros

| <i>Rácios de Estrutura da Receita (%)</i> | <i>2007</i> | <i>2008</i> | <i>2009</i> | <i>2010</i> | <i>2011</i> |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Imp. Directos / Rec. Correntes | 22,2% | 20,4% | 19,3% | 18,4% | 18,9% |
| Venda de Bens e Serv. / Rec. Correntes | 19,5% | 20,2% | 21,9% | 23,7% | 23,0% |
| Rec. Correntes / Rec. Totais | 70,3% | 68,3% | 67,8% | 68,6% | 74,8% |
| Rec. de Capital / Rec. Totais | 29,6% | 31,7% | 47,6% | 31,2% | 24,5% |

| <i>Rácios de Estrutura da Despesa (%)</i> | <i>2007</i> | <i>2008</i> | <i>2009</i> | <i>2010</i> | <i>2011</i> |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Pessoal / Desp. Correntes | 37,6% | 33,9% | 35,9% | 32,7% | 32,6% |
| Aquisição de Bens e Serv. / Desp. Correntes | 52,8% | 57,2% | 54,3% | 58,4% | 59,0% |
| Investimentos / Desp. de Capital | 89,2% | 92,1% | 91,7% | 88,9% | 90,0% |
| Passivos Financeiros / Desp. de Capital | 4,9% | 3,3% | 4,2% | 4,3% | 3,4% |
| Desp. Correntes / Desp. Totais | 54,9% | 58,9% | 49,3% | 61,1% | 65,7% |
| Desp. de Capital / Desp. Totais | 45,1% | 41,1% | 50,7% | 38,9% | 34,3% |

| <i>Rácios Financeiros (%)</i> | <i>2007</i> | <i>2008</i> | <i>2009</i> | <i>2010</i> | <i>2011</i> |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Pessoal / Rec. Correntes | 29,6% | 29,3% | 30,2% | 29,1% | 28,8% |
| FGM+FCM+PEM / Desp. Totais | 42,6% | 42,0% | 38,2% | 42,6% | 44,7% |
| Amortiz.+Juros / Desp. Correntes | 11,3% | 7,5% | 10,6% | 8,9% | 6,6% |
| Rec. Correntes / Desp. Correntes | 126,9% | 115,7% | 119,0% | 112,4% | 113,2% |
| Rec. de Capital / Desp. de Capital | 64,9% | 77,3% | 81,4% | 80,4% | 71,6% |

De modo a completar a análise efetuada, o quadro n.º 21 que a seguir se apresenta, revela a evolução no período 2007-2011 de alguns indicadores de atividade e de estrutura:

QUADRO 21 – Indicadores Financeiros e de Estrutura

| | <i>2007</i> | <i>2008</i> | <i>2009</i> | <i>2010</i> | <i>2011</i> |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Financiamentos | | | | | |
| Recostas Fiscais | | | | | |
| Imp.Directos+Impostos Indir.+Taxas, Multas e Outras Penalid. | 6.199.769 € | 5.939.808 € | 5.702.458 € | 5.795.322 € | 5.530.892 € |
| Recostas Próprias de Funcionamento | | | | | |
| Recostas Totais-Transf. 25 Capital-Passivos Financeiros | 22.356.116 € | 23.453.852 € | 23.230.155 € | 25.258.923 € | 24.402.196 € |
| Autonomia Financeira | | | | | |
| Recostas Próprias Funcionamento-Despesas Obrigatórias Correntes | 5.040.528 € | 3.598.501 € | 4.063.929 € | 3.963.153 € | 3.446.045 € |
| Saúde Financeira | | | | | |
| Autonomia Financeira/Recostas Próprias de Funcionamento | 23% | 15% | 17% | 16% | 14% |
| Estrutura | | | | | |
| Poupança | | | | | |
| Corrente (Recostas Correntes/ Despesas Correntes) | 1,27 | 1,16 | 1,19 | 1,12 | 1,13 |
| Aplicações da Receita Corrente em Despesa de Capital | | | | | |
| Recostas Correntes-Despesas Correntes | 4.649.354 € | 3.119.105 € | 3.637.505 € | 2.631.336 € | 2.756.576 € |
| % Custos com Pessoal sobre Despesas Correntes | | | | | |
| Despesas c/ Pessoal / Desp. Correntes | 37,6% | 33,9% | 35,9% | 32,7% | 32,6% |
| % Custos com Pessoal sobre Despesas Totais | | | | | |
| Despesas c/ Pessoal / Desp. Totais | 20,6% | 20,0% | 17,7% | 20,0% | 21,4% |

Em síntese, podemos extrair a seguinte informação:

Em trâmites financeiros:

- Verificou-se em 2011 um decréscimo das receitas fiscais;
- As receitas próprias de funcionamento, diminuídas em 2011, evidenciaram a diminuição das receitas correntes, com reflexo direto na autonomia e saúde financeira do município.

Nos trâmites da estrutura ou atividade:

- Um ligeiro aumento da poupança corrente originada pela diminuição da despesa corrente;
- No cômputo das despesas totais, em 2011, o encargo dos custos com o pessoal mantém-se praticamente idêntico.

3. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

3.1. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS (Base Orçamental)

A análise realizada, na perspetiva da dívida, durante os anos precedentes à entrada em vigor do POCAL, à exceção dos empréstimos contraídos junto de instituições financeiras, era efetuada no âmbito do curto prazo (fornecedores de bens e serviços e de imobilizado conta-corrente). Assim, para efetuarmos um estudo evolutivo, foi utilizado desde o ano de 2002 (entrada em vigor do novo sistema contabilístico) o mesmo critério, pelo que as conclusões serão necessariamente diferentes da análise patrimonial, que se apresenta no ponto seguinte.

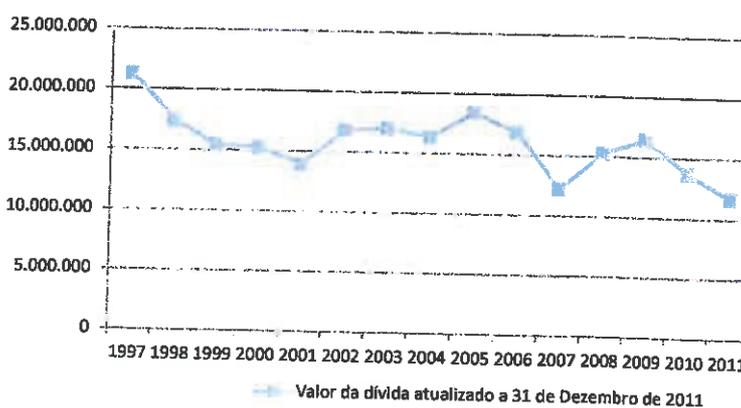
Apresentamos, de seguida, um quadro que traduz a evolução - na última década - dos cenários previsíveis e reais se a dívida existente em 31 de Dezembro de cada ano fosse atualizada à data de 31 de Dezembro de 2011.

QUADRO 22 – Evolução da dívida do Município no período 1997 a 2011

| | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Valor da dívida a 31 de Dezembro (Conta de Gerência) | 14.684.840 | 12.430.961 | 11.260.791 | 11.458.859 | 10.912.845 | 13.637.402 | 14.258.667 | 14.063.578 |
| Valor da dívida atualizado a 31 de Dezembro de 2011 | 21.204.894 | 17.461.377 | 15.462.049 | 15.290.587 | 13.948.267 | 16.824.965 | 17.029.470 | 16.402.803 |
| Valor percentual da taxa de atualização (fonte: INE) | --- | --- | 2,30% | 2,90% | 4,40% | 3,60% | 3,30% | 2,40% |

| 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 16.190.663 | 15.259.444 | 11.343.637 | 14.431.319 | 15.597.187 | 13.175.746 | 11.689.970 |
| 18.459.130 | 16.874.334 | 12.238.167 | 15.174.791 | 16.400.722 | 13.663.249 | 11.689.970 |
| 2,30% | 3,10% | 2,50% | 2,60% | -0,80% | 1,40% | 3,70% |

GRÁFICO XIII – Evolução da Dívida



3.2. DÍVIDA TOTAL

QUADRO 23 - Estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2005-2011

| Anos | Dívidas a Médio e Longo prazos | Dívidas a Curto prazo | TOTAL | Var. % |
|------|---|---|--------------|---------|
| | Empréstimos de M/L prazos e Fornecedores de imobilizado c/c | Empréstimos de CP, Fornecedores, ROF, O. Credores e Credoras de Cauções | | |
| 2005 | 12.537.232 € | 5.343.365 € | 17.880.597 € | — |
| 2006 | 11.304.907 € | 6.027.209 € | 17.332.116 € | -3,07% |
| 2007 | 9.678.702 € | 3.785.881 € | 13.464.583 € | -22,31% |
| 2008 | 9.784.097 € | 6.496.594 € | 16.280.691 € | 20,91% |
| 2009 | 10.328.189 € | 7.532.618 € | 17.860.807 € | 9,71% |
| 2010 | 9.702.133 € | 5.475.375 € | 15.177.508 € | -15,02% |
| 2011 | 8.481.371 € | 5.070.266 € | 13.551.638 € | -10,71% |

A componente de **dívidas a terceiros** reflete no ano de 2011, na sua componente de médio e longo prazo, uma diminuição relativamente ao ano anterior de 12,58%. Estão incluídas neste agregado a dívida às instituições bancárias no valor de 8.174.915,44 euros e as dívidas a fornecedores de imobilizados exigíveis a mais de um ano, no valor de 306.455,71 euros. Estas últimas, referem-se nomeadamente à permuta de edifícios adquiridos à Direcção-Geral do Património, e o edifício adquirido ao Banco de Portugal para instalação do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais.

No curto prazo diminui substancialmente do endividamento, consequência da diminuição das dívidas de conta corrente de fornecedores e imobilizado.

No cômputo geral a dívida total do município reduziu relativamente ao ano de 2010, 10,71%, em valores nominais esse montante ascende a 1.625.870 euros.

3.3. ESTRUTURA DA DÍVIDA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

QUADRO 24 – Estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2008-2011

| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Dívidas a terceiros | | | | |
| Médio e Longo prazos | 9.784.096,97 | 10.328.189,32 | 9.702.132,97 | 8.481.371,15 |
| Instituições Financeiras | 9.312.462,93 | 9.669.398,71 | 9.264.899,34 | 8.174.915,44 |
| Fornecedores de Imobilizado c/c | 471.634,04 | 658.790,61 | 437.233,63 | 306.455,71 |
| Curto prazo | 6.496.593,63 | 7.532.617,70 | 5.475.375,00 | 5.070.266,43 |
| Instituições Financeiras | 482.300,00 | 415.945,64 | 0,00 | 0,00 |
| Fornecedores c/c | 738.932,08 | 1.186.113,27 | 702.667,23 | 996.713,08 |
| Fornecedores - faturas em rep/conferência | 0,00 | 1.778.219,06 | 1.821.381,61 | 1.340.226,92 |
| Fornecedores de imobilizado c/c | 3.897.623,69 | 2.547.509,88 | 1.386.797,88 | 1.178.114,24 |
| Estado e outros entes públicos | 121.987,27 | 170.072,80 | 183.724,11 | 148.341,45 |
| Administração Autárquica | 0,00 | 0,00 | 7.500,00 | 0,00 |
| Outros credores | 47.383,38 | 101.262,63 | 16.470,38 | 6.962,15 |
| Credores de Cauções | 1.208.367,21 | 1.333.494,42 | 1.356.833,79 | 1.399.908,59 |
| TOTAL | 16.280.690,60 | 17.860.807,02 | 15.177.507,97 | 13.551.637,58 |

QUADRO 25 – Resumo da estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2008-2011

| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| <i>Dívidas a terceiros</i> | | | | | | | | |
| Médio e Longo prazos | 9.784.097 | 10.328.189 | 9.702.133 | 8.481.371 | 60,10% | 57,83% | 63,92% | 62,59% |
| Instituições Financeiras | 9.312.463 | 9.669.389 | 9.264.899 | 8.174.915 | 57,20% | 54,14% | 61,04% | 60,32% |
| Fornecedores de Imobilizado c/c | 471.634 | 658.791 | 437.234 | 306.456 | 2,90% | 3,69% | 2,88% | 2,26% |
| Curto prazo | 6.496.594 | 7.532.618 | 5.475.375 | 5.070.266 | 39,90% | 42,17% | 36,08% | 37,41% |
| Instituições Financeiras | 482.300 | 415.946 | 0 | 0 | | 2,33% | 0,00% | 0,00% |
| Fornecedores, EOEPE, Outros Credores | 4.805.926 | 5.783.178 | 4.118.541 | 3.670.358 | 29,52% | 32,38% | 27,14% | 27,08% |
| Credores de Cauções | 1.208.367 | 1.333.494 | 1.356.834 | 1.399.909 | 7,42% | 7,47% | 8,94% | 10,33% |
| TOTAL | 16.280.691 | 17.860.807 | 15.177.508 | 13.551.638 | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

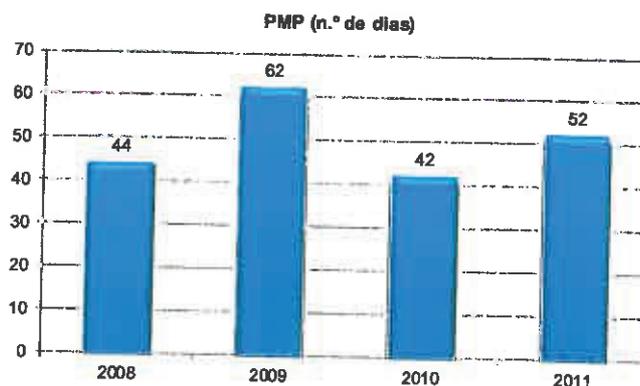
Salienta-se que, relativamente às dívidas a curto prazo - credores de cauções, as quais constituem importâncias retidas de e para terceiros, são fundos alheios à autarquia, encontrando-se depositadas em contas específicas de disponibilidades e possíveis de utilização – para restituição das cauções - em qualquer momento.

3.4. INDICADOR DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de Fevereiro de 2008, estabelece o Programa Pagar a Tempo e Horas que tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas. O Programa abrange serviços e fundos da administração direta e indireta do Estado, Regiões Autónomas, municípios e empresas públicas, ainda que através de diferentes regras e mecanismos.

Pelo Despacho n.º 9870/2009 do Ministério das Finanças e da Administração Pública foi adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos (PMP) previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008.

O município de Bragança apresenta, no período 2008-2011, os seguintes PMP.



3.5. LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Segundo o artigo 36.º da NLFL e passamos a citar *"O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu das Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros."*

Refere ainda a citada Lei, que no tocante ao limite de endividamento líquido total de cada município, o artigo 37.º do n.º 1 da Lei 2/07 (LFL) dispõe que "em 31 de dezembro de cada ano não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior."

Contudo, o artigo 87.º Lei de Enquadramento Orçamental, de 20 de Agosto de 2001 – LEO – dispõe que "Em cumprimento das obrigações de estabilidade orçamental, a lei do Orçamento estabelece limites específicos ao endividamento anual (...) das autarquias locais (...)", sendo que "Os limites de endividamento (..) podem ser inferiores aos que resultariam das leis financeiras especialmente aplicáveis (...)", ou seja, inferiores a LFL. Por seu turno, o artigo 88.º da LEO dispõe, também, em vista da estabilidade orçamental " (.) a lei do Orçamento pode determinar transferências do Orçamento do Estado de montante inferior aquele que resultaria das leis financeiras especialmente aplicáveis (..)", ou seja, inferiores a LFL.

O Orçamento de Estado para o ano de 2011, Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro, preceitua no seu artigo 53.º que "Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 -A/2007, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, de cada município não pode exceder o que existia em 30 de Setembro de 2010".

Segundo comunicação da Direção Geral das Autarquias Locais, o limite de endividamento de médio e longo prazos (MPL) é igual ao valor do endividamento de médio e longo prazos registado a 30 de Setembro de 2010 **acrescido** do valor resultante do rateio, assim sendo os limites calculados são os seguintes:

| Endividamento Líquido | | Endividamento de médio e longo prazos (EMLP) | | |
|-----------------------|----------------|--|---------------------------------|------------------|
| EL 30-09-2010 | limite EL 2011 | MPL 30-09-2011 | Rateio n.º 2 art.º 53.º OE/2011 | Limite EMLP 2011 |
| 4.196.119,00 | 4.196.119,00 | 7.368.515,00 | 2.734.052,00 | 10.102.567,00 |

Seguidamente apresenta-se o cálculo do endividamento municipal para o ano de 2011:

| | Designação | Montante (€) | Observações |
|-----|---|--------------|--|
| (1) | TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO | 0,00 | Saldo credor conta 2311 - Empréstimos de curto prazo |
| (2) | CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO | 8.174.915,44 | Saldo credor conta 2312 Empréstimos de médio e longo prazos |
| (3) | TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO | 4.529.036,39 | O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745, 2749 |
| (4) | CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL | 2.239.828,98 | Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º2 do art.º 61.º da L.F.L. |
| (5) | CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR | 5.935.086,46 | Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados (5) = (2) - (4) |
| (6) | ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR | 2.289.207,41 | Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados (6) = (3) - (4) |

Face aos limites podemos concluir que o município cumpre os limites impostos por Lei.

Considerando no entanto que, para cálculo do limite de endividamento líquido e do limite de empréstimos contraídos, o conceito de endividamento líquido total de cada município inclui: a) o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, proporcional à participação do município no seu capital social; b) o endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integrem o setor empresarial local, na proporção das participações do município no capital social, ou seja, com a contribuição das Empresas participadas, Terra Fria Carnes e EM – Mercado Municipal, o total do endividamento líquido ascende a 3.403.473,71 euros e o capital em dívida de médio e longo prazos a considerar totaliza 7.116.624,66 euros.

4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço e Demonstração de Resultados, documentos contabilísticos de base. O primeiro mapa, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial da autarquia onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa. A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

De acordo com o disposto na alínea b) do ponto 13 – Relatório de Gestão, do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), serve o presente capítulo para evidenciar uma análise síntese da situação económico-financeira da Autarquia.

Convém ainda referir que se torna pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Administração Local, que a tornam distinta do sector empresarial e que ao não serem ponderadas podem desvirtuar a medição da qualidade da sua gestão e dos seus resultados, pelo que, as conclusões feitas relativamente à sua gestão, deverão ter em conta que a sua missão será sempre a satisfação das necessidades coletivas e não a obtenção de lucro.

4.1. ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, Ativo = Fundos Próprios + Passivo. Estes grandes grupos expressam a situação patrimonial da Autarquia à data de 31 de Dezembro de 2011.

O Ativo, que inclui o conjunto de bens e direitos da autarquia, assim como os acréscimos e diferimentos, está agrupado de acordo com o critério da liquidez crescente ou da disponibilidade, pelo que reflete, na referida ordem, o valor do imobilizado, das existências, das dívidas de terceiros (curto, médio e longo prazos), das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos).

Os Fundos próprios, figuram no Balanço de acordo com o critério cronológico, expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas, e dos resultados (transitados e líquidos).

O Passivo, conjunto de obrigações da autarquia, reconhece o valor das provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos, das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos).

Com o objetivo de analisar a situação financeira da autarquia, apresentam-se seguidamente os Balanços relativos ao exercício de 2010 e 2011, que deve ser complementada com as informações disponibilizadas nos anexos às demonstrações financeiras.

QUADRO 26 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético

| | 2010 | | 2011 | | variação | |
|---|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------------|---------------|
| | Valor | estrutura | Valor | estrutura | Valor | % |
| ACTIVO | | | | | | |
| Activo Fixo | | | | | | |
| Bens de domínio Público | 121.811.186,46 | 61,14% | 115.794.577,24 | 58,04% | -6.016.609,22 | -4,94% |
| Imobilizações incorpóreas | 225.449,37 | 0,11% | 521.094,93 | 0,26% | 295.645,56 | 131,14% |
| Imobilizações corpóreas | 67.895.998,62 | 34,08% | 72.891.260,56 | 36,53% | 4.995.261,94 | 7,36% |
| Investimentos financeiros | 3.289.497,51 | 1,65% | 3.719.497,51 | 1,86% | 430.000,00 | 13,07% |
| Total (Activo Fixo) | 193.222.131,96 | 96,98% | 192.926.430,24 | 96,70% | -295.701,72 | -0,15% |
| Activo Circulante | | | | | | |
| Existências | 355.057,18 | 0,18% | 460.994,63 | 0,23% | 105.937,45 | 29,84% |
| Dívidas de Terceiros | 2.429.370,18 | 1,22% | 3.517.479,49 | 1,76% | 1.088.109,31 | 44,79% |
| Depósitos em instituições financeiras e caixa | 1.512.406,26 | 0,76% | 1.671.094,51 | 0,84% | 158.688,25 | 10,49% |
| Total (Activo Circulante) | 4.296.833,62 | 2,16% | 5.649.568,63 | 2,83% | 1.352.735,01 | 31,48% |
| Acréscimos e Diferimentos: | | | | | | |
| Acréscimos de proveitos | 1.667.396,69 | 0,84% | 896.008,65 | 0,45% | -771.388,04 | -46,26% |
| Custos diferidos | 57.731,01 | 0,03% | 41.775,09 | 0,02% | -15.955,92 | -27,64% |
| TOTAL (ACTIVO) | 199.244.093,28 | 100,00% | 199.513.782,61 | 100,00% | 269.689,33 | 0,14% |
| FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO | | | | | | |
| Fundos Próprios | | | | | | |
| Património | 90.245.766,32 | 45,29% | 91.900.688,12 | 46,06% | 1.654.921,80 | 1,83% |
| Reservas legais | 1.896.669,55 | 0,95% | 1.972.131,98 | 0,99% | 75.462,43 | 3,98% |
| Doações | 14.465.533,87 | 7,26% | 14.636.759,87 | 7,34% | 171.226,00 | 1,18% |
| Resultados Transitados | 11.706.224,27 | 5,88% | 11.514.312,21 | 5,77% | -191.912,06 | -1,64% |
| Resultados Líquido do Exercício | 1.509.248,65 | 0,76% | 2.456.493,89 | 1,23% | 947.245,24 | 62,76% |
| Total (Fundos Próprios) | 119.823.442,66 | 60,14% | 122.480.386,07 | 61,39% | 2.656.943,41 | 2,22% |
| Passivo | | | | | | |
| Provisões para Riscos e Encargos | 9.847.806,65 | 4,94% | 9.272.161,96 | 4,65% | -575.644,69 | -5,85% |
| Dívida a Terceiros - M/L prazos | 9.702.132,97 | 4,87% | 8.481.371,15 | 4,25% | -1.220.761,82 | -12,58% |
| Dívida a Terceiros - Curto prazo | 5.475.375,00 | 2,75% | 5.070.266,43 | 2,54% | -405.108,57 | -7,40% |
| Acréscimos e Diferimentos | | | | | | |
| Acréscimos de Custos | 1.249.686,32 | 0,63% | 943.216,53 | 0,47% | -306.469,79 | -24,52% |
| Proveitos Diferidos | 53.145.649,68 | 26,67% | 53.266.380,47 | 26,70% | 120.730,79 | 0,23% |
| TOTAL (Passivo) | 79.420.650,62 | 39,86% | 77.033.396,54 | 38,61% | -2.387.254,08 | -3,01% |
| TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO) | 199.244.093,28 | 100,00% | 199.513.782,61 | 100,00% | 269.689,33 | 0,14% |

A evolução patrimonial no período permite-nos concluir que o Balanço da autarquia sofre um incremento global em valor absoluto de 269.689,33 euros, ou seja, 0,14% repartida pelas seguintes rubricas:

ATIVO FIXO – Representando 96,70% do ativo líquido, apresenta um decréscimo em valores absolutos de 295.701,72 euros, ou seja 0,15%. A rubrica com a diminuição mais acentuada foi a de *Bens de Domínio Público* (que representam 58,04%) com 6.016.609,22 euros. O imobilizado corpóreo foi incrementado em 4.995.261,94 euros.

ATIVO CIRCULANTE – apresenta um aumento de 1.352.735,01 euros, ou seja, 31,48% em relação ao ano anterior. Visto que as *Existências* representam um valor insignificante na estrutura do Balanço, são as *Dívidas de Terceiros* com um aumento de 1.088.109,31 euros que mais contribuíram para esta variação. As dívidas de

[Handwritten signatures and initials]

terceiros, na componente de outros devedores, são derivadas da comparticipação de projetos ao investimento, com despesa paga pela autarquia e o respetivo pedido de reembolso.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os *acréscimos de proveitos* com um decréscimo de 771.388,04 euros relativamente ao ano anterior e os *custos diferidos*, também com a mesma tendência apresentando uma variação de 15.955,92 euros. A rubrica de *acréscimos de proveitos* é constituída por proveitos de 2011, cujo recebimento só se concretiza em 2012, sendo as mais significativas os impostos e venda de eletricidade e água. Aos *custos diferidos* estão normalmente associados os encargos pela cobrança de receitas, nomeadamente aquando da contabilização dos impostos como acréscimos de proveitos;

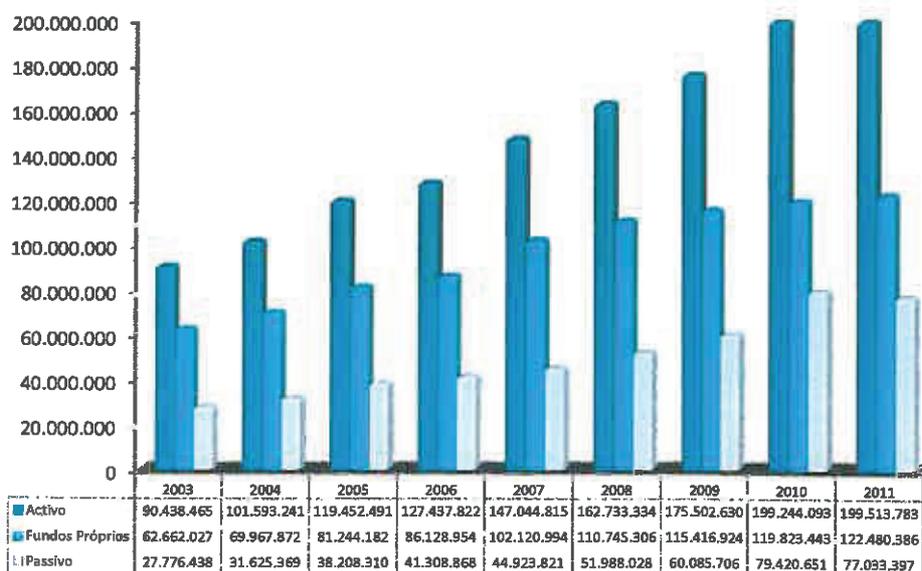
FUNDOS PRÓPRIOS – Os Fundos próprios registaram um acréscimo de 2,22%, ou seja, 2.656.943,41 euros. Da sua variada composição, apresenta maior relevância o incremento do Património que contribuiu positivamente com 1.654.921,80 euros e o Resultado Líquido do Exercício de 2011 apresentou um acréscimo de 947.245,24 euros relativamente ao ano de 2010;

PASSIVO – Tendo sofrido uma diminuição de 3,01%, deverá ser analisado segundo os vários contributos, ou seja, vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ no ano de 2011 foram reduzidas provisões para riscos e encargos no valor de 575.644,69 euros;
- ✓ no que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de Médio e Longo e Curto Prazos apresentam relativamente a 2010, uma redução de 1.625.870,39 euros;
- ✓ relativamente aos acréscimos e diferimentos, nomeadamente ao nível dos proveitos diferidos que em valores absolutos aumentaram 120.730,79 euros, representam globalmente 26,70% dos fundos próprios e passivo.

Numa perspetiva evolutiva, o gráfico seguinte reflete o montante global do Balanço no período 2003-2011.

GRÁFICO XIV – Evolução do Balanço no período 2003-2011

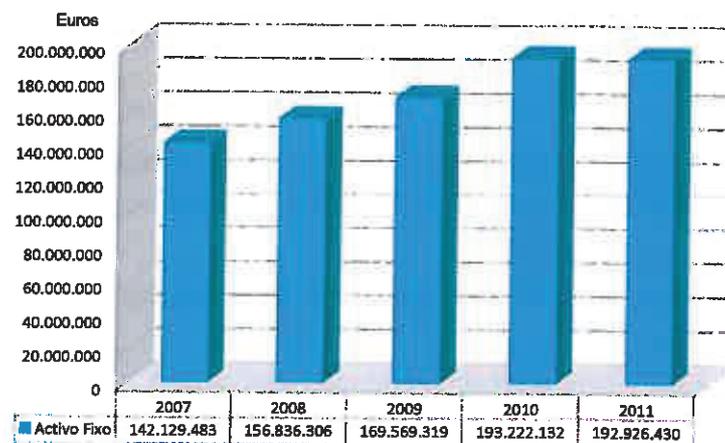


4.1.1. ESTRUTURA DO ATIVO

A variação que maior peso tem sobre a estrutura do ativo, em termos absolutos, é o imobilizado (com um crescimento bruto de 29.261.330,40 euros – aumento de 14,60% comparativamente com o ano anterior – e um crescimento líquido de 23.652.812,75 euros. Disto nos é dado conta nos Anexos às Demonstrações Financeiras – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ponto 8.2.7 do POCAL).

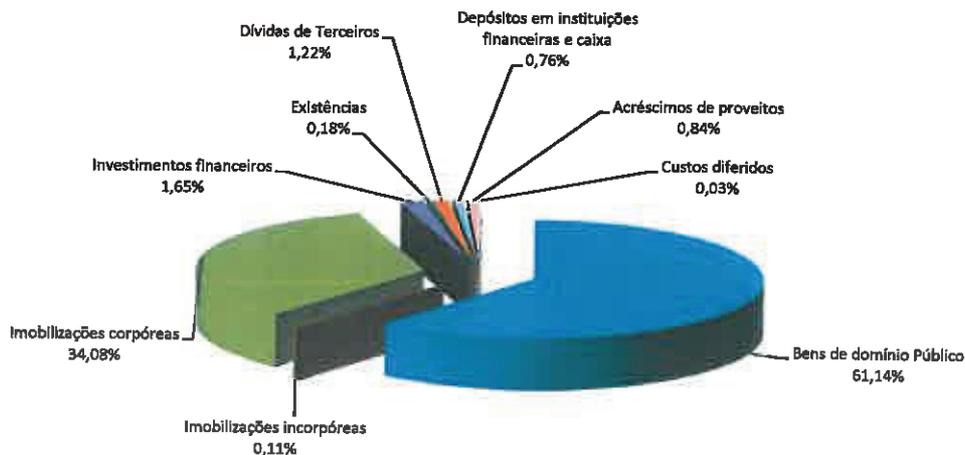
Considerando o papel fundamental que o ativo fixo, ou imobilizado, representa na composição do ativo, apresenta-se no gráfico seguinte a sua evolução no período de 2007 a 2011.

GRÁFICO XV – Evolução do Ativo Fixo no período 2007-2011



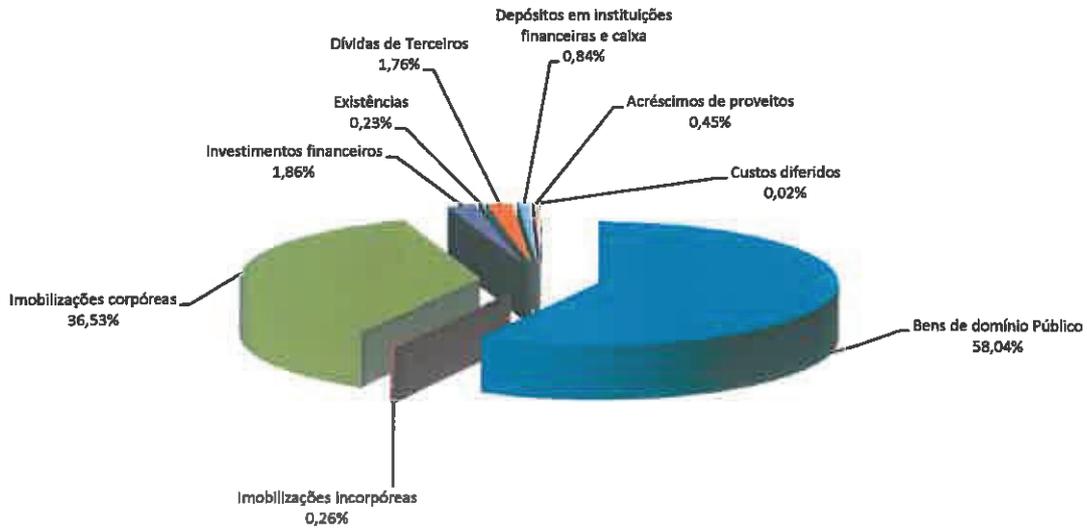
Os Gráficos seguintes espelham a composição do Ativo nos anos de 2010 e 2011.

GRÁFICO XVI – Estrutura do Ativo 2010



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

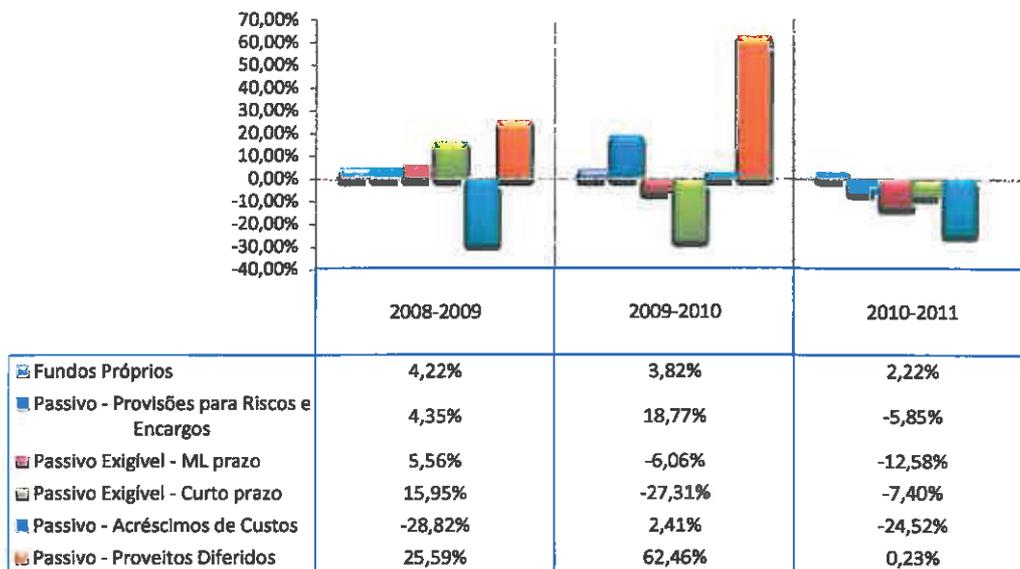
GRÁFICO XVII – Estrutura do Ativo 2011



4.1.2. ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO

Seguidamente apresenta-se a evolução dos fundos próprios e decomposição do passivo no período 2008 a 2011. Considerando que o passivo ao incluir as rubricas de "acréscimos de custos", "proveitos diferidos" e "provisões para riscos e encargos" pode originar análises financeiras distorcidas, apresenta-se o passivo desagregado, para que possa ser evidenciado o passivo exigível (dívidas de curto/médio e longo prazos).

GRÁFICO XVIII – Evolução da Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo no período 2007-2011



Os gráficos que a seguir se apresentam, mostram a estrutura do Passivo e dos Fundos Próprios, em 2010 e 2011.

GRÁFICO XIX – Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo 2010

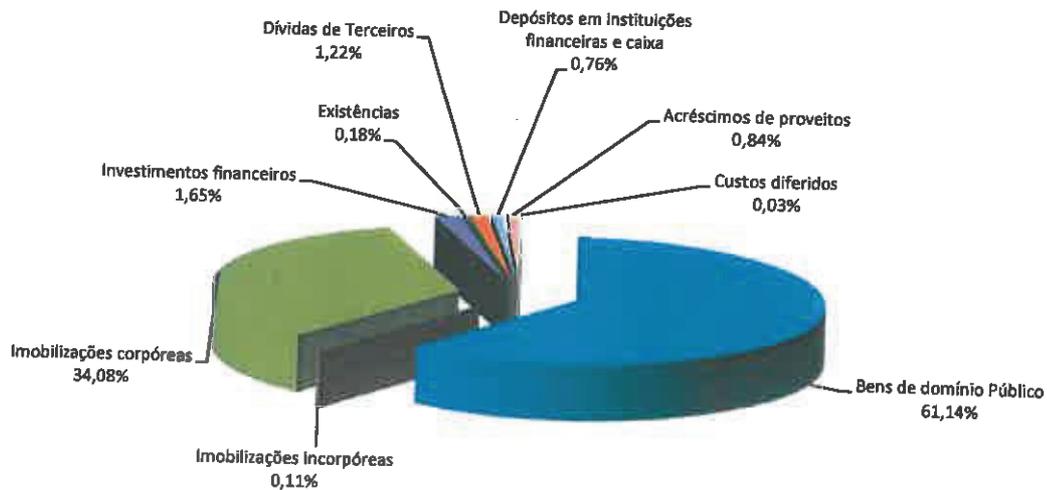
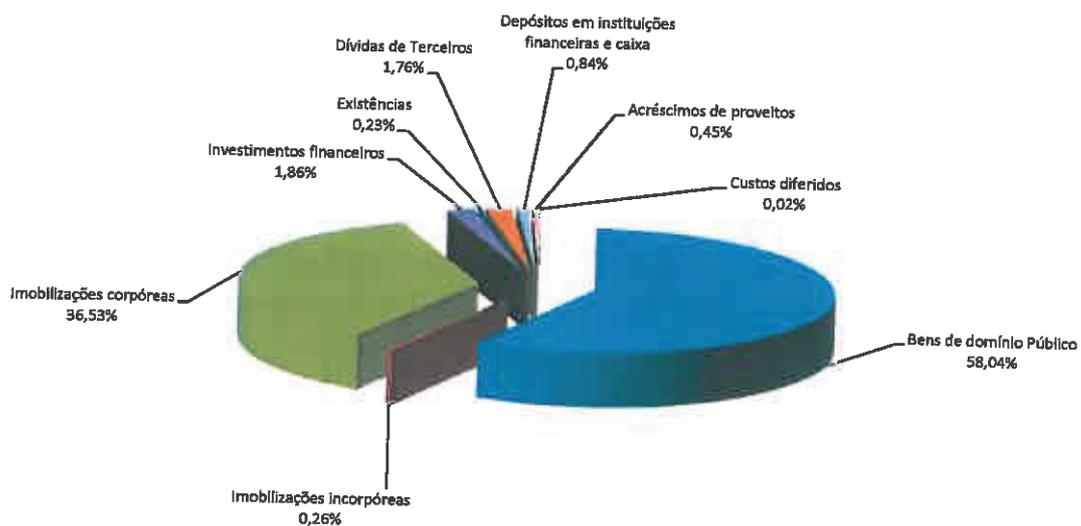


GRÁFICO XX – Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo 2011



A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial situam-se no ponto 8.2.28 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados. Nestas notas, nos seus diferentes pontos, também se encontra com maior detalhe a composição dos Fundos Próprios e Passivo.

4.1.3. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

As contas de Acréscimos e Diferimentos, ao nível do Ativo e ao nível do Passivo, obedecendo ao princípio da especialização dos exercícios, apresentam, para o ano de 2011, na sua constituição a seguinte estrutura:

QUADRO 27 – Composição dos Acréscimos e Diferimentos em 2011

| <i>ATIVO</i> | |
|-------------------------|---------------------|
| Acréscimos de proveitos | 896.009 € |
| Custos Diferidos | 41.775 € |
| TOTAL | 937.784 € |
| <i>PASSIVO</i> | |
| Acréscimos de custos | 943.217 € |
| Proveitos Diferidos | 53.266.380 € |
| TOTAL | 54.209.597 € |

Ao nível do Ativo os acréscimos e diferimentos resultam da identificação das dívidas de terceiros à data de 31 de Dezembro de 2011 originando 896.008,65 euros de acréscimos de proveitos e 41.775,09 euros de custos que devem ser reconhecidos para o exercício de 2012.

Do lado do Passivo os acréscimos e diferimentos resultam da incorporação de custos do exercício a liquidar em exercícios futuros, no valor de 943.216,53 euros. De referir que deste total, 542.095,05 euros são imputados a remunerações e encargos a pagar, promovendo assim a imputação ao exercício de 2011, de despesas que só serão pagas no ano de 2012.

Os proveitos diferidos apresentam à data de 31 de Dezembro de 2011, o saldo de 53.266.380,47 euros referentes a subsídios ao investimento que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes. Esta rubrica representa os subsídios/transferências que o Município teve direito, até a data (valor acumulado) nos termos da lei ou de contratos-programa e que se encontram associados a ativos amortizáveis.

4.1.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados evidencia a formação dos resultados num determinado período. A Câmara Municipal de Bragança apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2011, um Resultado Líquido do Exercício positivo, no valor de 2.456.493,89 euros, constituído pelos seguintes resultados:

QUADRO 28 – Composição do Resultado Líquido do Exercício de 2010-2011

| | 2010 | 2011 | Variação absoluta |
|--|--------------|-------------|-------------------|
| Resultados Operacionais (1) | 2.190.417 € | 1.875.393 € | -315.024 € |
| Resultados Financeiros (2) | 640.794 € | 1.452.224 € | 811.430 € |
| Resultados Correntes (3) = 1+2 | 2.831.211 € | 3.327.617 € | 496.406 € |
| Resultados Extraordinários (4) | -1.321.963 € | -871.123 € | 450.839 € |
| Resultado Líquido do Exercício (5) = 3+4 | 1.509.249 € | 2.456.494 € | 947.245 € |

O Resultado Líquido do Exercício no ano de 2011 apresenta um valor de 2.456.493,89 euros. Regista comparativamente a 2010 um aumento de 62,76%, em valor absoluto 947.245,24 euros o qual é proveniente:

- Acréscimo de 811.430,12 euros ao nível dos *Resultados Financeiros*, com o valor significativo de 846.430 euros. Esta contribuição, foi determinante para que os resultados correntes alcançassem um acréscimo de 17,53% relativamente ao ano de 2010, considerando que os resultados operacionais diminuíram 14,38%;
- os *Resultados Extraordinários*, ainda que apresentando um valor negativo no ano de 2011 (871.123,30 euros), apresentam uma melhoria no seu desempenho face ao ano de 2010.

Resultados Operacionais

O conjunto de proveitos que integram os *Proveitos Operacionais*, que ascendem 25.780.961,02 euros e representam 84,97% dos Proveitos totais da Autarquia (30.339.675,60 euros), revelam relativamente ao ano anterior uma diminuição de 6,13%. Conforme se pode verificar pela análise do quadro seguinte, estes proveitos têm a sua principal origem nas *Vendas e Prestações de Serviços* (conseguidos, em larga escala, pela venda da água – abastecimento público, eletricidade, transportes públicos, etc.), *Impostos e Taxas* (obtidos através do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, Taxas e Impostos de Loteamentos e Obras, etc.) e nas *Transferências e Subsídios Obtidos* (Fundos Municipais, Apoios Comunitários e outros apoios auferidos através da celebração de acordos de Cooperação Técnica e Financeira). O conjunto destes proveitos apresentou relativamente a 2010 um decréscimo de 1.747.871,05, cuja maior fatia, como se pode verificar é a de transferências e subsídios obtidos.

Em termos de *Custos Operacionais*, com um decréscimo de 1.367.885,44 euros, face a 2010, representam 85,73% dos Custos totais (27.883.181,71 euros) suportados pela Autarquia, sendo que se destacam pelo seu peso na estrutura, os *Fornecimentos e Serviços Externos*, que representam 42,11%, os *Custos com o Pessoal*, com 26,80%, e as *Amortizações do Exercício*, com um peso de 21,59%.

Em face do exposto, os Resultados Operacionais ostentam a seguinte composição e sua evolução:

QUADRO 29 – Evolução da Estrutura dos Resultados Operacionais

| | 2010 | | 2011 | | Variação | |
|---|----------------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Proveitos Operacionais | | | | | | |
| Vendas e Prestações de Serviços | 5.591.482,09 | 20,36% | 5.259.199,86 | 20,40% | -332.282,23 | -5,94% |
| Impostos e Taxas | 5.661.151,77 | 20,61% | 5.316.697,74 | 20,62% | -344.454,03 | -6,08% |
| Proveitos suplementares | 32.487,28 | 0,12% | 53.637,31 | 0,21% | 21.150,03 | 0,00% |
| Transferências e Subsídios Obtidos | 16.157.236,75 | 58,83% | 15.086.101,96 | 58,52% | -1.071.134,79 | -6,63% |
| Outros proveitos Operacionais | 21.512,98 | 0,08% | 65.324,15 | 0,25% | 43.811,17 | 0,00% |
| TOTAL (Proveitos Operacionais) | 27.463.870,87 | 100,00% | 25.780.961,02 | 100,00% | -1.682.909,85 | -6,13% |
| Custos Operacionais | | | | | | |
| Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas | 1.177.798,49 | 4,66% | 1.139.150,01 | 4,77% | -38.648,48 | -3,28% |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 9.516.873,34 | 37,66% | 10.065.825,93 | 42,11% | 548.952,59 | 5,77% |
| Custos com o Pessoal (Remunerações + Enc. Sociais) | 6.817.600,89 | 26,98% | 6.406.656,25 | 26,80% | -410.944,64 | -6,03% |
| Transferências/Sub. Correntes Concedidos e Prestações Sociais | 1.203.760,83 | 4,76% | 1.029.893,19 | 4,31% | -173.867,64 | -14,44% |
| Amortizações do exercício | 4.798.114,08 | 18,98% | 5.161.664,51 | 21,59% | 363.550,43 | 7,58% |
| Provisões do exercício | 1.591.189,58 | 6,30% | 10.018,03 | 0,04% | -1.581.171,55 | -99,37% |
| Outros Custos Operacionais | 168.116,23 | 0,67% | 92.360,08 | 0,39% | -75.756,15 | -45,06% |
| TOTAL (Custos Operacionais) | 25.273.453,44 | 100,00% | 23.905.568,00 | 100,00% | -1.367.885,44 | -5,41% |
| RESULTADOS OPERACIONAIS | 2.190.417,43 | | 1.875.393,02 | | -315.024,41 | |

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros apresentam, no ano de 2011, a importância de 1.452.224,17 euros, a sua composição encontra-se no ponto 8.2.31 das notas ao Balanço e à Demonstração de resultados.

Os Proveitos Financeiros que integram na sua composição juros obtidos de depósitos à ordem, juros de depósitos a prazo, rendimentos de imóveis, entre outros, atingiram os 1.773.264,22 euros, mais do que suficiente para cobrir o montante suportado pelos Custos Financeiros no valor de 321.040,05 euros.

Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários ascendem, no ano de 2011, ao valor negativo de 871.123,30 euros, para os quais contribuíram ao nível dos Proveitos Extraordinários 2.785.450,36 euros, enquanto que os Custos Extraordinários, detêm o valor de 3.656.573,66 euros. Também a sua composição se encontra no ponto 8.2.31 das notas ao Balanço e à Demonstração de resultados.

4.1.5. RÁCIOS

Com vista a ilustrar a situação financeira da Autarquia, procedeu-se à aplicação de alguns rácios, tendo por base a informação constante do Balanço e da Demonstração de Resultados.

QUADRO 30 – Evolução e Estrutura dos Rácios

| | 2009 | 2010 | 2011 |
|---|---------|--------|---------|
| Liquidez Geral* | 67,79% | 89,55% | 109,54% |
| Liquidez Reduzida* | 64,10% | 84,27% | 101,88% |
| Liquidez Imediata* | 16,92% | 22,49% | 27,79% |
| Prazo de Segurança de Liquidez | 23,93% | 22,42% | 25,63% |
| Endividamento | 34,24% | 39,86% | 38,61% |
| Estrutura do Endividamento* | 14,57% | 8,47% | 7,81% |
| Cobertura dos Encargos Financeiros | 121,96% | 83,99% | 132,96% |
| Autonomia Financeira | 65,76% | 60,14% | 61,39% |
| Cobertura do Financiamento pelos Capitais Permanentes | 74,16% | 67,03% | 67,88% |
| Repositividade do Capital Próprio | 0,58% | 1,26% | 2,01% |

* Passivo circulante excluído da rubrica de proveitos diferidos

- **Rácio de Liquidez Geral** – mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.

- **Rácio de Liquidez Reduzida** – tal como o rácio anterior, mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, tendo no entanto em conta que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro ou, pelo menos, que essa conversão será sempre a um valor mais baixo do que o de aquisição ou de produção.
- **Rácio de Liquidez Imediata** – revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- **Prazo de Segurança de Liquidez** – indica o grau em que o ativo circulante, expurgado do valor das existências, permite à autarquia local fazer face aos custos e perdas operacionais.
- **Endividamento** – permite apurar o grau em que a autarquia local utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade.
- **Estrutura do Endividamento** – revela o peso das dívidas de curto prazo no capital (próprio e alheio) utilizado pela autarquia local.
- **Cobertura dos Encargos Financeiros** – mede o grau com que os resultados operacionais obtidos através da atividade da autarquia local cobrem as despesas decorrentes de empréstimos de curto, médio e longo prazo.
- **Autonomia Financeira** – mede a autonomia financeira da entidade face aos respetivos credores.
- **Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes** – mede o grau de cobertura do Imobilizado pelos Capitais permanentes. Deve ser superior a 100%, ou seja, o capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
- **Rendibilidade do Capital Próprio** – reflete a rentabilidade contabilística da autarquia local num determinado exercício.

No entanto, tal como já foi referido na parte inicial deste ponto, a interpretação destes indicadores deve ter em conta as especificidades da Autarquia Local, também a interpretação da rendibilidade do capital próprio tem que ser efetuada na perspetiva de que as autarquias locais são criadas, nos termos da Constituição da República Portuguesa, para prosseguir os interesses próprios das populações respetivas. O próprio regime de finanças locais visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau.

Globalmente, podemos concluir que o ano de 2011, apresenta rácios com uma evolução positiva relativamente ao ano de 2010, nomeadamente ao nível da liquidez, ano em que o ativo circulante financia integralmente o passivo circulante.

Numa perspetiva evolutiva, os rácios alcançados no ano de 2011, surgem em consequência de alterações registadas nas massas patrimoniais e influenciadas por:

- Uma diminuição do Passivo Circulante em 10,58% (engloba igualmente os acréscimos e diferimentos com exclusão dos proveitos diferidos), e aumento do ativo circulante em 9,39%, contribuiu para o aumento dos **rácios de liquidez geral, reduzida e imediata**;
- Um crescimento de 2,22% dos Fundos Próprios relativamente ao ano de 2010;
- Um aumento de 62,76% dos Resultados Líquidos relativamente ao ano de 2010;

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo. Por outro lado, se houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço de Património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda o ponto 2.7.3.5 do mesmo diploma que deve constituir-se o reforço anual da conta 571 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim, e no cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal de Bragança propõe que o Resultado Líquido do Exercício económico de 2011, no montante de 2.456.493,89 euros, seja aplicado da seguinte forma:

| | |
|-----------------------|---------------------------|
| Reservas Legais | 122.824,69 euros |
| Reforço do Património | 2.333.669,20 euros |
| TOTAL | 2.456.493,89 euros |

6. RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA

Em 2011 verificaram-se alterações significativas no âmbito das medidas a adotar na área de recursos humanos, mormente com a entrada em vigor da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2011, a 01 de janeiro, ocorreu a redução das remunerações totais ilíquidas das pessoas (eleitos locais, membros e trabalhadores dos gabinetes de apoio dos eleitos locais, pessoal dirigente e trabalhadores que exercem funções públicas), de valor superior a 1.500 euros; foi vedada a prática de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e dos trabalhadores que exercem funções públicas.

A política da gestão dos recursos humanos do Município de Bragança, à similitude dos anos precedentes, assentou em princípios de rigor e contenção, fatores que são determinantes para que a despesa com pessoal se situe muito aquém dos limites gerais impostos às despesas com pessoal dos municípios e que se traduziu num decréscimo de 139.776,09 euros, exatamente 2,01% relativamente ao ano de 2010.

O decréscimo registado deveu-se, à redução das remunerações totais ilíquidas, impostas pela LEO 2011 e também à diminuição do número de trabalhadores municipais, relativamente ao ano anterior, e à redução de horas extraordinárias.

6.1. Recrutamento de novos trabalhadores

Durante o ano de 2011, foram outorgados 11 contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (reportam-se aos procedimentos concursais que se iniciaram no ano de 2010 e que só viriam a culminar em 2011), nas seguintes áreas: 4 Técnicos Superiores – 1 na área Jurídica, 1 na área de Engenharia Civil 1 na área Cultural e 1 na área de Medicina Veterinária; 1 Assistente Técnico, na área de Animação Cultural; 6 assistentes operacionais – 2 Maquinistas Teatrais, 1 na área de Operador de máquinas pesadas e veículos especiais, 1 na área de motorista de pesados e 2 na área da Ação educativa.

No decurso do ano de 2011 ocorreu a desvinculação definitiva ao serviço de 14 trabalhadores, por motivos de aposentação, terminus da relação jurídica de emprego público e falecimento. No Mapa de Pessoal deste Município constavam 3 trabalhadores: 1 com relação de emprego público contrato de Trabalho por Tempo Determinado – Termo Certo, na carreira/categoria de Assistente Operacional – Maquinista Teatral, 1 com Requisição na carreira/categoria de Técnico Superior – área Cultural e 1 em Mobilidade Interna carreira/categoria Técnico Superior – área de Engenharia, cujos procedimentos concursais para constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado decorreram, vindo os respetivos postos de trabalho a serem ocupados pelos referidos trabalhadores.

No âmbito do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, dando cumprimento ao regime vertido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, aplicável por força do disposto no n.º 8 do artigo 43.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2011, o Município de Bragança no ano de 2011, por não se encontrar em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira e ainda por não dispor de uma situação de endividamento líquido superior ao limite de endividamento em 2010 e fundamentada na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector da atividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município em que o serviço se integra e na impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ou

por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, procedeu ao recrutamento excecional de 9 trabalhadores, nas seguintes modalidades de relação jurídica de emprego público:

- Para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo certo), 1 Assistente Operacional, na área da Ação educativa, cujo procedimento concursal culminou ainda em 2011;
- Para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado: 1 Técnico Superior, na área de Gestão; 4 Assistentes Operacionais – 2 na área da Limpeza das instalações, 1 na área de Coveiro e 1 na área de Operador de Sistema de Rega, cujo procedimento concursal viria a terminar em 2012.

Relativamente aos procedimentos concursais para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de 1 Assistente Operacional na área da Manutenção e limpeza urbana e para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinável (termo incerto) de 2 Técnicos Superiores – 1 na área de Contabilidade e 1 na área de Sociologia, considerando a regra da redução de trabalhadores nas autarquias locais prevista no artigo 48.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento de Estado para 2012, estes ficarão suspensos, pelo prazo que permita ao Município de Bragança dar cumprimento aos objetivos de redução de trabalhadores, que ocorrerá por aplicação do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento de Estado para 2012, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores existentes em 31 de dezembro de 2011 (redução entre 7 e 8 trabalhadores).

6.2. Alteração do posicionamento remuneratório

A Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2011, consagrou no artigo 24.º a proibição da prática de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e dos trabalhadores que exercem funções públicas, i.é., ficaram vedadas as alterações do posicionamento remuneratório, progressões, promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos.

Estando em causa alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório do trabalhador, que tenha, entretanto, acumulado mais de 10 pontos, os pontos em excesso relevam para efeitos de futura alteração do seu posicionamento remuneratório.

Mantiveram-se todos os efeitos associados à avaliação do desempenho, nomeadamente a contabilização dos pontos a que se refere o n.º 6 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

6.3. Prémios de desempenho

A Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2011, consagrou ainda no artigo 24.º a proibição da prática de quaisquer atos que consubstanciem outras valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e dos trabalhadores que exercem funções públicas, i.é., a atribuição de prémios de desempenho.

6.4. Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública

No ano de 2011, desenvolveu-se o processo da avaliação do desempenho dos trabalhadores do município ao nível dos três subsistemas: SIADAP1 - subsistema de avaliação do desempenho das unidades orgânicas do Município de Bragança; SIADAP2 - subsistema de avaliação do desempenho dos dirigentes intermédios do Município de Bragança e SIADAP3 - subsistema de avaliação do desempenho dos trabalhadores, do Município de

Bragança, tendo subjacente as regras previstas na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, aplicável por força do disposto no Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro, cujos resultados foram comunicados à Direção-Geral das Autarquias Locais.

6.5. Segurança, higiene e saúde no trabalho

No âmbito da Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, contratualizaram-se os serviços externos de saúde, higiene e segurança no trabalho, tendo por objetivo conferir aos trabalhadores melhores condições de trabalho. O Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho, procedeu ao acompanhamento destes serviços e à coordenação de segurança em fase de obra de todas as empreitadas deste município.

6.6. Pessoal em exercício de funções

QUADRO 31 – Mapa de Pessoal em exercício de funções
Resumo

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Executivo | 4 |
| Gabinete de Apoio Pessoal | 3 | 4 | 3 | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Pessoal do Quadro | 362 | 361 | 354 | 354 | 358 | 357 | 366 |
| Dirigente | 12 | 12 | 11 | 11 | 9 | 10 | 11 |
| Chefia | 11 | 14 | 13 | 13 | 13 | 12 | 12 |
| Técnico Superior | 14 | 14 | 14 | 19 | 21 | 23 | 24 |
| Informática | 1 | 3 | 3 | 3 | 4 | 4 | 4 |
| Técnico | 5 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 8 |
| Técnico Profissional | 21 | 21 | 21 | 21 | 26 | 26 | 27 |
| Administrativo | 47 | 42 | 41 | 44 | 44 | 45 | 44 |
| Operário | 111 | 109 | 109 | 106 | 103 | 101 | 96 |
| Auxiliar | 140 | 139 | 135 | 130 | 131 | 129 | 140 |
| Pessoal em qualquer outra situação | 23 | 23 | 44 | 48 | 27 | 16 | 13 |
| Pessoal Contratado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 427/89 | 17 | 13 | 25 | 34 | 16 | 9 | 6 |
| Pessoal Eventual | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Pessoal Contrato de Provlmento | 0 | 3 | 12 | 9 | 6 | 1 | 0 |
| Pessoal Requisitado | 2 | 4 | 4 | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Prestação de Serviços (Consultadoria) | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 |
| TOTAL | 392 | 392 | 405 | 409 | 392 | 381 | 387 |

| | 2009 | 2010 | 2011 |
|---|------------|------------|------------|
| Executivo | 4 | 4 | 4 |
| Gabinete de Apoio Pessoal | 3 | 5 | 5 |
| Pessoal do Mapa | 356 | 353 | 355 |
| Dirigente | 11 | 11 | 11 |
| Técnico Superior | 32 | 30 | 34 |
| Informática | 4 | 4 | 4 |
| Assistente Técnico | 78 | 81 | 80 |
| Assistente Operacional | 226 | 222 | 221 |
| Carreiras Subsistentes | 5 | 5 | 5 |
| Pessoal em qualquer outra situação | 12 | 11 | 7 |
| Pessoal Contratado por Tempo Determinado/Determinável - Certo/Incerto | 5 | 5 | 3 |
| Pessoal Eventual | 1 | 0 | 0 |
| Pessoal Requisitado | 3 | 3 | 2 |
| Pessoal em Mobilidade | 1 | 1 | 0 |
| Prestação de Serviços (Consultadoria) | 2 | 2 | 2 |
| TOTAL | 375 | 373 | 371 |

Nota: Para efeitos de cálculo do n.º total de trabalhadores do mapa de pessoal, deduz-se o Executivo e Prestação de Serviço (consultoria). Assim, em 2011, o n.º de trabalhadores do quadro é de 365.

O Quadro 31 representa a evolução ao longo de uma década dos membros do Executivo e Gabinete de Apoio Pessoal e Pessoal do Quadro até o ano de 2008 e Pessoal do Mapa anos 2009 a 2011 em exercício de funções no Município.

QUADRO 32 – Contagem de efetivos segundo a carreira, sexo e relação jurídica de emprego público

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011

| Relação Jurídica | Sexo | Dir. Superior | Dirigente | Técnico Superior | Informática | Assistente Técnico | Assistente Operacional | Outros Grupos | Total |
|---|------|---------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|------------------------|---------------|------------|
| Total de Efetivos | H | 3 | 7 | 23 | 3 | 36 | 169 | 7 | 248 |
| | M | 1 | 4 | 13 | 1 | 44 | 53 | 5 | 121 |
| | T | 4 | 11 | 36 | 4 | 80 | 222 | 12 | 369 |
| Comissão Serviço | H | | 7 | | | | | | 7 |
| | M | | 4 | | | | | | 4 |
| | T | | 11 | | | | | | 11 |
| Contrato por Tempo Indeterminado | H | 0 | 0 | 22 | 3 | 36 | 169 | 5 | 235 |
| | M | 0 | 0 | 12 | 1 | 44 | 52 | 0 | 109 |
| | T | 0 | 0 | 34 | 4 | 80 | 221 | 5 | 344 |
| Contrato por Tempo determinado (Termo Certo) | H | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | M | | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Contrato por Tempo determinável (Termo Incerto) | H | | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | M | | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | T | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Requisição ou Destacamento | H | | | | | | | 0 | 0 |
| | M | | | 0 | | | | 2 | 2 |
| | T | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| Outras Situações | H | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 5 |
| | M | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 4 |
| | T | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 9 |

No Quadro 32 constata-se que a taxa de atividade feminina municipal se situa em 32,79%.

No que diz respeito a esta análise constata-se ainda que, o “pico” de taxa de atividade feminina, 55%, se encontra na carreira assistente técnico, seguida do pessoal dirigente com uma taxa de 36%.

A distribuição da população empregada por sexo para o ano de 2011 vem confirmar a tendência nacional, nomeadamente no que diz respeito à persistência de profissões ainda tendencialmente femininas e

tendencialmente masculinas, ou seja, verifica-se uma maior concentração de emprego masculino na carreira de Assistente Operacional (operários e auxiliares), e trabalhadores similares e as mulheres centram-se sobretudo na carreira de Assistente Técnico (pessoal administrativo e similares).

GRÁFICO XXI– Efetivos segundo o sexo

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011



Da conjugação dos dados constantes no **Quadro 32** e do **Gráfico XXI** o número total de efetivos em função do sexo (Homens - 248 e Mulheres - 121) embora tenha vindo a diminuir, assinala ainda um desnível significativo neste município

QUADRO 33 – Mapa das valorizações remuneratórias e contratações

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011

| Categoria | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Progressões | 79 | 34 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Opção Gestionária | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 78 | 0 |
| Alteração Obrigatória | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Promoções | 56 | 13 | 4 | 11 | 21 | 42 | 0 | 0 |
| Reclassificação | 2 | 1 | 1 | 0 | 13 | 0 | 0 | 0 |
| Transferência | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 |
| Contratado por Tempo Indeterminado | - | - | - | - | - | - | 10 | 11 |
| Contratado por Tempo Determinado/Determinável | 7 | 8 | 21 | 4 | 29 | 3 | 0 | 1 |
| TOTAL..... | 145 | 56 | 28 | 20 | 65 | 48 | 91 | 12 |

Os dados do Quadro 33 refletem que no ano de 2011 e por imposição da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2011, ficaram vedadas as alterações do posicionamento remuneratório, progressões, promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos.

Durante o ano de 2011, foram outorgados 11 contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (reportam-se aos procedimentos concursais que se iniciaram no ano de 2010 e que só viriam a culminar em 2011), nas seguintes áreas: 4 Técnicos Superiores – 1 na área Jurídica, 1 na área de Engenharia Civil 1 na área Cultural e 1 na área de Medicina Veterinária; 1 Assistente Técnico, na área de Animação Cultural;

6 assistentes operacionais – 2 na área de Maquinistas Teatrais, 1 na área de Operador de máquinas pesadas e veículos especiais, 1 na área de motorista de pesados e 2 na área da Ação educativa.

Foi ainda outorgado 1 contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado (termo certo), com 1 Assistente Operacional, na área da Ação educativa.

QUADRO 34 – Mapa dos postos de trabalho ocupados por tempo determinado/determinável

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011

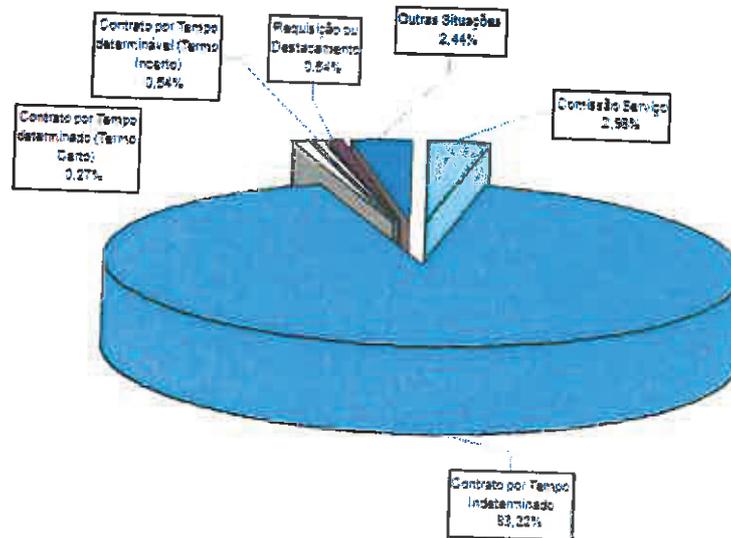
| Resumo por Carreiras | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|
| Técnicos Superiores | 4 | 5 | 6 | 0 | 0 | 1 |
| Técnicos | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Técnicos Profissionais | 1 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Administrativos | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Operário | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Auxiliar | 4 | 17 | 23 | 16 | 9 | 4 |
| Ensino | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL.... | 13 | 25 | 34 | 16 | 9 | 6 |

| Resumo por Carreiras | 2009 | 2010 | 2011 |
|------------------------|----------|----------|----------|
| Técnico Superior | 3 | 3 | 2 |
| Informática | 0 | 0 | 0 |
| Assistente Técnico | 0 | 0 | 0 |
| Assistente Operacional | 2 | 2 | 1 |
| Carreiras Subsistentes | 0 | 0 | 0 |
| Ensino | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL.... | 5 | 5 | 3 |

Os dados do Quadro 34 traduzem uma diminuição na criação de postos de trabalho ocupados por relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo certo) ou determinável (termo incerto).

GRÁFICO XXII – Efetivos segundo a relação jurídica de emprego público

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011



Da análise ao Gráfico XXII resulta que a constituição da relação jurídica de emprego público no Município de Bragança, assinala com grande expressão a modalidade de Contrato por Tempo Indeterminado (93,22%), por contraposição às restantes situações aí vertidas, dado este, que nos demonstra a aposta numa política de recrutamento de novos trabalhadores que assenta na estabilidade e segurança do emprego ao nível dos efetivos deste município.

QUADRO 35 – Mapa de cessação da relação jurídica de emprego público

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011

| CARREIRA | CATEGORIA | SITUAÇÃO | VERIFICADAS |
|------------------------|--|-------------|-------------|
| Assistente Operacional | Assistente Operacional – Serviços Gerais | Aposentação | 2 |
| Assistente Operacional | Assistente Operacional – Motorista de Pesados | Aposentação | 2 |
| Assistente Operacional | Assistente Operacional – Jardineiro | Aposentação | 1 |
| Assistente Operacional | Assistente Operacional – Auxiliar do Aeródromo | Aposentação | 1 |
| Assistente Operacional | Encarregado Operacional | Falecimento | 1 |

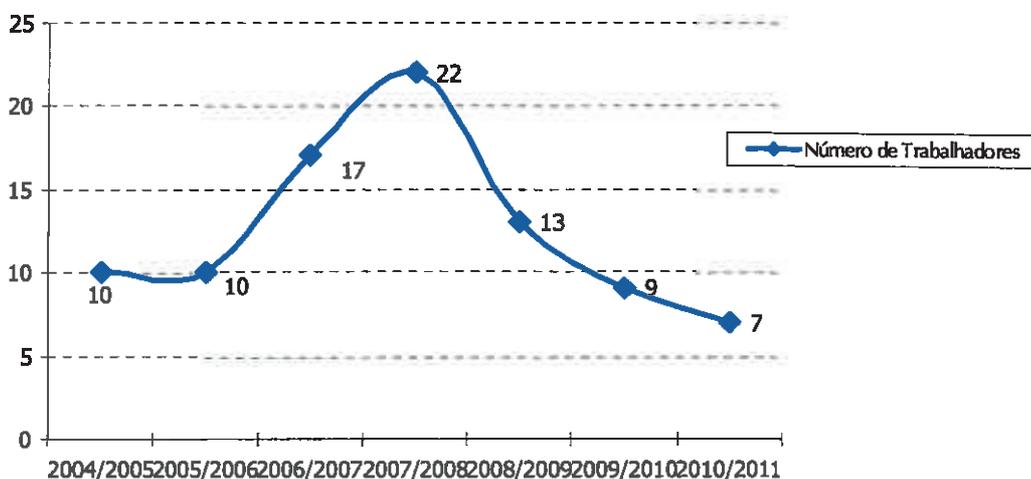
| | | | |
|------------------------|--|---|-----------|
| Assistente Técnico | Coordenador Técnico | Falecimento | 1 |
| Assistente Técnico | Assistente Técnico - Administrativo | Ingresso no Mapa de Pessoal do Município de Mirandela | 1 |
| Assistente Operacional | Assistente Operacional – Maquinista Teatral* | Terminus do Contrato de Trabalho a Termo Certo | 2 |
| Técnico Superior | Técnico Superior – área de Gestão | Terminus do Contrato de Trabalho a Termo Certo | 1 |
| Técnico Superior | Técnico Superior – área Cultural* | Terminus da requisição | 1 |
| Técnico Superior | Técnico Superior – área Engenharia Civil* | Terminus da mobilidade interna | 1 |
| TOTAL | | | 14 |

Handwritten notes and signatures:
 1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100

Os dados do Quadro 35 assinalam que no ano de 2011 ocorreu a desvinculação definitiva ao serviço de 14 trabalhadores, nas carreiras de Assistente Operacional, Assistente Técnico, Coordenador Técnico e Técnico Superior. Relativamente aos 3 postos de trabalho*: 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional – Maquinista Teatral; 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior – área Cultural e 1 posto de trabalho na carreira/categoria Técnico Superior – área de Engenharia, decorreram os respetivos procedimentos concursais para constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, vindo os postos de trabalho a serem ocupados por trabalhadores que já constavam no Mapa de Pessoal deste Município, mas com outra relação jurídica de emprego público (Contrato de Trabalho por Tempo Determinado – Termo Certo, Requisição e Mobilidade Interna).

GRÁFICO XXIII – Estatuto de Trabalhador Estudante

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011



Da leitura do Gráfico XXIII constata-se que os dados comparativos de 2007 a 2011, assinalam um decréscimo na aquisição do estatuto do trabalhador estudante, pelos trabalhadores do Município de Bragança.

A tendência decrescente registada deve-se ao facto de uma grande parte dos trabalhadores estudantes deste município terem já adquirido e concluído os níveis de ensino a que se propuseram. Contudo, mantém-se o interesse por parte dos trabalhadores deste Município (6), em adquirir uma nova formação académica de qualquer nível de ensino oficial ou equivalente, utilizando as facilidades previstas no estatuto do trabalhador estudante, o que revela um crescente interesse em se valorizarem e na obtenção de novas competências, iniciativa que tem sido bem acolhida e até estimulada, por parte do executivo municipal, tendo em vista uma valorização pessoal e profissional, o que sem dúvida é um fator de desenvolvimento com reflexos muito positivos na resposta às solicitações dos cidadãos.

QUADRO 36 – Absentismo (n.º de dias)

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011

| <i>Categoria</i> | <i>2005</i> | <i>2006</i> | <i>2007</i> | <i>2008</i> | <i>2009</i> | <i>2010</i> | <i>2011</i> |
|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Masculino | 6.009 | 5.481 | 5.491 | 5.432 | 5.110 | 5.164 | 4.826 |
| Feminino | 2.981 | 2.265 | 2.310 | 2.664 | 2.846 | 3.376 | 2.205 |
| TOTAL | 8.990 | 7.746 | 7.801 | 8.096 | 7.956 | 8.540 | 7.031 |

Para cálculo do absentismo referente ao ano de 2011, o número das faltas contabilizado (7.031), comparativamente com o ano de 2010 (8.540), registou um decréscimo, onde foram incluídas todo o tipo de faltas à exceção das férias, nomeadamente: casamento; maternidade e paternidade; nascimento; falecimento de familiar; doença; doença prolongada; assistência a familiares; trabalhador estudante, e por conta do período de férias.

Revela especificar que a doença atingiu (5.523 dias) dos quais 14 trabalhadores têm 3.368 dias de faltas por doença prolongada, o que representa 47,90% do total das faltas, essencialmente em resultado da morosidade na marcação das juntas médicas (ADSE e CGA) que para verificação das mesmas, demora em média, 4/5 meses. Assim sendo, podemos considerar que a grande causa do absentismo, resulta na demora deste procedimento, tendo-se mesmo agravado em 2011.

Quando um trabalhador atinge 60 dias consecutivos de faltas por doença, e não se encontra apto a regressar ao serviço, é obrigatoriamente sujeito à intervenção da Junta Médica da ADSE. Por sua vez, esta entidade pode solicitar a intervenção da Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações para melhor avaliação. No período decorrente entre o sexagésimo primeiro dia de faltas consecutivas e a comunicação do resultado da Junta Médica da caixa Geral de Aposentações, o trabalhador fica impedido de se apresentar no local de trabalho independentemente do mesmo vir a ser considerado apto, ou não, pela Junta Médica da caixa Geral de Aposentações, para o desempenho de funções. A morosidade da marcação da Junta Médica da ADSE, a morosidade da marcação da Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações, e a morosidade da comunicação do parecer desta última junta médica, determina que o trabalhador e a entidade permaneçam longos meses,

desconhecendo o indeferimento ou não do processo, mas mantendo legalmente o trabalhador ausente do local de trabalho.

QUADRO 37 – Evolução percentual do Absentismo

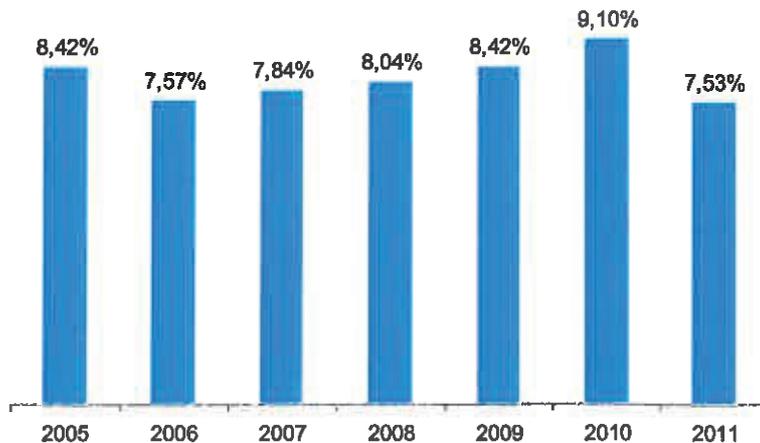
Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011

| 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 8,42% | 7,57% | 7,84% | 8,04% | 8,42% | 9,10% | 7,53% |

Este rácio indica, para o ano de 2011, a percentagem de faltas, num total de 253 dias úteis de trabalho/ano, relativamente a um total de 369 trabalhadores efetivos.

GRÁFICO XXIV – Evolução percentual do Absentismo

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011



QUADRO 38 – Ações de formação e cursos

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011

| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-------------------------|-----------|------------|-----------|------------|------------|------------|-----------|-----------|
| Número de Trabalhadores | 40 | 40 | 27 | 54 | 92 | 54 | 66 | 15 |
| Importância Despendida | 7.040,00€ | 19.445,00€ | 9.523,00€ | 11.885,00€ | 13.682,00€ | 16.219,74€ | 6.008,00€ | 5.640,58€ |

QUADRO 39 – Participações em ações de formação e cursos

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011

| Tipo de Ação | Dirigentes | Técnico Superior | Informática | Assistente Técnico | Assistente Operacional | Outros Grupos | Total |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------------|--------------------|---------------------------|-------------------------------|----------------------|--------------|
| Número total das Participações | 3 | 10 | 1 | 1 | 0 | 0 | 15 |
| Ações do tipo interno | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ações do tipo externo | 3 | 10 | 1 | 1 | 0 | 0 | 15 |
| Número total de horas | 49 | 413 | 24 | 18 | 0 | 0 | 504 |
| Número de horas em Ações internas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Número de horas em Ações externas | 49 | 413 | 24 | 18 | 0 | 0 | 504 |

No Município de Bragança a formação profissional permanece como uma prioridade na política de gestão dos seus recursos humanos, a melhoria dos níveis de qualificação, inovação e conhecimento dos trabalhadores é de extrema importância para um acréscimo da qualidade dos serviços prestados.

Face às dificuldades financeiras porque passa o País e os Municípios, a participação em ações de formação e cursos no ano de 2011 nesta autarquia, assentou em critérios de seleção de maior grau de exigência e prioridades, foram desenvolvidas uma multiplicidade de ações de formação em diversas áreas, como seja: arquivo; avaliação psicológica no âmbito dos procedimentos concursais; informática; água; arquitetura e urbanismo; engenharia civil; contabilidade; telecomunicações; proteção civil e ambiente, num total de 504 horas de formação, envolvendo a participação de 15 trabalhadores que incluem os dirigentes das diferentes unidades orgânicas.

No âmbito da formação, embora noutra vertente, é de relevar a colaboração com entidades formadoras públicas e privadas no acolhimento a estágios profissionais e curriculares, proporcionando apoio técnico e integração em contexto real de trabalho a quarenta e um alunos recém-formados, com habilitações médias, superiores ou pós-

graduados, facilitando a inserção na vida ativa e contribuindo para a articulação e ajustamento da saída do sistema educativo/formativo com possibilidades de emprego na Função Pública.

Ao longo do ano decorreram quatro estágios do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), nas áreas de Administração Pública, Economia, Psicologia e Direito.

Ao nível dos Estágios Curriculares decorreram quarenta e quatro estágios, vinte em resposta às solicitações de formação de quadros intermédios do Instituto Politécnico de Bragança; catorze com o Centro de Formação Profissional de Bragança; dois com a Escola Secundária Miguel Torga desta Cidade; dois com a Escola Secundária Emídio Garcia, três com o Colégio Torre D. Chama; e três com o Centro de Formação "ENSIBRIGA".

A abertura desta Entidade a jovens recém-formados proporciona-lhes uma experiência profissional e formativa em contexto real de trabalho, formatada de modo a valorizar as suas qualificações e competências académicas e profissionais e, ao mesmo tempo, familiariza-os com as regras, práticas da administração local, promovendo também o sentido de serviço público.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.